

Gil Vicente

— PROPRIEDADE E EDIÇÃO DE —
MANUEL ALVES DE OLIVEIRA

— COMPOSTO E IMPRESSO NA —
TIPOGRAFIA MARQUES
PORTO - R. DE CAMÕES, 75 - TELEF. 2673

A decorative border made of thick, braided rope. At the top center is a crown-like ornament. On either side, the rope forms loops and curves, holding a square with a cross and a globe with a grid. The rope is tied in various knots and loops around the text.

Gil Vicente

V VOLUME

Directores: { D. José Ferrão
Manuel Alves de Oliveira

GUIMARÃES

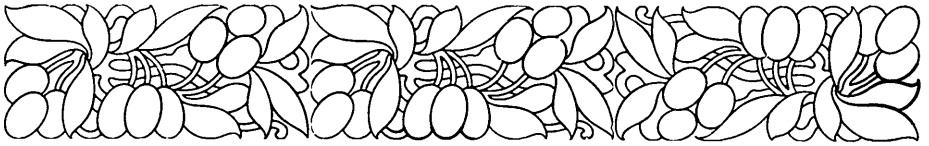
1929

revista de cultura
literária: nacionalista



“Serênos, no raciocínio das nossas convicções que a fé amplia num fundo de claridade invencível, não há desânimo que nos vença, nem tormenta que nos vergue”.

Antônio Sardinha.



ANTONIO SARDINHA, Poeta Lirico ⁽¹⁾

I

Da originalidade do nosso lirismo

...«E se fór um Francês que me olhar com desdém,
um sorriso de dó eu pensarei :— Pois bem!
Recorda-te que eu tenho esta vaidade imensa
de ter sido cigarra antes da da Provença».

AFONSO LOPES VIEIRA (2).

A PELANDO para a falta de documentos coevos, os nossos historiadores literários nos seus «miseráveis compêndios de fancaria», na expressão felicíssima, mas fulminante, de António Sardinha, (3) — são unânimes em dizer que o nosso lirismo primitivo tem a sua fonte — madre na Provença, velha província do então extinto império carolingio, ao Sul das Gálias.

Segundo êsses apaixonados críticos, foi na Provença que a Poesia teve a sua maravilhosa origem e foi lá também que nasceu o gosto de trovar, depois imitado delirantemente por todos os povos da Europa medieva, não fugindo as Hispânicas a êsse *virus* sentimental. Por essa altura, da confusão babélica das pequenas nações em constantes guerras civis, nasce Portugal, primeira nação europeia que tomou personalidade definitiva.

As muitas e variadas relações que mantinhamos com os estados da lingua d'oc e a passagem por Lisboa dos *Cruzados* que iam à Palestina salvar dos mahometanos os *Lugares Santos*, foram, entre outras,

(1) Conferência realisada na «Junta Escolar de Coimbra do Integralismo Lusitano», em 15 de Dezembro do ano do Senhor de 1928.

(2) Do Poema *Pois bem!* Vid. : *Em demanda do Graal*, pags. 272.

(3) Na *Feira dos Mitos*, cap. *Os jesuitas e as letras*, pag. III.

talvez as causas principais, — segundo os insípidos compêndios escolares — que introduziram em Portugal a poesia provençalca.

Em minha modesta opinião e segundo estudos mais ou menos aturados que tenho feito, quero crer que não.

A psicologia do lirismo português é original e não acusa, nas suas raízes longinquoas, proveniência estranha.

Com efeito, quem estudar psicologicamente o lirismo dos nossos Romanceiros medievos e depois comparativamente o das literaturas estrangeiras, notará com uma certa surpresa que a nossa poesia lirica atesta originalidade e feição própria. É que na verdade através da letra nervosa e confusa dêesses *Cancioneiros* transparece o frescor, transbordante de mocidade do nosso lirismo primitivo, tão intensamente *vivido* nos *Cantares* formosíssimos do Rei-Trovador e tão ingenuamente *sentido* na poesia encantadora *Partindo-se*, cuja primeira quadra começa assim:

*« Senhora, partem tão tristes
meus olhos por vós, meu bê,
que nũca tão tristes vistes
outros nenhũs por ninguê! »*

— e que acaba, qual rouxinol de Bernardim, numa toada soluçante de português sentimento, voz tristíssima e de lânguida saúde...: (1)

*« partem tão tristes os tristes,
tão fóra d'esperar bê,
que nũca tão tristes vistes
outros nenhũs por ninguê! »*

(1) A propósito do sentimento da *Saudade*, — «sentido de coração», na definição do nosso Rei D. Duarte, — escreve no *Cancioneiro da Ajuda* a pag. ix, cap. 1 a saudosa professora catedrática D. Carolina Michaëllis de Vasconcelos, — sábia romanista, cuja memória será sempre lembrada por todos aquêles que se dedicam aos estudos das origens do nosso lirismo e da língua pátria: — «O sentimento da saúde já era familiar aos coevos de Dinis».

Em 1200, «morrer de amor», já era costume dos mimosos de alma atormentada. Já então os grandes olhos de criança das damas portuguesas inspiravam pela sua meiga e dorida expressão, ao mesmo tempo sensual e soberanamente espiritual e casta, amores apaixonados, mais vezes de perdição do que de salvação».

— dêsse lirismo cuja originalidade singular foi defendida calorosa e francamente pelo erudito professor catedrático Ribera y Tarragó nos seus notabilíssimos *Discursos*, pela ocasião da sua entrada na «Real Academia de la Historia» e na «Real Academia Española».

O abalisado arabista citado afirma que o lirismo galaico-português não é um lirismo de importação; não veio de fóra, como planta exótica. O lirismo galaico-português tem todas as características de originalidade.

Ribera y Tarragó até chega a sustentar que o Provençalismo teve a sua *nascente* em o lirismo galaico-português, conhecido e amado através do famigerado «Cancioneiro» de Abencuzmán ou Aben Cuzmán, poeta hispano-árabe que morreu aí pelas alturas do ano da graça de 1159, 555 da Hegira. Mais nos afirma que foram os escravos cristãos, vendidos nos mercados da Andaluzia (Córdova), quem transmitiram aos povos da Aquitania o belo gôsto de trovar.

O insigne autor de «La música de las Cantigas» mesmo demonstra a prioridade do nosso lirismo e do da velha Galiza quanto à lirica da Provença, nêste termos claros: — «La lírica gallega és una de las más antiguas de España; Jeanroy confiesa que la lírica portuguesa és rebelde a la tentativa de adjudicarle origen francés, sobre todo las cantigas e cantares de amigo».

A tése é arrojada; todavia, é de subida importância para nós, porque nos dá a honra de sermos quem primeiramente acendeu, na Europa do Sul, o facho milagroso da crepitação lirica.

Quanto à *rebeldia* da lirica portuguesa, como considera em o seu livro erudito — «Les origines de la poésie lyrique en France au Moyen-Age» ⁽¹⁾ — o erudito Jeanroy, é um facto que não precisa de ser demonstrado. Bastariam os *Cantares de amigo* para darem «á poesia portuguesa um character talvez único no mundo, — nas Hespanhas decerto» — no dizer autorizado de Almeida Garrett, juizo êsse que vem incerto em o seu *Romanceiro*. ⁽²⁾

Quanto à prioridade do lirismo galaico — português em relação à lirica da Provença, quero porém crer que tanto o Provençalismo como o lirismo do ocidente das Hispânicas floresceram ao mesmo tempo, com o mesmo viço, porque ambos são, — parece-me a mim — puras e verdadei-

(1) Vid. *cap. V — La poésie française en Portugal*, pag. 308.

(2) Vol. I pag. 6.

ras «reviviscências poderosas duma Raça soterrada que teve como ninguém o sentimento das coisas naturais e a posse das mais profundas contemplações poéticas»,—segundo também a opinião de António Sardinha (1).

*

* *

Dada, embora a sua independência nativa e particularista, o nosso lirismo tornou-se, no entanto, mais tarde expansivo e universalista.

De feito, o nosso lirismo, tomando «a forma bucólica pelo sentimento da contemplação tão próprio da nossa índole seismarenta e saudosa» (2) «lirismo avoengo que ajuda o génio de Gil Vicente a irromper com ímpeto e frescura nos autos pastoris» (3) (Bouterweck dirá que «Portugal pode ser considerado como a verdadeira pátria da poesia pastoril»), — veio mais tarde, por intermédio de duas obras nossas, ambas escritas na linguagem de Castela, dar a conhecer à Europa «cortez e culta» a sensibilidade portuguesa. E a nossa influência lírica exerceu-se tão intensamente e com tal entusiasmo a ponto de, talvez, ter em parte contribuído para o triunfo do Romantismo! A êste respeito escreve António Sardinha: «Não só pelas Descobertas, não só pela epopeia da Fé e do Império, Portugal se tornou crêdor do mundo que pensa, — do mundo que cria. Em plena orgia culta da Renascença os amores do *Donzel do Mar* com *Oriana*, a *Sem-Par*, rasgam um sulco que, engrossando cada dia mais através dos refegos pedantêscos do humanismo, vai desaguar nessa tremenda «insurreição feminina»,—como Sainte-Beuve define o explodir do «Romantismo» (4).

O *universalismo* do nosso lirismo é também compreendido perfeitamente pelo Dr. Ricardo Jorge em o seu notavel livro — «Francisco Rodrigues Lobo». — Diz o sábio professor: — «A famosa *Diana*, lustre da literatura peninsular, é a florescência arcádica transplantada e metamorfoseada com vantagem no solo ibérico, enseivada com o humo nativo e aquecida ao sol das Espanhas. Sobrepujou e substituiu em grande

(1) A Questão Iberica, *O Território e a Raça*, pags. 58.

(2) Hipólito Raposo, A Questão Ibérica, *A Língua e a Arte*, pags. 98.

(3) Afonso Lopes Vieira, prefácio da *Diana*, pags. 11.

(4) *A sombra dos Pórticos*, pags. 194 (*Significado do «Amadis»*).

parte a influência da Arcádia italiana; da sua matriz se desentranhou uma progenie novelística intra e extra peninsular. Marca o ápice do pastoralismo, e ao mesmo tempo um momento raro para nós de primado literário em que pela segunda vez, depois do *Amadis de Gaula*, interferíamos possantemente na evolução da arte mundial» (1).

Menéndez y Pelayo (e com êle Don Ramon Menéndez Pidal) dá também originalidade e remotíssima origem ao lirismo galaico-português. Escreve êle: «Qué población antecediase en Galicia á los celtas, ni lo sabemos hoy, ni quizá lo sabremos nunca á punto fijo. Pero de los celtas galaicos sabemos por testimonio de Sílio Itálico que *ululaban cantos bárbaros* en su patria lengua, y consta asimismo por varios cánones de concilios y por un libro de San Martín de Braga (*De correctione rusticorum*) que conservaron, después de convertidos al cristianismo, supersticiones más ómenos poéticas y canciones profanas». E depois diz: «Puede disputarse en qué lengua estarian: lo verisímil es que fueran en latin bárbaro, en lengua rústica, y que de ellas se pasase por transición gradual á los cantos en lengua vulgar. Que éstos son indígenas, no cabe duda; lo demuestra su misma ausencia de carácter bélico, la suave languidez de los afectos, el perfume bucólico que nos transporta á una especie de Arcadia, relativamente próspera en medio de las tribulaciones de la Edad Media». (2)

Comentando esta lúcida passagem, escreve António Sardinha: «Graças ao depoimento do inolvidavel mestre, encostados a passos elucidativos de Silius Italicus e de S. Martinho de Dume, convencemo-nos, com efeito da recuada antiguidade a que ascendem no noroeste peninsular as manifestações duma arraigada poesia oral entre o povo.

Por intimas predisposições étnicas se pretende justificar a sua formação e persistência. Sempre tão cauteloso, Menéndez y Pelayo não se eximiu ao influxo da miragem celtista, que tamanha voga disfrute nos círculos cultos da Europa meridional. Mas independentemente da qualquer preferência teórica na apresentação das suas hipóteses, é fóra de dúvida que o seu celtismo mitigadíssimo não compromete de maneira alguma o *indigenato* dessa poesia fluente e doce, transitada da roda viva das romarias para a estilização doirada dos *Cancioneiros*». (3)

(1) Obra cit.^a pags. 203 (cap. VIII — *Pastoral*); vidé do mesmo auctor: «A intercultura de Portugal e Espanha no Passado e no Futuro».

(2) Don Marcelino Menéndez y Pelayo, *História de la Poesia Castellana en la Edad Media*, pag. 230-231 do II.

(3) A Sombra dos Pórticos, *A Musica das «Cantigas»*, pags. 68-70.

De tudo que acabo de dizer se pode concluir em resumo, no seguinte:

Pela sua individualidade própria, o nosso lirismo (incluindo, está claro, o da Galiza) que depois se tornou em bucolismo, não veio de terras alheias, nem de estranhas civilizações, como ave de arribação. Êle é bem *nosso*; criou-se exuberantemente no solo abençoado e fecundo da nossa Terra, sob o calor fagueiro e moço dum sol luminoso e meridional; nasceu no sub-consciente da nossa Raça, tomando *Raça* não no abstracto sentido étnico, mas no sentido espiritual de *Raiz*, no sentido de *antecedentes*, segundo a definição de António Sardinha ⁽¹⁾.

Por isso enquanto houver portugueses que amem a sua Pátria sintam dentro da alma a linguagem sentimental e feita de soluços de saudade dos nossos poetas-trovadores dos *Cancioneiros*, o Lirismo será sempre vivido e sentido, amado e cantado, testemunhando assim sempre a sua originalidade e a sua «remota autoctonia».

E termino esta mal emparelhada e rápida introdução com o poeta do *Encoberto*: — «Através da nossa vida nacional, tão acidentada na expansão fantástica pelo mundo, a Voz lirica jámais deixará de exalar o seu beijo de amor, o seu ai de saudade, o seu soluço de paixão» ⁽²⁾.

NOTANDA FINAL

ANTONIO SARDINHA, *Nacionalismo Galego e Lirismo Português (Nação Portuguesa, n.º 3 da 3.ª Série)*.

DOM RAMON MENÉNDEZ PIDAL, *Poesia juglaresca y juglares (Aspectos de la Historia Literaria y Cultural de España); Discurso acerca de la primitiva poesia lirica española; etc...*

⁽¹⁾ *Madre-Hispânia*; vid.: *Nação Portuguesa, n.º 2 da 3.ª Série*.

⁽²⁾ Afonso Lopes Vieira, *Em demanda do Graal*, pags. 202.

II

O lirismo de António Sardinha

DIZ-SE, — e com justa razão, — que a poesia portuguesa actual está a passar por uma tremenda e formidável crise de falta de sensibilidade emotiva e de expressão lírica.

Salvas raras e eminentemente honrosas excepções, os nossos poetas de hoje apenas em geral se limitam a tratar nos seus livros têmes de sensual e bárbara apologia à paixão demoníaca da carne e ao culto pagão da Matéria.

Á semelhança dos artistas gregos e dos pintores realistas da Renascença, êsses pseudo-vates de psicologia atrofiada só se servem da Poesia para entoarem um *Evohé* a Venus de formas tentadoras e tecerem com requintes de volúpia mórbida, hinos grandílocos e estrondosos à Beleza lendária das deusas olímpicas e mitológicas da estética Héllada!...

Basta ler-se alguns versos dêsses poetas bastardos para avaliarmos do seu falso génio poético e da sua sensibilidade intimamente degenerada.

Não cantam já as coisas boas e singelas da nossa Terra, nem tampouco põem a sua lira ao serviço nobre e cavalheiresco da Mulher e da Pátria, do Amor e de Deus, — como outrora faziam os nossos poetas trovadores..., como na Idade-Média romanesca e contemplativa costumava fazer o vate galanteador e cortez, guerreiro e soldado da Cruz...

Eis porque numa época de baixos materialismos como é esta, infelizmente, — quão consolador é ver poetas escolherem ainda, para objecto das suas composições poéticas, aqueles mesmos sagrados e fecundos ideais que tanto distinguiram os velhos Trovadores dos *Romanceiros* e os Poetas da Era de Quinhentos, — procurando assim seguirem fielmente a mesma esteira esplendorosa dos seus ancestrais irmãos!...

Dáí os seus versos parecerem ter o cubiçado sabor das líricas singelas mas cheias de beleza primitiva dos nossos Poetas antigos...

*

*

*

Ora, na reduzida galeria de poetas líricos à medieval maneira da contemporânea literatura portuguesa, destaca-se, como legítimo representante do nosso lirismo tradicional, ao lado de Afonso Lopes Vieira e de António Correia de Oliveira, — o poeta admirável de «*Quando as nascentes despertam...*», António Sardinha.

Como os velhos Trovadores, êle também cantou nos seus versos repassados de fé moça e quente, o Amor e a Pátria, a Raça e a Religião!

Em toda a sua obra poética existe como que um «mundo de ideias», onde se «abraçam estreitamente a Verdade e a Beleza», — na frase precisa de Pinheiro Torres. (1) Tudo ali respira amor e virtude, crença e sabedoria...

É que a Musa António de Sardinha é servida por um ideal levantado que a mantém senhoril e louçã, fidalga e gentil, patrioticamente nacionalista e, ao mesmo tempo, profundamente cristã.

O *simbolismo* dos seus formosíssimos Poemas é aquecido e retemperado nas Verdades Eternas do Cristianismo; mergulha as suas raízes no simbolismo edificante do Velho Testamento e da «Divina Comédia»; tem a sua nascente perene e miraculosa nas Parábolas profundas e salutares do Divino Redentor!... (2)

António Sardinha tudo cantou: desde a magestade eloquente e recolhida da liturgia Católica até às coisas mais simples, como os *Versos do trinco da porta*, as *Redondilhas da roupa lavada*, os *Versículos do pão na mesa*, a *Balada da lua no poço*, a *Canção do ferro na forja*, a *Canção do espêto no lume*, etc...: êstes e outros mais lindos poemas que uma vez colecionados, podiam constituir uma verdadeira *Antologia* com o mesmo sugestivo titulo, tocante de felicidade, do livro de Perez Ossa: — «Cancioneiro das coisas humildes»...; — ora entoando estrofes de arrebatada fé nacionalista ao Portugal de Antanho, ora dedicando versos cheios de amor espiritual, de casto amor cristão, á sua «senhor fremosa», — no dizer lindo do nosso Rei D. Dinis...

(1) Vid. *Gil Vicente* (Revista), n.os 2 e 3 — Fevereiro-Março, 1925

(2) Vid. os n.os 61-62 dos «Estudos», do C. A. D. C., de Coimbra: — *António Sardinha, Poeta do Amor cristão*, e os n.os 1 a 4 (4.º vol.) da Revista «Gil Vicente».

As suas encantadoras liricas espalhadas graciosamente pelos seus cinco ou seis livros de lusiadas versos, reunidas num só volume, — como o «Livro de Amor de João de Deus», — formariam um variado e belo ramo de flores de delicado frescor e delicioso perfume.

Todas elas, inspiradas na Eleita da sua Alma enamorada, na sua «doce Companheira», são bem um altissonante Hino ao Amor conjugal, porventura o melhor e mais inspirado hino que se tem feito à Mulher em língua portuguesa!...

Já no «*Tronco reverdecido*» êsse hino mavioso começa a fazer-se ouvir... Ouçamo-lo na

ESCADA DE JACOB

*Vai alto o Sete-estrela, ó toda pura,
e agora que de longe o está fitando
o meu saudoso olhar o teu procura
lá na campina de astros que eu demando.*

*Gladium-se através da noite escura
flavas constelações de quando em quando
e a Via-lactea ostenta a sua alvura
por essa vastidão do éter brando.*

*Caminho só para o Sonho, — ideal calçada
que a mão divina a fez de pedras de ouro,
ela me rasga a esteira abençoada...*

*Levanta o pó que a enche um rastro loiro
e eu que ando a ver de ti, ó doce Amada,
parece que encontrei algum tesouro!*

É o seu primeiro livro de versos publicado, êste. Posto que seja uma obra poética de inferior valor em relação ás posteriores, no entanto revela em algumas poesias fecundo e equilibrado estro. Vê-se que o autor é um poeta nato.

António Sardinha mesmo diz neste livro que nasceu poeta :
herança recebida dos seus Antepassados.

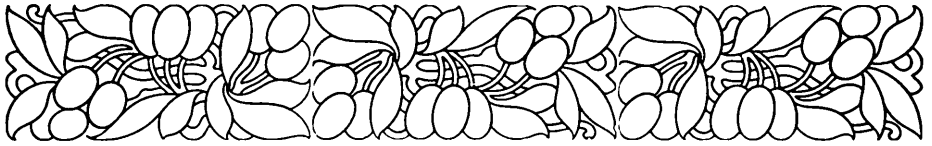
*«Toda a intuição que fez de mim poeta
não foi agora que ela despertou ;
antes de lhe eu sentir a aza inquieta
já n'outras almas ensaiara o vôo».*

E termina :

*«Humilde creatura eu me assoberbo,
já que nasci p'ra tam sagrado fim,
que o espírito da raça fez-se Verbo
e o Verbo feito luz se incarna em mim !»*

(Conclue no próximo fascículo).

RUY GALVÃO DE CARVALHO.



GUILHERME DE FARIA

Por BENTO CALDAS

No túmulo ainda quente do moço e talentoso poeta Guilherme de Faria venho depôr as flores da minha saúde.

Trouxe-me o pregão do jornal a noticia dolorosa da sua morte até á terra linda da provincia onde o poeta nasceu e passou os primeiros anos da sua meninice. Já então Guilherme de Faria *fazia versos* e se mostrava possuidor daquelas extraordinárias qualidades poeticas que mais tarde e ainda muito moço afirmou com a publicação dos seus livros.

Poemas, Mais Poemas, Sombra, Saudade Minha, Destino e Manhã de Nevoeiro são documentos que ficam a atestar o altissimo valor de Guilherme de Faria como moço poeta da Pátria e de Deus cuja ascenção gloriosa começou aos treze anos plenamente registada pela critica em palavras de merecido louvor e homenagem justissima.

Os *Poemas* são o seu primeiro livro. Na curta mas brilhante caminhada do poeta êles marcam, portanto, o primeiro passo, são o despertar glorioso daquela alma eleita que começando por cantar as amarguras e as tristezas veio a cantar a Patria, cantar Deus, a saúde e o amor para se finar nas águas do mar — que também cantou e docemente embalam a alma sonhadora de Portugal.

Os *Poemas* são uma afirmação. Treze anos apenas tinha Guilherme de Faria quando os *Poemas* apareceram no mercado e num tão ligeiro espaço de tempo — dos treze aos vinte e um anos

— produziu e deixou-nos uma obra de interesse e de valor. Mas, se os *Poemas* são o primeiro passo e revelam não uma esperança mas sim uma certeza, *Mais Poemas* são a confirmação plena da personalidade do poeta.

Como a águia que sai do ninho, alarga as azas para voar alto assim Guilherme de Faria saíu do seu ninho de poeta com os *Poemas*, alargou as azas com os *Mais Poemas* e muito alto subiria se não tivesse arrombado as portas da morte...

Sombra, Saúde Minha, Destino são outras brilhantes passadas na caminhada sempre ascensional de Guilherme Faria que na *Manhã de Nevoeiro* se afirma um grande poeta nacionalista no exacto e rigoroso sentido desta expressão.

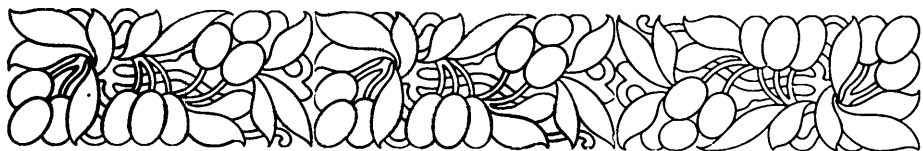
Recordando saúdades longínquas, sentindo-se amargurado com a sua mágua, vibra nêle intensamente o amor patriótico que na sua crença arreigada de legitimista fervoroso se eleva num hino de esperança e de apoteoso no Portugal de amanhã. Ele o diz: — «*Portugal, livre de moiros, vai outra vez reviver!*». Aqui, a sua crença no integral ressurgimento da Nação ao qual Guilherme de Faria, porque não é do número dos vivos, já não assiste.

O poeta morreu. Ficam os seus livros. E, que todos os nacionalistas portugueses ao ler os seus versos de admirável beleza e de sonoridade cantante saibam rezá-los como orações pedindo a Deus pelo descanso eterno do formosíssimo poeta das *Saúdades de Portugal*.

Guimarães, Janeiro de 1929.



O POETA GUILHERME DE FARIA



Algumas linhas de Saudade e de Tristeza

Por MANUEL ALVES DE OLIVEIRA

FOI em 1922 que Guilherme de Faria me enviou o seu livro de versos: — “Poêmas,,.

Mas, já antes, Guilherme de Faria tinha revelado os seus extraordinarios dotes de inteligência quando — ainda eramos meninos e moços — êle defendia entusiasticamente o *sido-nismo*, no seu interessante jornalzinho “O 5 de Dezembro,, que se publicava nêste evocadôr recanto minhôto onde Guilherme nasceu.

Tempos felizes de despreocupação; tempos distantes de entusiasmo impetuoso e juvenil, liberto das preocupações que, depois, lhe faziam chorar na alma

*. . . . gelada de pavôr,
A singular tragédia desta vida!*

E toda a sua vida foi uma tragédia. Todos os seus versos revelam as ansiedades e tristezas da sua alma amargurada

*Onde chora a descrença do Poeta,
E onde canta a inocencia do menino!*


Em 9 de Outubro de 1928 escreveu-me Guilherme de Faria de Molêdo do Minho, onde estava a retemperar os seus nervos

junto do oceano,—“seu irmão tumultuoso,,—para me trazer, em palavras amigas, a sua promessa de colaboração nesta Revista “com cuja orientação plenamente concordava por ela sêr a mais elevada e legitimamente nacionalista,,. E dos versos que tinha consigo escolheu “um leve cantar,, que vinha dar início a essa prometida colaboração. Desde então, não me voltou a escrever.

Dolorosamente, em 4 de Janeiro de 1929, os jornais vieram trespassar-me com a notícia do seu falecimento. Tinha desaparecido para sempre o desventurado Guilherme de Faria. Mas o Poeta continuará junto de nós nos seus versos admiráveis, repassados de beleza e nostalgia, a cantar, sempre a cantar

*A alma distante e saudosa
Dêste Reino do Ocidente.*







Vaso de Alabastro

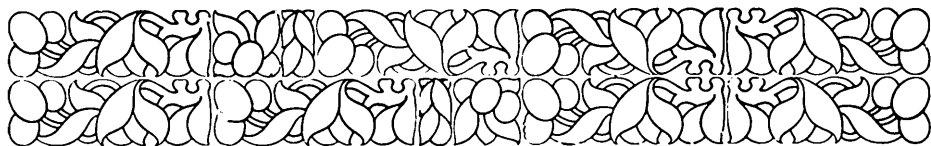
*Pendeu, no vaso de alabastro,
Quasi morto o jasmim...
— Sonho que a gente eleva, como um Astro,
Ha-de acabar assim!*

*Choro. Uma outra lágrima suspensa,
A minha flor, agora!
— Se a aurora ha-de morrer logo à nascença,
Porque fazes, Senhor, tão linda a aurora?*

*Leve-os o vento, alem,
Aos Sonhos, — poeira altissima dum Astro!
Mas fique a Forma eterna que os contem,
Arte divina, Vaso de Alabastro!*

Teixeira Pinto.





A REFORMA ADMINISTRATIVA

Por RUY DE LORDELO

Os sistemas sociais formam-se em largos periodos de evolução, findos os quais se fixam durante variavel espaço de tempo em que, atravez do corpo juridico, gozam da classificação de "verdade politica,, e chegam a, sob essa forma, ganhar fundas raizes nos espiritos.

A velha antinomia da colectividade e do individuo, em lucta de predominio, reproduz-se no tempo historico, coincidindo nas suas vicissitudes com os periodos de grandeza e decadencia dos povos.

Atravessamos uma época em que o individualimo se alçapremou nos fundamentos filosoficos que viram a sua realização integral nos dois ultimos seculos.

Toda a vida politica e economica foi condicionada por esses principios.

Em que medida beneficiou por esse motivo a humanidade?

Não foram vãs as ilusões creadas por esse idealismo que sob a pretensão de libertar os espiritos do terror cósmico lhes dava prerogativas de divindade, os levava a considerarem-se na fugaz duração da vida terrena uma potencia real, o ultimo termo da criação?

Os resultados da liberdade individual, em opposição às liberdades colectivas, constituindo um elemento de desagregação social, produziram a reacção natural.

Nas altas esferas do pensamento contemporâneo e até no campo experimental se procura reorganisar o sistema social, libertando-o da pulverisação do sufragio nivelador das capacidades da inteligencia, havido como somatório das vontades individuais, erradamente designado por vontade colectiva.

Reivindica-se para o Estado a sua função supletoria e coordenadora das actividades nacionais, autonoma de per si, em vez de ser emanação inconsciente de um jogo de interesses que se apoia na especulação ideológica de um sistema irracional e artificioso.

A noção de legitimidade do governo aparece definida pelo prin-

cipio da satisfação do supremo interesse nacional, que se opõe muitas vezes aos interesses particulares, opposição que é, afinal, aparente, porque as condições do bem-estar individual são dependentes do interesse comum.

Mas para tal é preciso que uma autoridade forte se sobreponha às ambições particularistas.

O Estado é, pois, o órgão supremo e representativo da Nação.

As liberdades individuais, e não a Liberdade, deverão exercer-se com a maior amplitude e com as maximas garantias, ao mesmo tempo que regidas por uma *organização* politica e economica que, assegurando a paz publica, anime o desenvolvimento da riqueza e da produção e crie a convicção da grandeza nacional e a certeza dos seus destinos.

Na reforma social ha, portanto, em primeiro lugar um problema politico.

É condição primordial que seja definido o pensamento politico que deve informar a sobredita reforma.

O Estado Novo que está surgindo da evolução do pensamento contemporaneo, accionado pelo desequilibrio produzido nas sociedades pelo preconceito liberalista e suas escolas derivadas, ha-de ter em conta a transformação que o progresso tecnico introduziu na vida social.

São os fenomenos da concentração industrial e urbana que dão à vida moderna os aspectos que a fazem distinguir da que, em condições economicas que não teem paralelo com as actuais, era regida por instituições juridicas insusceptiveis de reprodução linear nos nossos dias.

Todo o caminho percorrido pela *civilização*, termo este que só tem exacta significação no que se refere ao progresso material, não eximiu os aglomerados sociais que são as nações modernas, com toda a sua teoria de direitos individuais e códigos, do estado de luta incessante, quer interna, pela complexidade dos interesses particulares em jogo, quer externa, pelas imposições prementes da expansão territorial ou económica.

Factores estes que se entrelaçam, reduzindo-se a um só postulado que se exprime pela conveniencia nacional de se manterem todos os elementos organicos do país em plena força, ajustados e equilibrados por forma a poderem ser utilizados no interesse colectivo.

É de olhos postos na grandeza nacional, o coração crente nos destinos da raça e envaidecido pelos gloriosos feitos do nosso passado, o espirito orientado pelos salutaes preceitos da nossa religião cristã, que deve proceder-se à reforma das nossas instituições publicas.

Delas é mistér que se expurguem os residuos das falsas ideologias que produziram o estado de liquescencia a que chegamos.

Sem que uma linha recta se trace na orientação politica do governo do país, partindo da noção fundamental de que os individuos se devem à Nação até ao principio de que a acção governativa se deve identificar com o supremo interesse colectivo, definido pelas condições potenciais da Nação, será pura perda de energia e vontade tudo o que se tentar fazer para que as nossas actividades publicas e particulares satisfaçam a regeneração e resurgimento do país.

A projecção desse pensamento politico fixará os limites do quadro dos direitos individuais, regulando o exercicio da representação no Estado, dê modo que esta se verifique sem subterfugios atravez dos órgãos naturais, activos e efficientes, constituídos pelos nucleos populacionais em que se agregam os interesses morais (municipios) e pelas células organicas da produção formadas pelos diversos agentes das actividades económicas em razão da sua especialização (corporações).

Representação que tem por fim estreitar os laços de solidariedade entre a Nação e o Estado, para que as aspirações e as queixas dos povos e das classes encontrem eco na esfera governativa e as superiores orientações dos dirigentes tenham uma execução consciante e ordenada por intermédio do sistema organico da produção.

A forma ou estrutura do Estado não é um ponto indifferente para a resolução deste problema.

Ou o Estado é constituído sôbre a areia do sufragio ou se apoia na força moral de uma dinastia mono-arquica ou na acção de um dictador eleito ou não.

Como legislar, sobretudo em materia de direitos políticos, sem que primeiro se tenha definido a natureza do Estado?

Uma mono-arquia dinastica ou electiva não pode viver sob as regras juridicas adequadas aos sistemas democraticos.

Abstraír de doutrinas, na férula de uma dictadura, pode ser um processo nocivo que èquivalha a uma situação de "fóra da lei" legitimando revoltas e glorificando as causas cujos efeitos combata.

A Nação carece de que se lhe restituam os meios naturais da sua organização economica, politica e civil, destruidos ou desvirtuados pelo processo desagregador da soberania popular.

(Conclue no próximo fascículo).

PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

DA VIDA : DOS FACTOS : DAS LETRAS

«O moderno sufrágio universal é composto por um terço de alcoólicos ; no outro terço encontram-se ladrões, assassinos em liberdade e outros personagens do mesmo jaez. Ensím, no terço restante, o melhor, encontra-se uma maioria de individuos que, sem sêr de alcoólicos nem de criminosos, não tem contudo nenhum sentido moral.»

EMILIO FAGUET.

Adiante!... Por Portugal!

COM êste fasciculo, inicia Gil Vicente uma nova caminhada em prol do nacionalismo português.

Vão já decorridos cinco anos de luta sem tréguas, sem transigencias, sem desfalecimentos contra os mitos do liberalismo. E, olhando o caminho, nós vemos que a acção nacionalista se tem desenvolvido de tal forma, tem criado raises tão fundas, que não é possível retrogradar aos tempos em que a liberdade era feroz despotismo, a igualdade uma palavra de efeito com que os politicos mascaravam as suas torpes intenções e a fraternidade nunca passou de balburdia sanguinolenta a satisfazer os apetites vorazes de todos os nulos e de todos os incompetentes.

Os tempos de agora já são bastante diferentes daquêles que ha cinco anos nos levaram a levantar o nosso grito de protesto contra todos os desmandos de uma politica de corrupção e de morte. A semente tem frutificado prometedoramente. Parar, deixando que o campo se cubra de novo dos cardos com que o liberalismo flagelou o corpo chagado da Patria, consentir que se volte ao sobado da politiquisse baixa, de finalidades restrictas aos interesses das facções famintas, deixar medrar o caciquismo que foi o pior inimigo das províncias, dos municipios e das freguesias, seria cometer um crime monstruoso de lesa-Patria. Não! A intelligência ha-de impôr os seus direitos, não consentindo em aviltantes abdições que comprometem nem em transigencias que envergonham.

Embora o diluvio tenha já passado, ainda não passou de toda aquella noite de sangueiras e infortunios que nos tem avassalado.

Tenhamos fé, mas tenhamos persistencia no combate. A hora é ainda de luta. Se alguns se perderem nas encruzilhadas, sigamos nós pelo caminho que a verdade nacional, que o proprio fio da continuidade historica nos traçaram.

Adiante!... Adiante, pois!... Por Portugal!

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

Novos Colaboradores

Neste fascículo dão-nos a honra da sua brilhante colaboração os snrs.:

Dr. Bento Caldas, nosso querido conterrâneo e amigo, lutador incansável e uma das melhores esperanças da nova geração.

Teixeira Pinto, jornalista vigoroso, apreciado Poeta e distinto prosador. Dirigiu a magnífica e efêmera revista "Genté Minhota", e escreveu o admirável livro "Ribamar" que teve a coroa-lo as melhores e merecidas referências da crítica.

Ruy de Lordelo, que já nos deu, em tempos, sem pseudônimo, a sua apreciada colaboração. Não se pode considerar um novo colaborador. Folgamos, no entanto, em vê-lo de novo entre nós.

"*Gil Vicente*" agradece a todos a grande honra que lhe é concedida e, com a maior satisfação, abraça os três denodados combatentes legitimamente nacionalistas.

"Il Santo,,

Temos recebido, com a melhor regularidade, esta magnífica revista italiana, destinada a comemorar o VII centenário da morte de Sto. Antonio, o Santo português que se venera em Padua. De excelente aspecto gráfico, é superior e distintamente dirigida pelo P. Luigi Guidaldi. Recomendamo-la a todos os portugueses, lamentando apenas que em Portugal — onde Sto. Antonio nasceu — se não publique uma revista idêntica para que se procure comemorar condignamente o VII centenário Antoniano. "*Il Santo*" é uma

revista científico-religiosa, trimestral, belamente ilustrada.

A redacção e administração é na Basilica dil Santo-Padova-Italia.

"Política,,

Iniciou a sua publicação, em Lisboa esta excelente revista quinzenal, órgão da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo. E' dirigida pelo snr. dr. A. de Mendonça Dias, da F. S. U. L. e encerra colaboração distinta dos melhores escritores integralistas.

Saudamos muito sinceramente "*Política*" nossa ardorosa companheira no bom combate contra a mentira liberalista, desejando-lhe larga vida e as maiores prosperidades.

Tem a redacção e administração na rua do Sol a Santa Catarina, 40-A, 1.º-Lisboa.

"Solução-Editora,,

Aqui temos nós uma revista necessária destinada à publicação de separatas para formação de livros. Única no género, em Portugal, está destinada a um grande sucesso. E' uma bela iniciativa que merece os nossos louvores e é credora de todos os auxílios.

Além da sua secção "*A Revista*", publica para a formação de livros, o *Santuário Mariano* preciosa obra do século XVIII, de Fr. Agostinho de Santa Maria; o célebre *Nobiliário* de Portocarrero que ainda se conserva em manuscrito na Torre do Tombo e a *Aviação Portuguesa*, de Albino Lapa, salientando as nossas extraordinárias invenções.

É dirigida pelos snrs. Rogério Figueirôa Rego e Albino Lapa.

Oxalá o público culto compreenda o belo esforço que representa a «Solução-Editora», auxiliando-a a prosseguir no seu arrojado empreendimento.

Redacção e Administração: —
Rua do Diário de Notícias, 61-1.º
Lisboa.

“Feira da Ladra”

É uma bela e pequenina revista, de ambiente antigo, muito interessante e útil. Colaboração esplendida e agradável aspecto gráfico.

Dirige-a o snr. Cardoso Marta.

As nossas melhores felicitações e desejos de próspera vida.

O nosso apelo

A propaganda das nossas ideias precisa de ser intensificada.

Depois da destruição tremenda e inconsciente feita pela democracia, a nossa obra tem de ser fundamentalmente reconstructiva e orientadora de uma nova mentalidade, que fortificando os espíritos com as razões da Fé, não mais lhes permita deixarem-se embalar pelo palavreado ôco de um vago e doentio romantismo político.

E porque assim é, são-nos impostas, na hora presente, responsabilidades e sacrifícios inadiáveis. E as formas simples, práticas e imediatas de cada um cumprir o seu dever, são, desde já, as seguintes:

1.º — Assinar esta revista;

2.º — Angariar-lhe novas assinaturas.

3.º — Pagar directamente, e por importância superior à fixada, a sua assinatura;

4.º — **Inscreverem-se, os que podem, como bemfeitores especiais de “Gil Vicente”.**

Assinar «Gil Vicente» constitue ainda uma forma rudimentar de cooperação. Aqueles que normalmente a compram avulso devem inscrever-se como assinantes, visto que a assinatura dá à vida económica da revista uma estabilidade maior.

São bemfeitores especiais de «Gil Vicente» os assinantes que contribuam com uma ou mais prestações, no espaço de um ano, no valor de 1.000\$00. Tem jús a ser o seu nome publicado para sempre em todos os fascículos desta revista e a receber «Gil Vicente» sem mais pagamento durante a sua vida.

Aquí fica, pois, o nosso apêlo. Esperamos que êle seja ouvido e compreendido por todos os integralistas, por todos os portugueses que nos queiram auxiliar a restituir à nossa Pátria a unidade nacional que a democracia destruiu.

“Nação Portuguesa”

Pelo motivo de mudança da séde tem-se atrazado a publicação desta valiosa revista de cultura nacionalista, dirigida pelo snr. Dr. Manuel Múrias, devendo, no entanto sair no corrente mês o 3.º fascículo da VII série.

A séde provisória fica sendo na Rua dos Retrozeiros, 79 — Lisboa.

VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1829

GUIMARÃES HÁ 100 ANOS

Janeiro

Dia 1 — Por deliberação da mesa da Misericórdia, celebrou-se na sua igreja uma grande solenidade em acção de graças pelas melhoras de El-Rei D. Miguel. O “Correio do Porto” relata o seguinte: — A igreja estava armada com a maior riqueza, a porta e galeria embandeiradas, sobre o arco cruzeiro as armas reais escudadas com o emblema da Providencia; ao lado do evangelho o retrato de El-Rei, debaixo dum rico docel e a seu lado a cadeira que devia ocupar o Príncipe Frederico de Hesse, que se dignou assistir; do lado da epistola outra, na forma do ritual que devia ocupar o R.^{mo} Padre Geral dos monges de S. Jeronimo e se lhe seguiam o D. Abade dos mesmos e mais Prelados das Corporações Religiosas; do lado direito, os lugares para as auctoridades civis, senado e officiaes militares, e do outro lado a viscondessa da Azenha, suas filhas e mais senhoras de distincção, em grande gala. Esta função foi annunciada na vespera com girandolas, repiques e iluminação dos visinhos e muitos mais moradores espontaneamente. Repiques e girandolas annunciaram a aurora de tão fausto dia, depois do que se postou ali o batalhão de voluntarios realistas, para fazer a policia e guardas, comandado pelo mais velho capitão, por seu major comandante ser o actual provedor da Sta. Casa e por cujo cuidado era a função. As 10 horas, estando tudo pronto e reunido, chegou S. A., que foi recebido na forma do ceremonial. Tomando o seu lugar, principiou a missa, celebrada pelo chantre presidente do Cabido acolitado por 2 conegos e executada por habéis musicos. Subindo ao pulpito, gratuitamente, prégoou o padre mestre fr. Bento de Jesus Maria, residente nesta vila, bem conhecido por sua adesão á Realesa e por suas virtudes moraes e civis; e com a sua costumada eloquencia e energia mostrou os males que se preparavam a Portugal, e as

fervorosas orações que todos deviamos dirigir ao Todo Poderoso, por nos trazer e salvar a vida ao nosso Bom Rei o Senhor D. Miguel I, fazendo-o com tal veemencia e claresa, que os olhos dos ouvintes mostraram a compunção dos corações avivados para supplicar ao Rei dos reis, pela vida e conservação de El-Rei Nosso Senhor e louva-IO com o himno *Te Deum laudamus*.

Dia 3 — Em vereação: Posto a lanços os bancos do peixe, o maior foi de 228200 reis metal, de Antonio Silva, almocreve desta vila. Não se entregou, ficando para o dia 5.

Dia 6 — Grande parada no Tournal pelos voluntarios realistas e destacamento de milicias da vila. No fim de cada descarga foram entoados os vivas ao sr. D. Miguel I pelo comandante da parada, o coronel de milicias Antonio Cardoso de Menezes Ataide, que foram correspondidos com entusiasmo pela tropa e povo. As janelas do Tournal estavam todas embandeiradas. (P. L.)

Dia 7 — Em vereação: Posto a lanços em 3.^a praça, o arrendamento por 1 ano, até 31 de Dezembro dos bancos dos assentos do peixe e botica da alfandega, o maior foi de 288800 reis, de Domingos José de Aguiar, ferrador, d'esta vila. — A pluridade de votos, os officios de pedreiro ou canteiro elegeram juiz José Pereira de Sousa, desta vila e escrivão José Pereira, do Tournal, que logo tomaram juramento.

Dia 10 — Por procuração passada ao Visconde de Azenha (Filho) — Bernardo Correia, (irmão da noiva) foi celebrado, no oratorio da Casa do Arco, o casamento do Ministro de Estado José Antonio de Oliveira Leite de Barros com D. Catarina Lusitana Correia de Moraes Leite e Castro, filha do Visconde d'Azenha, que esteve presente. Foi celebrante o P.^e Mestre Lordelo (frei José de Lordelo Vila Real) dos Capuchos. Ela partiu para Lisboa no dia 19 d'este

sendo acompanhada até fora da vila por muitas pessoas de todas as classes. (P. L.).

Dia 11 — Saiu d'aqui para Beira Mar (?) um forte contingente de 150 homens de milicias da vila, comandado pelo major graduado, Pissenha das Lages. Outros iguaes contingentes de todos os regimentos da provincia marcharam com o mesmo destino. (P. L.)

Dia 13 — É preso no Porto José de Sousa Bandeira, sogro do dr. Avelino da Silva Guimarães, distinto advogado que foi n'esta sua terra. Era um dos redactores e fundadores do 1.º periodico que se publicava em Guimarães "Azemel Vimarrenense", onde tambem era escrivão do publico judicial e notas, em substituição de seu paé que para esse cargo tinha sido nomeado pelo Principe Regente em 1808. Bandeira acompanhou o exercito liberal para a Galisa, em 1823.

Dia 16 — Lê-se em o "Correio do Porto": Os 8 comandantes dos regimentos de milicias do Minho (Guimarães, Basto, Barcelos, Braga, Vila do Conde, Barca, Viana, e Arcos), officiaes, officiaes inferiores e todas as outras praças dos mesmos corpos, elevados dos puros sentimentos de amor e fidelidade que consagram á Real Pessoa de Sua Magestade, oferecem a beneficio do Estado, todos os seus soldos, *prets* vencidos e ainda não satisfeitos, que importam na totalidade de 47.386\$611,½, sendo do regimento de milicias de Guimarães 5.964\$860 reis.

Dia 27 — O Provedor da Misericordia propôs em sessão de mesa — que achando-se implicado em crimes politicos, e tendo lançado mão d'armas na Rebelião da cidade do Porto, a que se uniu, o boticario d'esta Sta. Casa, Teotonio Ferreira da Cunha de Carvalho, e tendo como tal retirado e, por conseguinte, deixado ao desamparo a administração da mesma botica e medicamentos que estavam a seu cargo, resultando d'aqui manifesto prejuizo aos redditos da Santa Casa e igualmente um prejuizo sem reparo, assaz escandaloso, para a saude e curativos da pobresa, obje-

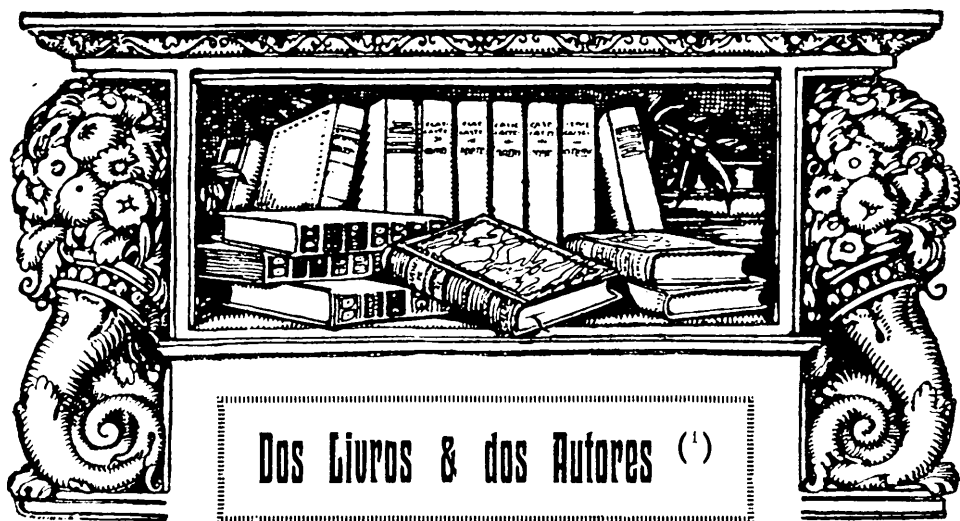
cto principal do instituto e caridade d'esta Sta. Casa a que se devia acudir com pronto remedio e providencia, resolveram unanimemente que fosse admitido para a administração da mesma botica João Antonio Fernandes, com as clausulas e obrigações que na escritura de contracto se declararem, ficando d'esta sorte excluido aquêlê Teotonio Ferreira da Cunha de Carvalho com impossibilidade de poder, em tempo algum, preencher o mesmo contracto.

Dia 30 — Da relação dos Donativos Voluntarios para o Estado, que entravam em Lisboa no cofre respectivo, desde 26 d'este mês até hoje, consta a seguinte verba: — O Dezebargador Corregedor da comarca de Guimarães, Antonio Joaquim de Carvalho, fez entrega de Donativos dos habitantes da mesma comarca, recebidos nos meses de Setembro e Outubro do ano proximo passado, em 2 titulos da divida publica, no importe de 1618020 reis.

Dia 31 — Em vereação: Apresentou-se Manuel Antonio de Afonseca, da Rua da Cruz da Pedra, que por despacho do Senado havia sido nomeado Louvado Fazendeiro, e foi-lhe deferido o juramento. — O Juiz de fora, presidente, apresentou provisão regia de 22 de Novembro de 1823, nomeando para 1829 os seguintes vereadores: Fortunato Cardoso de Meneses Barreto, Vicente Machado de Melo Pinheiro, Domingos José Alves de Abreu; procurador, Francisco José Fernandes Soares de Araujo; e tesoureiro José Antonio Mendes. Foi determinado officiar-lhes para comparecerem no dia 3 de Fevereiro, por os dias 1 e 2 serem santificados e hoje não haver tempo para se lhes dar posse.

N'este mês manda a Camara numerar as casas e pôr nas esquinas os nomes das ruas e praças. (P. L.).

JOÃO LOPES DE FARIA.



RUINAS DE AMOR, por *Horácio de Castro Guimarães*. —
Edição da Revista "Gil Vicente" — Guimarães, 1928.

Os leitores do "Gil Vicente" já conhecem Horácio de Castro Guimarães. É um novo, mas um novo com responsabilidades já criadas e que não sabe fugir a elas.

O seu novo livro transpõe visivelmente as barreiras de uma esperança para começar a ser uma certeza. "*La société est un livre à lire, bien que ce soit un livre banal*". Estas palavras de *Sertillanges* escritas na portada do livro dão-nos a conhecer sobejamente a sua índole. Não se trata de um mero passatempo literário, que seria um desperdício e os desperdícios constituem crimes imperdoáveis para aqueles que, como H. de C. Guimarães, conhecem a pesada e grandiosa tarefa de reconstrução que o nosso tempo nos reservou, não é, repito, um bocejo banal de *dillettante*, mas uma novela com intenção moral definida.

H. de C. Guimarães bem poderia lembrar no princípio da sua obra aquelas palavras que Paulo Bourget estabelece no prefácio de um dos seus livros como a fórmula exacta de uma grande lei da vida; — "*La vie est une grande recommenceuse*" e que não estariam menos certas.

História de um lar que a leviandade criminoso do chefe vai desfazendo aos poucos e que, quasi só por milagre, se salva no momento em que uma última infâmia ia consumir a destruição definitiva e irreparável, *Ruínas de Amor* é um livro que merece ser meditado na sua preciosa lição de emenda e de começo reabilitador. — *La vie est une grande recommenceuse*. . .

A sua unidade é perfeita e em poucas e sóbrias páginas o drama desenrola-se com realidade e simplicidade. A linguagem em que está escrito é bem nossa.

Impecavelmente? Seria um excesso afirmá-lo e excessos não nos perdoaria a consciência, nem o autor. H. Guimarães há-de ser um dos melhores, mais ricos prosadores da geração nova.

Muitas qualidades possui "*Ruínas de Amor*" que não poderei desenvolver nesta singela notícia. Já disse o que é fundamental e dá todo o valor à obra: — lição moral, unidade e beleza artística, riqueza de linguagem, naturalidade e verdade na pintura da vida dentro do aspecto em que é estudada.

(1) Só daremos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em duplicado, a não ser que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrínseco.

Uma última observação, que não sai de um censor, mas sim de um admirador sincero, muito embora obscuro e mais ainda ignorado.

Há em *Ruínas de Amor* uma preocupação manifesta em descrever com minuidência todas as fases da doença; melhor, há uma desproporção, que, se não é muito grande, no entanto é desproporção, na maneira como são apresentadas as partes: destruidora e construtora do livro. O livro, é certo, não fica diminuído, nem perde no seu valor, mas a atenção de quem lê pode ser desviada do que nele é fundamental ou, ao menos, não ser ferida com aquela intensidade que o autor certamente desejava.

E mais nada.

Ao autor dou os parabens em duplicado: pela vitória do seu livro e pelo valor da reconsideração.

Ao "Gil Vicente" não tenho que dar parabens. Dê-lhos o público, dê-lhos a sociedade que êle tão bem e tão esforçadamente serve.

EUGENIO DE BELONÔR.

A LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL, por *Manuel Múrias* — "Nação Portuguesa"—Largo do Directório, 8-3.º—Lisboa, 1928.

Neste opusculo publica o Aut. a conferência realizada no salão nobre da Faculdade de Letras de Lisboa, aos 8 de Março de 1928.

Trabalho de grande valor, nele se presta homenagem à determinação do Sr. Dr. Octavio Mangabeira, ministro das Relações Exteriores do Brasil, para que os delegados brasileiros às conferências internacionais tenham como lingua oficial o português.

O Dr. Múrias estuda "o milagre da unidade linguística do Brasil, a condicionar o da sua unidade de território", refere-se à descoberta do Brasil em 1500, ao seu povoamento levado a efeito por D. João III, à valiosa acção dos jesuitas que foram «os melhores colaboradores de Portugal nas conquistas e desde então a perseguição pombalina a história da colonização do Brasil é inseparável da história da Companhia de Jesus».

Trabalho consciencioso e de grande clareza, interessa a todos os estudiosos.

D. FREI FORTUNATO DE S. BOAVENTURA MESTRE DA CONTRA-REVOLUÇÃO, por *Fernando Campos*—Edição de José Fernandes Júnior, Largo do Directório, 8-3.º — Lisboa, 1928.

O sábio Arcebispo de Evora, D. Fr. Fortunato de S. Boaventura, foi um dos arduos paladinos da legitimidade do Senhor D. Miguel e um audaz combatente contra os principios desnacionalisadores do liberalismo.

Com o triunfo dos liberais, com a organização da história facciosa que depois se lhe seguiu, iniciou-se a torva campanha de descrédito contra o Rei legítimo e contra os que defenderam os seus incontestáveis direitos.

Foi assim que se deturpou tudo, foi assim que se deturpou a obra do historiador e humanista que no "Mastigoforo" e no "Punhal dos Corcundas" taganteou e pôs a descoberto as *generosas* intenções dos liberais.

Mas o desvairo passou. Principiou a fazer-se luz nos espiritos e as figuras de relêvo sobre quem o liberalismo exerceu a mais feroz perseguição, voltam a ocupar o seu lugar de comando.

O trabalho do Sr. Fernando Campos — Conferência realizada no Nucleo Integralista da Ideia Nova, em Coimbra, no dia 29 de Abril de 1928 — é cheio de interesse e de valor. Com a sua publicação, o Sr. Fernando Campos veio prestar um bom serviço ao país, à verdadeira História e à causa santa que nos irmana.

PORTUGAL NA HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO, por *António Serras Pereira* — Edição de José Fernandes Júnior — Largo do Directório, 8-3.º — Lisboa, 1928.

É valiosíssimo êste magnífico trabalho do Dr. António Serras Pereira. É cuidada a investigação histórica, feita com admirável clareza. Embora, por vezes, discor-

demos de algumas afirmações contidas neste livro, não deixamos, contudo, de salientar o seu muito valor. O Aut. intitula este livro «simples prólogo de uma série de estudos histórico-filosóficos».

Talvez, por este motivo, o Dr. Serras Pereira se não tenha referido minuciosamente à acção colonizadora dos portugueses, no Brasil, e que é um dos mais belos capítulos da nossa odisseia ultramarina.

Estamos convencidos que o Dr. Serras Pereira não deixará no olvido este admirável capítulo, tratando-o largamente no volume que se seguir a este prometedor «prólogo».

SAN FRANCISCO TROVADOR DIVINO, pelo *P. José Antonio de Donostia, O. M. Cap.* — «Editorial Franciscana» — Barcelona, 1928.

A bibliografia franciscana é vastíssima. Em toda a parte se tem intensificado o culto e as homenagens ao Santo Pobresinho de Assis. Desde os Templos ás Academias, a figura extraordinária do *Poverello* tem exercido uma salutar e benéfica influência.

O P. José Donostia, dá-nos, no opusculo que temos presente, a conferência que realisou na Universidade de Salamanca durante a semana consagrada ao que foi «el inspirador del arte en la Edad Media».

É um estudo valiosíssimo, mostrando-nos a influência exercida em S. Francisco pela música, a ponto de o canto ser familiar aos filhos do Serafico Patriarca.

HOMENAJE A D. CARMELO DE ECHEGARAY (Miscelânea de estudos referentes al País Vasco), — Imprenta de la Diputación de Guipúzcoa, San Sebastian, 1928.

Neste volume de 688 páginas estão reunidos, em homenagem a D. Carmelo de Echegaray, falecido em 4 de Novembro de 1925, preciosos estudos de investigação histórica sobre os povos vascos. De todos os valiosos estudos destacaremos o de Fr. José Adriano de Lizarralde, O. F. M., sobre o «Valor histórico de la efigie de Ntra. Sra de Iciar»: o de Chanoines V. Dubarat — J. B. Daranatz, sobre «La mort de Roland à Roncevaux» e o de Adolfo Bonilla y San Martin «Notas sobre dos leyes del Fuero de Navarra en relación con el Amadis de Gaula».

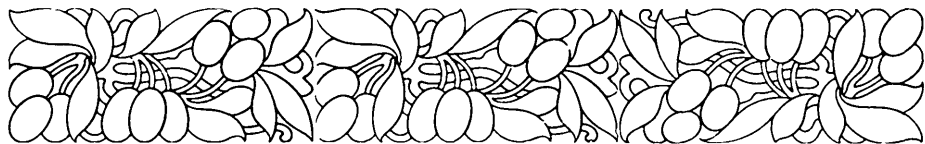
MÉDITATIONS SUR S.^{TE} THÉRÈSE DE L'ENFANT-JÉSUS DANS SA FAMILLE, pelo *Abbé Arnaud d'Agnel* — P. Téqui, Libraire — Éditeur — 82, Rue Bonaparte, Paris — vi, 1928.

Mais um bom livro sobre o Anjo do Carmelo. Estas meditações recomendam-se muito pela sua originalidade. É uma obra de grande elevação, descrevendo as três virtudes que constituem a perfeição da santa de Lisieux: — a infancia espiritual, a caridade divina e o amor no sofrimento.

ENTRETIENS SUR LA VIE RELIGIEUSE por *Mgr. Bourchany*. — Pierre Téqui, Libraire — Éditeur, 82, Rue Bonaparte, Paris — vi, 1928.

Neste volume estão reunidas as conferências feitas em «la Maison-Mère de la Congrégation de Soeurs de Saint-Joseph de Lyon» — 1914-1926.

Conferências piedosas, feitas em palavras sábias e ardentes, que aclararão o caminho às almas possuídas de ideal de santidade. Eis um belo pensamento: — Qui aime ne se contente pas de demander mais veut aussi donner.



ANTONIO SARDINHA, Poeta Lirico

II

O lirismo de António Sardinha

(CONCLUSÃO)

O *Tronco reverdecido* foi escrito antes da conversão do grande Poeta, — mas através dêle se divisam já as auroras róseas e prometedoras da graça divina...

O seu segundo livro de versos intitula-se: *A Epopeia da Planície*. É um livro de Poemas inspirados na paisagem e nos vastos horisontes do seu Alentejo de céus lavados e claros, — livro onde vibra o amor da Terra e do Lar, do Sangue e da Raça!

É desta guisa que êle na *Epopeia* faz a história dos seus Amores...

Epitalâmio

«Hymen, oh Hymeneu...»

Do canto grego.

Sou o inimigo, o hóspede estrangeiro,
que te ganhou à tua parentela.
Houve combates, justas no terreiro,
tive que me provar com toda ela.

Fui o inimigo, o hóspede estrangeiro,
que te ganhou por força á parentela.
Mas hoje os meus Avós são teus Avós,
— démos um nó cerrado, um nó meeiro,
ó minha carnalíssima Costela,
ó Voz da minha voz!

De agulha de oiro, de dedal de prata,
 bordavas lenços finos á varanda!
 Suspensa do pesponto, olhaste a rua.
 E doce e timorata,
 assim te vi por essa tarde branda,
 tal como Dona Iria
 no alpendre que de cravos se debrua,
 quando p'la estrada o cavaleiro ia.

Mas como o Cavaleiro do Rimance,
 não te levei depois p'la noite espessa
 a escuro matagal.
 Não te iludi em traiçoeiro lance,
 nem te deixei o corpo numa eça,
 trouxe-te simplesmente ao leito conjugal.

«*Hymen, oh Hymeneu!*...»

P'lo Sal e mais p'la Agua
 démos um nó cerrado, um nó meeiro,
 ó minha carnalissima Costela,
 que eu, o inimigo, o hóspede estrangeiro,
 arrebatei por força à parentela.

Ficaram as bonecas no larário
 da tua infancia em que outro sangue é rei.
 No átrio, jûnto ao Fogo hereditário,
 a roca te entreguei.

«*Hymen, oh Hymeneu!*...»

P'lo Sal e mais p'la Agua
 has-de ser Caia aonde eu seja Caio,
 — serás Senhora aonde eu fôr Senhor!
 Cantando, me darás o manto e o saio,
 que eu te darei, cantando, o pão e o amor!

E a chuva fez-se nossa convidada.

Choveu, — que bom anuncio de abundança!
 Vinho entornado, trigo com fartura,
 — tudo nos assegura,
 que a roda da Fortuna está travada,
 que a sorte o seu favor nos afiança!

«*Hymen, oh Hymeneu!*...»

E o espírito dos Manes
 adeja em derredor da câmara impoluta
 — a árvore ancestral vae vêr-se re florida!
 Demonio do Desejo, não profanes
 êsse acto de resgate em que se escuta
 na câmara em silêncio o cântico da Vida!

Trocaste o veu de Virgem recatado
 p'lo anel de Esposa que eu te pús no dedo.
 P'ra não passar a outros o morgado,
 que sejas mãe bem cêdo!

«*Hymen, oh Hymeneu!*...»

— Mas que segundo
 em que se abraça a eternidade toda!
 Vieram os Avós do Outro-Mundo
 e assistem no silencio á nossa Boda.

Vieram devagar das Profundezas
 em que se lhes delia o pó funéreo,
 como no instante em que Jesus desceu
 a batizar no Limbo as almas presas.
 E agora
 a surreição da Carne, *oh Hymen, Hymeneu!*
 opera-se na alcova de mistério!

«*Hymen, oh Hymeneu!*...»

P'los tempos fóra
 que Deus a geração nos acrescente!
 E assim, ó Muito-Amada,
 quando estivermos já em cinza e nada,
 possa um milagre como o desta hora
 dar-nos por um momento o ser de gente!

A *Senhora do Ó, Sant'Ana, a Roca* — são outros poemas líricos que o grande Poeta apaixonado dedicou á sua Amada, e representam tambem um documento eloquente e vivo da riqueza do seu alto e castiço Lirismo.

E porque extraí o poema acima lido da «Epopeia da Planície», permiti ainda que vos leia dêste livro umas quadras inspiradas na Saudade,— a nossa mais portugueza palavra. Dir-se-iam feitas por algum cantador de aldeia num domingo de romaria, com a sua Amada ausente, — cantador êsse que tivesse porém herdado o veio poético dos Trovadores dos nossos velhos *Romanceiros*...

Eis as quadras:

I

Ausencia é mãe da Saudade,
ninguem as vê separadas.
São duas bocas á mesa,
tornam-se muito pesadas.

II

«*Pepita, leva êste ramo...*»
— E a Morte a ambos levou.
Veiu a distancia, a velhice,
— só a Saudade ficou.

III

Saudades de Anto, escrevendo,
fundas saudades de tudo.
Cantam na boca dum cego,
choram nos olhos dum mudo!

IV

Meu corpo de oiro, morri-me.
Morri-me, — christeleison!
É a Saudade, Violante,
«*gran coyta do corazon*».

V

Saudade, pão de sustento,
meu vinho de consagrar,
ai, Deus, i u é, Saudade,
sem ti não posso passar!

VI

Onde é que iria a Velida
lavar a branca roupinha?
Foi a Saudade com ela,
não anda nunca sosinha

VII

Ay, madre Santa Maria,
ay, verde pino com flôr!
O meu amigo que é dêle?
Sem êle moiro de amor!

VIII

Saudades vivas da Terra,
— vivas saudades do Mar...
Oh, o desejo impossivel
de se partir e ficar!

IX

Joana patos guardava,
— menina e moça perdida.
Amor que mata de pena,
mas a Saudade dá vida!

X

No figueiral figueiredo
seis ninas eu encontrára.
Por causa duma saudade
fiquei sem olhos na cara!

XI

Sereias, Nau Catrineta,
Sete-Partidas do Mundo...
— Quem é que mede a Saudade,
se é como um poço sem fundo?!

XII

Que olhos os teus, ó Saudade,
— p'ra além da vida tu vês!
« *Até que o mundo se acabe!* »
— diz a Saudade a Inês.

XIII

Prestes Joham da abalada,
— quantas saudades lá vão!
Tenho-te longe da vista,
mas perto do coração!

XIV

Porque é que os olhos se alagam,
assim sequinhos, sem choro?
Saudades de outras saudades,
que eu mouro porque não mouro!

XV

Não vás, ó águia, tão alta,
teus vôos tentam os meus!
Saudades, — sei lá! —, de nada,
— talvez saudades de Deus!

XVI

« *A vida acaba na morte,
não pode a alma morrer!* »
Oh, a saudade sem nome
de ser a gente e não ser!

XVII

*«Soidades, muitas soidades,
a quem se alembre de mim,
que as minhas só p'ra contigo
á vista é que hão-de ter fim».*

XVIII

Bandeira linda da Patria
lá p'lo desterro a sofrer,
anda a Saudade contigo,
ela é que te há-de trazer !

XIX

Ó variações de Saudade
sobre a cantiga do Longe,
sois como a história encantada
do passarinho e do monge !

*

E para que o seu «Menino» adormeça, o Poeta compõe então uma «Toada», — que lembra as que ouvimos em criança da boca das nossas mães...

Nascêram dois dias juntos,
nunca se viu coisa assim !
Nasceu um dia p'ra o mundo,
nascia outro p'ra mim.

.....
Leram-te a sorte, meu Filho,
não ha sinais como os teus !
Melhor que a sorte mais bela
foi sempre a graça de Deus !

.....
Na hora de Deus nasceste,
— que Deus te encaminhe bem !
Que sempre dês os teus passos
na hora de Deus, amen !
.....

Mas ah! Deus não quiz que êsse «Menino» estivesse no mundo mais do que um ano...

Nasceste em roupas de preço,
— onde é que irás acabar?
Eu peço a Deus que te leve
se te não ha-de guardar!

.....

.....
... E a dôr infinda do Pai ficou a eternizar-se em sonetinhos elegíacos!...

Era uma vez um Menino,
como o Menino-Jesus.
Não sei que imenso destino
no seu destino eu supuz!

.....

.....

.....

Se passarmos aos «Poemas da Turbação e da Boa-Estrêla» (*Quando as nascentes despertam...*) a lirica de António Sardinha ora toma a feição dramaticamente simbólica em o «Jardim do Eclesiastes» ou no «Poema da carne nua», nos «Centauros» ou no «Filho de Judith», etc...; ora toma a expressão popular na «Canção do ferro na forja», ou nos «Versos do trinco da porta», no «Louvor dos tapêtes», ou na «Canção do espêto no lume», etc...; ora, finalmente, toma a forma amorosa na «Pedra de ara» ou no maravilhoso poema «Et nunca et semper»...

Logo no primeiro poema a Amada é invocada;

«E cantam as Nascentes...

Bem-Amada,
nunca me esquece, nunca, o teu enlêvo!
Tu és a minha Fonte renovada,
— de ti me vem a ânsia com que escrevo!»

O «Soneto da Casa», em que o Poeta exalta a «casa portuguesa, caia-dinha, de nicho á porta e lampião pendente», casa «alva, mais alva ainda que a farinha», e que ao vê-la «dá virtude á gente»; a «Sulamite», de ins-

piração bíblica; o «Soneto dos repuxos» a cantar o tema dum olhar que a Amada lhe deu certo dia; a «Porta do Ceu», que lembra um Primitivo, poesia cheia de união religiosa... —, e que eu não resisto á tentação de a rezar em voz alta:

«Caíu das tórres a oração da tarde.
A tarde lhe responde brandamente.
Louvado seja Deus, (que Deus nos guarde!)
Louvado seja Deus por toda a gente!

Avé-Maria...

E nas palavras doces,
casa de Nazareth, caiada e pura,
eu vejo-te passar, como se fosses
um vaso de inocência e de candura!

Arrumadinha, com decência honesta,
no teu jardim florescem açucenas.
As trepadeiras dão-te um ar de festa,
cuidadas como são por mãos pequenas.

A voz de alguém, — dum hóspede estrangeiro,
soou no limiar, limpinho e pobre.
E logo um moço, em trajas de romeiro,
entra, sorrindo, — e, airoso, se descobre.

É scena essa que anda nas pinturas.
Rezava A que era eleita do Senhor.
Nunca ninguém, por entre as criaturas,
rezou assim, com tanta fé e ardor!

Ficou nos Primitivos a lembrança
do caso ingénuo, rescendendo a rosas.
Ei-la curvada, tão humilde e mansa,
de livro aberto sôbre as mãos piedosas.

Ei-la curvada, em místico alvoroço.
Ei-la curvada na cadeira rude.
Cantada e lenta, — como a sinto e ouço! —
recorda a voz do Anjo um alaúde.

«Vais conceber, Maria, sem pecado,
— tu que sem êle fôste concebida!
Darás á luz um filho nunca dado,
— e virgem ficarás p'ra todo a vida!»!

E disse Gabriel.

De mãos no peito,
a Escrava do Senhor curvou-se mais.
— «Tudo o que Deus mandar, que seja feito,
de animo alegre e pronto, p'los mortais».

Avé, Maria!...

E a tarde, pensativa,
medita no mistério singular.
De dedos afilados, em ogiva,
como é profunda a ânsia de rezar!

Como é profunda a ânsia de infinito
na tarde a esmorecer p'lo ceu lilaz!
É essa ânsia a ânsia em que eu me agito,
buscando em vão onde é que mora a paz!

A paz! A paz!

E uma estrelinha arde,
sinal de Deus, acima do horizonte.
No esparso aroma da oração da tarde,
que a paz sorria e sôbre mim desponte!

Que a paz sorria como chuva leve
na terra já gretada p'los calores!

.....

Santa Maria, doce irmã da Neve,
rogai por nós que somos pecadores!»

— Tais, entre muitas outras, as formosas poesias que ornamentam este livro, tão repassado de impecavel Beleza e de elevada inspiração!...

Na «Côrte da Saudade», as suas composições poéticas, ressuscitando sombras antigas, fazem lembrar vozes fantásticas ecoando em góticas naves de misteriosa catedral...

Sombras amigas são as que vivem em Toledo, — sombras reanimadas pelo estro singular do Poeta exilado. Ei-las passando pelas ruas silenciosas dessa «cidade de agonia e de bruxedo», invocando «uma paisagem de Outro-Mundo», cidade «côr do Tempo, irmã da Morte», e que tem em «cada pedra uma alma» e em «cada alma um segredo...» É D. Sancho II, — «errante e destronado», «Rei da Saúde...» É a Cava, «alma de Toledo...» É Martim de Freitas, «barão perfeito...» É o Tejo passando por Toledo «alheio à dôr e ao tédio...» É o pintor «Greco»... É Dona Mécia, — «a biscaíña» ... É Egas Moniz, «barão assinalado»..., etc., etc.

Tambem «Aquela que ficou p'ra lá dos montes», — «a Esposa de olhos calmos», é invocada saudosamente pelo Poeta neste livro admirável:

«A tua linha airosa de açucena
nunca me deixa, ó frágil criatura!
Por isso é mais ligeira a minha pena,
-- por isso a minha pena é menos dura!

Na ausência que à saudade nos condena
como um silêncio brando te emoldura!
Lembras Toledo, tua irmã morena,
cheia de encanto e cheia de amargura!

Santa Maria doce do meu sonho,
p'ra ti as mãos com humildade ponho
nas horas de agonia e de incerteza!

Vejo-te longe, como numa ogiva...
que a tua graça eternamente viva
e que eu a sirva em terra portuguesa!

*

Mas a *Chave d'oiro* da obra poética de António Sardinha — é a «Chuva da Tarde».

Afóra as melhores líricas de Camões e o *Campo de Flôres* de João de Deus, não conheço livro de versos mais belo e de mais espiritual lirismo do que a «Chuva da Tarde».

Através dêste livro, tão intensamente insuflado dum amor casto e

cristão, «erra do primeiro ao ultimo verso, o perfume bíblico e sádio do Cantico dos Canticos, e das orações e bênçãos da Missa Matrimonial...», — na expressão feliz do Padre Alirio de Melo! (1)

Bastaria êste livro de requintado e viçoso lirismo para dar fama eterna ao Autor e considera-lo como um dos poetas maximos do nosso lirismo tradicional! Bastaria a «*Chuva da Tarde*» para o «recomendar entre os nossos melhores líricos das duas últimas gerações, entre aquêles que nêste primeiro quartel do novo século vincaram ou surgiram como legitimis artistas do Verbo poético», — como diz com justiça e verdade o eminente crítico e poeta também, Silva Gaio. (2)

O livro, — que vem dedicado á sua Esposa idolatrada, — abre com um magnifico poema — prefácio.

Algumas quadras para amostra :

Chuva da tarde, — melodia mansa,
desejos vagos de chorar baixinho...
Voltei aos meus caprichos de criança,
— só quero, Amor, saber do teu carinho!
.....
Chuva da tarde...

Ao longo das varandas
reza mistérios lentos a noitinha.
Que bom não é sonhar em coisas brandas,
nas tuas brandas asas de andorinha !

Deixa que a sombra te emmoldure a face,
— eleva no silencio a tua voz !
O Cântico dos Cânticos renasce,
— diria até que se escreveu p'ra nós!
.....
Chuva da tarde...

E o anel da Bela-Infanta,
por nós agora ei-lo outra vez partido!
Como na scena que o Rimance canta,
que não duvide a Esposa do Marido !
.....

(1) Vid. *Gil Vicente* (Revista), n.os 2 e 3 - Fevereiro-Março, de 1925.

(2) Vid. *Dionysos* (Revista), n.os 1 e 2 - Julho e Outubro de 1925.

Chuva da tarde,— aragem de veludo...
 Penas dum anjo que as perdeu voando...
 Oh minha Amiga, como é bom ser mudo,
 se a alma está sonhando um sonho brando!

.....

Depois seguem-se 26 sonetos perfeítissimos e cheios de musicalidade e de ternura íntima e amorosa.

Representa um verdadeiro quadro bíblico o soneto

No deserto

Chegaram os camelos junto ao poço,
 quando Rebeca tinha a urna cheia.
 Fôram momentos êsses de alvoroço,
 bem raros de encontrar em terra alheia !

Também meu coração, menino e moço,
 nos cardos do caminho se golpeia.
 Ouço-te os passos, dentro de alma eu ouço
 o éco dos teus passos sôbre a areia !

Busquei-te no deserto longamente...
 como Rebeca outrora, condoída,
 surgiste, calma, na poeira ardente.

De ânfora baixa, à boca da cisterna,
 ficáste assim p'ra toda a tua vida,
 matando a minha sêde, que é eterna !

*

O soneto *Janua coeli* é dum descritivo impressionante e dum colorido de artista medieval.

É ao cair religioso duma tardinha sereníssima e abençoada...
 Depois a noite chega... Então a Amada que estava

... «sentada na varanda,
de volta com as coisas da costura, ...»

ao ver aproximar-se a noite, abandona o bordado para rezar...

Ouçam os tercetos :

«Castíssima, suspendes o bordado.
E elevas no silencio as mãos pequenas,
tocadas duma unção que eu não abranjo.

E' de ermidinha o teu perfil maguado.
Assim a Mãi de Deus, entre açucenas,
acolheria a saudação do Anjo!»

*

À Amada com os morangos a sangrar no açafate, lembra ao Poeta a estonteadora *Salomé*, «a filha de Herodias»... Outras vezes vê-A a fazer com «agua e espuma» balões que a viração vespertina «os apaga e esfuma»...; (*Conto infantil*) ou chora com a Eleita do seu coração pela morte da última boneca (*Elegia*)...

... «E enquanto a sombra se espreguiça em torno,
assim ficamos no silencio morno,
chorando os dois a morte da boneca».

No deserto, Janua coeli, Salomé, Cinzas, Conto infantil, Elegia, Ao crepúsculo, Responso, Melodia simples — branda canção da dobadora a dobar um sonho de oiro, — *Vesperal, Hora-sexta* — «idílio triste» do Poeta e da Esposa invocando, numa saudade resignada, a morte do Filho querido, — *Soneto de Avila, Ouvindo a chuva, Toada gótica, Carnaval, Anunciação, Velho motivo* — soneto feito sob a inspiração dum outro de Camões — *Georgica, Soneto ingénuo, Perfume errante, Pastoral, Regressando...*, *Eterna canção, Mirandum, Fantasmas, Soneto espiritual*: — eis os títulos dos sonetos encantadores dêste livro de puríssimo lirismo!

Todo êle é uma apoteose ao amor conjugal, — ao amor santificado na crença pura e sólida e na paz bemdita do Lar cristão!...

*
* *
* *

Vou terminar cheio de confusão... Sei perfeitamente que mal honrei a memória do Morto saudoso!

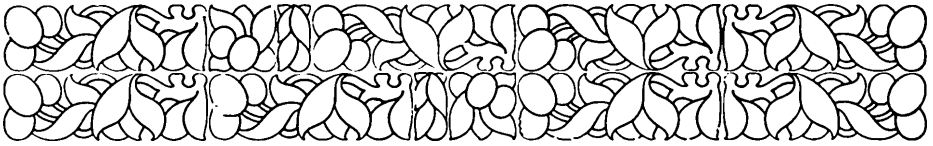
Mas... confesso sinceramente: Outra foi a minha intenção, outro foi o meu desejo ao dar começo a êste imperfeito estudo!...

Que Ele, — o Chefe duma *Cruzada* que anda empenhada por libertar o Portugal cristão e católico, monárquico e tradicionalista, das mentiras convencionais e dos êrros estrangeiros, — me perdõe! E que Vós — soldados intemeratos dessa Cruzada de Resgate! — não façais caso das deficiências, — que são muitas! — desta minha obscura e descolorida palestra: É êste o último pedido dum vosso irmão que tem fé e esperança — que crê em Deus, na Pátria e no Rei!...

(13 - XII - 28).

RUY GALVÃO DE CARVALHO.





“O ANÁTEMA DA FLANDRES,,

VIII

O embarque das levas

*“Nos liberi sumus, rex noster liber est
et manus nostras nos liberaverunt.”*

OS CAVALEIROS EM ALMACAVE.

HA alguns dias já, junto ás muralhas de Alcantara-Mar, encostavam-se uns barcos carvoeiros, fretados pela República em Inglaterra por alguns gordos centos de boas libras esterlinas, e que já haviam servido a transporte de gado da Australia.

Surrateiros, igualmente, menses atraz, um pouco mais junto do coação de Lisboa, outros navios se quedaram momentos, para nos levarem 20.000 Mausers até à União Sul-Africana e 40 Canets até às terras da Servia, enquanto por Portugal corria uma voz parda alardeando em desembarque, no Cais da Fundição, uma inefavel fantasia de baterias de artilharia, em doação ao Exercito desarmado.

Sob pretexto de beneficiação necessária e reparações urgentes, muita arma de guerra saíu dos quartéis para o Cais da Fundição, e daí foi Tejo em fóra, para na troca cara entrarem, mais tarde, as velhas Vickers inglêsas que sobejariam da guerra.

O que de bom havia, oferecia-se levemente no amôr do perdulário ou criminosamente na ganancia do judeu.

No Chinde passavam tropas inglêsas para garantia da soberania portugueza em restos do maior emporio Colonial que o Mundo jámais viu. E pequenos troços militares da metropole, ou se afogavam em Na-

makurra, ou retiravam em Naulila, ou morriam em acampamentos onde nem água havia. (1)

A guarda inglêsa velava a Africa Portuguêsa, e os carvoeiros inglêses buscavam portuguezes para defeza da França!...

Dilema horrivel que a circular confidencial ás unidades expedicionarias sobressaía determinando o embarque para França na manhã de 19 de Janeiro de 1917, num repentismo tão brusco, à ultima hora, decreto para que a Nação não houvesse o tempo de voltar a si do atordoamento violentissimo que lhe vibraram.

Uma convulsão de revolta nobre perpassou, para logo se extinguir em luta vã com a mordança e as algemas, num isolamento amargo, como se estivesse divorciada do país.

Nem um éco lhe responde; e numa madrugada do Silêncio tilintam os ferros dos escravos em teorias, que o pirata vendilhão despeja nos porões dos carvoeiros, (2) e a gado já servidos.

Nem uma luz assomava a uma trapeira que não visse uma carabina apagando-a. Entre taipaes escoltados de baionetas passava a escravatura dum exercito... sem armas. Na muralha, junto à escada do portalo, dois soldados da G. N. R., de baioneta calada, barrando a saída de soldados e officiaes, terminavam a despedida de Portugal.

Em tempos idos, iam o povo e o exercito em romaria ás praias do Tejo, no momento solene em que Portugal levava aos seus batalhadores a benção divina da alma luzitana. Ajoelhava o exercito, ajoelhava o povo em preces a Deus, à clara luz do dia, para que a Gloria não desamparasse as armas que seguiam à batallia. E as bandas e charangas espalhavam das praias a todo o país, os toques de guerra que acompanhavam os lutadores até além da barra, e além nos sertões dos longes.

Uma missa campal terminava a procissão dos quartéis à praia onde a Nação abraçando o seu Exercito o entregava ao amparo de Deus na missão gloriosa que o levava e o victoriava. E os portuguezes, à plena luz do dia, franjavam as praias de Portugal onde borboletas brancas balouçavam a Saudade tão nacional e a Esperança de os tornar a vêr, em

(1) Vidé «A Mentira da Flandres... e o Mêdo», de Ferreira do Amaral. Vidé «Tropa d' Africa», de Carlos Selvagem.

(2) «Em Lisboa baldearam-nos do comboio para o transporte, como uma carneirada: em Brest meteram-nos nos vagons como uma teoria de escravos».

breve, empunhando aquelas armas da Victória que lhe confiavam para não virem embotadas na fuga da derrota afrontosa, mas iluminadas antes na morte santa por um holocausto enobrecedor.

E já perdidos á vista, os bergantins lusos, na planície tão extensa dos mares, ainda ali estava, no silêncio das préces, aquela alma santa à beira-mar nascida, tão junta dos combatentes que armára para a rudeza mais forte da peleja nas batalhas; e, todos os dias, todas as noites, as igrejas alteiavam orações ao Omnipotente num sentimento tão da devção em que Deus é tão proximo, como em cada lar se pedia fervorosamente ao Todo Poderoso a proteção superior pelo troço do sacrificio que Portugal demandava em guarda à Imortalidade a que ascendera.

Agora... se o dia descobria os filhos de Portugal arrastando a escravidão à França, não havia pressa que não tomassem os algoses para os esconder onde já houvera o gado da Australia; (1) se a noute os queria proteger da traficancia, eram as janelas complidas a fecharem-se e as luzes intimadas a não derramarem claridade. E a embelezar um quadro da Liberdade (2) perfilavam-se alas de baionetas, cercando taipais da estação de Alcantara-Mar ao Cais de embarque, uma honra ultima de tão duvidosa intenção, que tanto mostrava uma guarda a presos, duma perigosa fuga à hora do embarque onde faltava a turba cidadina e era levada a bondade aldeã.

Ao largo, brêve se faziam os carvoeiros logo que bem atestados fossem, (3) indo enfileirar entre tantos presídios flutuantes que o Tejo jamais pôde vêr.

A fragata D. Fernando, o cruzador-auxiliar Pedro Nunes, o transporte Lourenço Marques, recolhiam farto numero de officiais presos; os carvoeiros inglêses E., F., G. guardavam-lhes os soldados; no ministerio da guerra o «gabinete negrò» interceptava a correspondencia das «levas» receoso, decerto, que umas cartas esparsas, de presos nas águas do Tejo, fossem sublevar a Nação contra a pirataria praticada (4).

Portugala era arrastado à guerra, nos tempos de hoje, segundo as

(1) ANTONIO GRANJO — Vid. «A Grande Aventura».

(2) CARLOS MALHEIRO DIAS — A conspiração republicana foi quasi uma conspiração legalizada e subsidiada pela Monarquia...

(3) ANTONIO GRANJO — Tratam-nos como tratariam cavalos. Desde que saimos de Lisboa que não comemos senão batatas. A carne é pôdre, o bacalhau é intragável, o vinho é uma mixordia ignobil. (*A Grande Aventura*).

(4) HOMEM CRISTO PAI — Não foi por interesse nacional, mas de bando, que os quadrilheiros sem pudôr advogaram a intervenção de Portugal. Não, por patriotismo, não!

normas melhores da Civilização democratico-liberal, sobre êle tripudiando miserandamente, pela r̀epública-regimen que a Nação não suporta e mais e mais abomina cada dia, por fundamento saliente da mal-aventurança que a desvasta.

Não são os homens a causa primordial do mal, que as nações sofrem, pois é demasiadamente conhecida a imperfeição humana; o mal é dos sistemas politico-sociais que mentem as Verdades Eternas e que afinal os vencem sempre na hora da Ascensão que s̃o nos povos oprimidos (!).

A bordo da fragata D. Fernando e transporte Lourenço Marques eram alguns officiaes presos do 13 de Dezembro; a bordo do cruzador-auxiliar Pedro Nunes eram os officiaes presos do 18 de Janeiro. Aqueles andavam de prisão em prisão, ora em Elvas, em Fontelo, no presidio de Santarem . . . , para voltarem ao Tejo e tornarem a terra, recebendo ordem de prisão em França quando lá chegavam aos troços; estes ultimos (²) eram encaixotados nas «cabines» do Pedro Nunes para os capitães Pope e Leone e os seus cavaleiros do 2 de lanceiros não serem os presos a bordo, e pouco depois tomavam conhecimento deste mimo republicano:

Serviço da R̀epública

C. E. P. — Quartel General — 3.ª Repartição — N.º 137 (27-1-917).

«Comunique-se ao comandante do Pedro Nunes para os devidos efeitos».

(a) LEOTE.

Lisboa, 27 de Janeiro de 1917.

Ao Senhor Chefe do Estado Maior da Divisão Naval — Tejo — Lisboa.

«Constando a este comando que se acham presos a bordo do *Pedro Nunes* os officiaes abaixo mencionados, encarrega-me S. Ex.ª o Ge-

(¹) TRINDADE COELHO, *distinto publicista*: — Ou ingressamos no movimento nacionalista europeu ou nos perdemos.

(²) Estes officiaes ao sairem da estação de Santarem, tomaram a estrada de Santa Clara e atravessaram os campos para alcançarem a estrada de S. Domingos, entrando assim no presidio de Santarem, enquanto os canalhas assaltantes eram contidos pela tropa . . . de quartel.

neral Comandante do C. E. P., de comunicar a V. Ex.^a para conhecimento de S. Ex.^a o Comandante da Divisão Naval a nota da Secretaria da Guerra, que a seguir se transcreve :

“Tendo o major Antonio Baptista Justo, comandante do Grupo de Batalhões do Regimento de Infantaria n.º 34, pedido ao General Comandante da 2.^a Divisão do Exercito, para em seu nome e no dos seguintes officiaes :

Capitães : — Antonio Pais de Lima Castélo Branco, Domingos Cosmelli Cancela, Casimiro Victor de Sousa Teles, Manoel Antonio de Almeida e capitão-médico Albino de Paiva Curado ;

Tenentes : — Manuel Bernardes Topinho, José de Almeida Vale Junior, Filipe Augusto de Sousa Tribolet, João Antunes Videira ;

Alferes : — Felisberto da Rua Alençao Bordalo, João José Pacheco Junior, João Pereira Gonçalves, Antonio Lopes de Azevedo, José Duarte Graes, Antonio Bernardo Figueiredo, Bento Freire de Matos Mergulhão, José Augusto Correia de Campos ;

Alferes milicianos : — Alberto Higino da Ponte e Sousa, Francisco Serrão Coelho de Sampaio, Abel Henriques de Matos e alferes medicos milicianos, Mario Fialho Barradas e Luiz Antonio Raposo,

para transmitir a S. Ex.^a o Ministro da Guerra, declarações atentatorias à disciplina e de character colectivo, com o que infringiram gravemente o dever 25.º do art.º 4.º do Regulamento Disciplinar do Exercito, o mesmo Ex.^{mo} Ministro, por seu despacho, de hoje castiga :

O major com a pena de trinta dias de prisão correcional ; os capitães com vinte e cinco dias de igual pena, cada um ; e os tenentes e alferes com vinte dias da mesma pena, cada um, o que manda comunicar a V. Ex.^a para os devidos efeitos. Estes officiaes seguem para França com o primeiro troço do C. E. P., devendo cumprir durante a viagem os dias de prisão que poderem.” (1)

O Sub-Chefe do Estado-Maior,
LUIZ A. MARTINS
Capitão.

(1) Os officiaes do 18 de Janeiro cumpriam prisão em Portugal e alto mar ; os officiaes do 13 de Dezembro cumpriam prisão em França no dia immediato á sua chegada, se não ficavam em Fontelo ou outro carcere.

«Neste documento faltou o nome do tenente-médico Afonso José Maldonado e o do tenente Luiz Pinto Lelo, o que foi notado no verso pelo Ex.^{mo} Snr. Major Antonio Baptista Justo». (1)

Sob prisão para um campo de batalha era o descôco mais ordinário que a república podia subscrever. Tanta prisão por aí, neste carcere tão grande em que Portugal é enclausurado, não bastava. Era preciso que se mostrasse bem que o exercito ia sob prisão para a guerra europeia.

Antes assim. Pois mais claro se torna que não foi Portugal quem declarou a guerra aos impérios centrais, deixando a um breve futuro a altisonante derrocada económica que sofrem os portugueses; (2) mas a república (3) na sua estultícia e perversidade, para sustentação melhor dos tantos judeus errantes a quem Deus negou Pátria.

Miseráveis perdidos que no apogeu da loucura nem já podiam salvaguardar as aparências. Iam de roldão na senda maldita, ás escancaras.

Poucos dias antes quizeram emparedar êstes officiais nas «cabines» proibindo-lhes passear ao menos nas câmaras do «Pedro Nunes», mas o cumprimento da detenção (já existente) agora nas «cabines», onde, além dos beliches, sobejava apenas um metro quadrado para estarem em pé três a quatro officiais!... tornaram insuportavel uma tão impossível imposição. Com ela romperam, e horas depois era totalmente modificada, por uma nova ordem que lhes permitia o acesso ás camaras do cruzador-prisão.

Agora chegava a ordem de que: «Estes officiais seguem para França com o primeiro troço do C. E. P., devendo cumprir durante a viagem os dias de prisão que puderem»!...

A marcha para a guerra — A Grande Guerra — era um voluntariado em massa!... sob prisão, a ferros da república, no caminho da França.

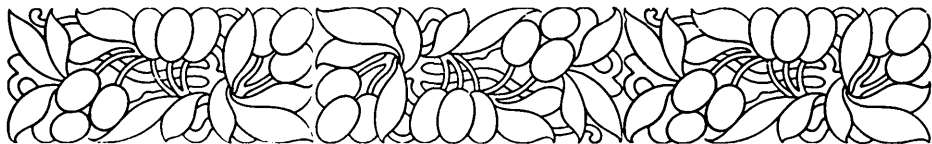
(Continúa)

JOÃO DE OURIQUE.

(1) Vidé n.ºs 749 a 903 do diário integralista *A Monarquia* — Entrevistas do auctor (2.º semestre de 1920).

(2) ALEXANDRE HERCULANO — Sejam as memorias da Patria, que tivemos, o anjo de Deus que nos revoque á energia social e aos santos affectos da Nacionalidade.

(3) BRITO CAMACHO, *Ministro da República* — «A pouco e pouco vai-se fazendo a historia da nossa participação na guerra e dela resulta com a mais cruel evidencia, a incapacidade organisadora dos que tiveram a missão de mandar os nossos soldados para a França».



A REFORMA ADMINISTRATIVA

Por RUY DE LORDELO

(CONCLUSÃO)

ENQUANTO esse *virus* estiver infiltrado nas leis e nos costumes, o admirável e bem intencionado esforço dos actuais governantes aproveitará sómente ás soluções fragmentarias, incompletas, dos problemas sociais e económicos do nosso país.

As pedras angulares da reforma política que se impõe são : a reforma administrativa e a organização associativa das actividades económicas.

Estas duas instituições devem integrar o regime representativo de todos os portugueses junto do Estado.

A reforma administrativa deverá manter a nossa tradição municipalista que nada aconselha abandonar.

O Município reconduzido à sua função de administração local, é o elemento propulsor do bem-estar material e moral dos visinhos.

Orgão natural da congregação das famílias e dos interesses que se manifestam nas relações comuns, é a síntese ordenada que conduz ao processo administrativo da vida pública, o lábaro tradicional das liberdades nacionais.

Nele deve terminar a representação sufraganea da vontade colectiva.

A Nação fica assim formada, em matéria política, pelo conjuncto dêsses órgãos colectivos, em que a representação deve recaír, isenta dos falsos principios da soberania popular, nos melhores cidadãos, em vez de o ser nos agentes nocivos de uma política de corrilhos.

O Estado sobreposto ás autarquias e no desempenho da sua função própria de coordenação, senhor da sua prerogativa de governo, estabelecerá as regras que devem reger a administração pública sob os

seus aspectos financeiros, diplomáticos, judiciais, de defesa nacional e económicos.

Essa administração será executada junto do povo por delegados que ocuparão a presidência das autarquias locais, sistema êste que facilita um estreito entendimento da orientação política do Estado na obra de comunhão nacional que deve ser a actividade municipal.

As diferentes características regionais justificam e aconselham uma divisão administrativa territorial que deve ser demarcada por províncias às quais presida um Governador, junto do qual funcione uma Junta de procuradores dos concelhos.

A par da organização civil funcionará a organização económica, isto é, a que se reporta propriamente ao trabalho e produção nacionais, elementos fundamentais da grandeza e prosperidade da nação.

Essa organização que tem por fim a ordenação industrial, impõe a obrigatoriedade associativa de toda a população activa e exerce-se por graus sucessivos que teem por base os sindicatos profissionais dos agentes afim de cada função, constituindo em cada concelho as *corporações* das actividades económicas que englobam os diferentes agentes que colaboram no objecto da produção, nas suas largas divisões características. Por concentração hierarquica formarão os Conselhos regionais das industrias e, junto do Governo, os Conselhos centrais das industrias dando a toda a organização económica a sistematização tecnica que ora lhes falta no regime da economia liberal.

Por intermédio de um organismo superior, que será o Conselho Superior da Economia Nacional, em que terão assento e voz os representantes de todos os Conselhos centrais das industrias (e, portanto, toda a população activa) todo o processo administrativo do trabalho nacional tornará fácil o equilibrio dos interesses materiais e sociais das actividades económicas.

A organização económica far-se há representar nas autarquias municipais e Juntas provinciais, juntamente com os valores morais, e os representantes das freguezias.

A inter-penetração das organizações administrativas civis e económicas assegura a todos os cidadãos o direito que praticamente lhes é negado nos regimes parlamentares de levarem com independencia até junto dos poderes publicos as suas reclamações e dolencias.

O Estado fica assim armado de órgãos consultivos que se lhe tornam necessários para governar com a genuina vontade nacional, expressa conscientemente e com a liberdade que provém do exercicio de um direito.

Para se atingir dignamente êste fim é preciso — repito — que se

restitua ao Estado a sua prerrogativa de governar e, em consequência, se não façam depender as leis da gestação de qualquer assembleia pública de composição heteroclita e anti racional.

Se deve ter-se como curial principio que a autoridade só o é; de facto, quando livremente consentida, a lei só goza de prestigio que a torna útil e eficaz quando a aprova o consenso daquêles a que na generalidade se applica.

Mas dessa circunstância não se conclue que se torne essencial que ela seja o produto da deliberação de um aréopago que só por artificio se arroga o direito de representar a vontade nacional.

Basta o exemplo de que as mais salutaes medidas da nossa regeneração nacional não foram nem são precedidas dessa consulta.

Dê-se, pois, aos povos o direito insofismavel de fazer ouvir a sua voz junto do soberano, como nos bons tempos em que os Reis desciam à praça pública a ouvir as reclamações dos seus subditos.

A complexidade da vida moderna impõe outros métodos, outros sistemas, em resumo, uma *organização* que torne fácil e efectivo o funcionamento da máquina social, de mil complicadas engrenagens, creada pela civilização moderna.

Esse contacto do governo com o povo está igualmente na nossa tradição nacional.

As *Côrtes Gerais* são o meio de tornar práticos os direitos de representação junto do Estado.

Que anualmente os concelhos, os órgãos superiores da produção e os elementos representativos da Inteligência, os altos valores morais da Nação, a Igreja, a Nobreza, a Magistratura, a Universidade, o Exercito, se reúnam para dizer ao Estado as suas aspirações e as suas queixas e para decidir na matéria mais delicada da vida pública, que é a tributação; que o Estado a todos responda, sem subterfúgios, ordenadamente, capítulo por capítulo, sem discussão estéril, patenteando a sua superior clarividência e o seu propósito de engrandecimento nacional, dando ao mundo o exemplo da ordem e do equilibrio, da justiça e da solidariedade: eis o que pode ser a consequência de uma reforma política que só pode ser levada a efeito se, sob tais principios, enquadrar as reformas essenciaes da administração civil e da administração económica, nos termos que ficam sumariamente expostos.

Várias manifestações teem vindo a público, revelando a aspiração de que à vida local seja dada a intensificação que lhe foi subtraída pela prática do regime liberal, essencialmente centralizador e corruptor de energias.

Veja-se o espectáculo desolador das nossas aldeias, vítimas indefeizas da especulação eleitoral.

É um capítulo da reforma administrativa que merece a maior atenção.

A freguesia rural, que ocupa na nossa história um lugar proeminente, como tão bem o definiu Alberto Sampaio, é o agregado primário da formação social-política.

Nela se fixa o culto da terra, o amor pátrio, que se distingue especificamente nos seus caracteres do que se manifesta nas aglomerações urbanas.

Para o aldeão a vida social circunscreve-se nos limites da povoação. É o seu mundo.

Para que levar à sua consciencia simples a complexidade dos problemas universais, que não entende?

E, contudo, a ordem social não prescinde da sua colaboração, que não deve exceder o seu interesse imediato, o da sua profissão.

Pede-se-lhe o labor árduo de que depende o sustento de toda a população do país, impõe-se-lhe a carga tributária necessária para assegurar os direitos reais da Nação na dinâmica da ordem interna e externa.

Nas suas relações sociais, a vila ou cidade é o fulcro.

A divisão natural das funções e do trabalho criou esse ponto de convergencia das actividades, que se revela nos mercados, na concentração economica.

A técnica industrial avassala o campo com todo o seu cortejo de consequencias morais e económicas.

A sua função fundamental, a agrícola, amolda-se às concepções modernas, entre as quais ocupa o primeiro lugar a associação na sua forma hierarquisada.

Mas o aldeão guarda a razão da sua actividade que lhe recomenda não perder o contacto com os quilómetros quadrados da área da sua freguesia, porque a sua vida social è ali que se exerce.

Èle deve integrar-se na administração civil e económica, como lho concede a sua qualidade de productora.

A Junta de parquia ou freguesia — a autarquia local — precisa de contêr os elementos necessários para que se exerçam efectivamente os direitos civis dos visinhos.

É atravez dela que o cidadão deve ocupar o seu lugar no Município.

A extensão dêstes órgãos não deve ultrapassar as exigências reais da integração dos aldeãos na vida pública.

A sua esfera de acção é consideravelmente mais limitada do que a que naturalmente pertence ao Município, onde se congregam elementos da vida social e económica que excedem a capacidade do agrupamento rural.

A freguesia nos seus elementos activos não se basta no complexo das necessidades sociais. Ela é uma parte do todo orgânico que não prescinde das demais actividades, como aquelas não prescindem da sua.

Acentua-se o character diferencial da vida rural e da vida urbana. É um ponto que não deve ser esquecido ao proceder-se à reforma administrativa, prevenindo-se a tendência ideológica de dar igualdade ao que é por natureza desigual.

O lugar que na vida municipal deve ser dado às autarquias rurais tem uma importância incalculável, na qual o maior beneficio será imunisar os povos do *virus* democrático da soberania popular, incompreendida e incompreensível que soe corroer as virtudes ancestrais que nobilitam a gente da terra.

Por êste motivo, as bases em que deve assentar o capítulo da reforma administrativa referente às autarquias rurais, não devem descurar o principio geral a que obedecem as considerações que antecedem.

Regula-las ou defini-las, dentro do regime actual, pode representar uma ou mais vantagens de ordem secundária, no que se refere a certos objectivos práticos que inspiraram as sugestões feitas (¹), mas ficará sendo uma obra fragmentária, insufficiente para dar à vida nacional a organização racional e scientifica de que carece e se encontra no ânimo de todos os que pugnam pelo engrandecimento da Pátria.

(¹) Subsídio para a organização das autarquias paroquiais, por uma Comissão do Concelho de Vila Verde de Felgueiras.

VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1829

GUIMARÃES HÁ 100 ANOS

Fevereiro

Dia 3—Tomou posse a nova vereação, com excepção dos vereadores Fortunato Cardoso de Meneses Barreto e Vicente Machado de Melo Pinheiro, que apresentaram motivos que os estorvavam de servirem. Foi deliberado participa-los a El-rei.

Dia 5—Morre uma religiosa em Sta. Clara, D. Maria Antonia, tia de Joaquim Pinto, do Guardal; era senhora de muita virtude e santidade, segundo o que diziam as mais religiosas e pessoas que a conheciam. Foi sepultada no mesmo dia no seu convento. (P. L.).

Dia 7—O Dr. Juiz de Fóra deferiu o juramento ao juiz do officio de tesouraria, Bento José Ferreira, do lugar do Mira-douro, e ao juiz do officio das facas, Joaquim José de Abreu, tambem da freguezia de Creixomil.—Preços da feira: 900, 440, 300, 300.

Dia 8—Toma o habito de Sta. Clara, D. Mariana, filha de João Antonio da Silva (Vilela da Praça). A entrada foi brilhantissima, para o que concorreu a assistencia do principe de Hesse e de varias pessoas de todas as classes que para isto foram convidadas. (P. L.).

Dia 12—Da relação dos Donativos Voluntarios que entraram em Lisboa, no cofre respectivo, desde 3 a 12 deste mês, consta a seguinte verba: — «O Corregedor,

da comarca de Guimarães, Antonio Joaquim de Carvalho, fez entrega dos Donativos Voluntarios dos habitantes da mesma comarca, recebidos no mez de Dezembro de 1828, por mão de João Antonio da Silva Vilela, negociante da dita vila, que voluntária e gratuitamente se encarregou de fazer esta remessa, num total de 209\$220, assim distribuidos:— em papel 43\$200 reis e em metal 166\$020 reis.

Dia 14—Em vereação foi determinado que:—por ser o dia 22 de gala no reino, por motivo do aniversario da chegada de «El-Rei N. S. o Snr. D. Miguel I» houvesse um «decente pregão» na vila, noticiando 3 dias de iluminação geral na mesma, com um *Tè Deum* na Colegiada, fazendo-se os convites necessários como é de costume.—Preços da feira: 900, 400, 460, 310.

Dia 16—Despacho concedendo a Domingos Cardoso de Macedo, cavaleiro professo na ordem de Cristo e capitão-mór d'esta vila, para divisa da sua fidelidade a el-rei D. Miguel, a honrosa medalha com a Real Efigie do mesmo Augusto Senhor.

Dia 18—El-Rei D. Miguel concedeu a medalha da sua Real Efigie aos alferes de voluntarios realistas d'esta vila, Gaspar Pinto Teixeira de Carvalho Sousa da Silva, José Joaquim Peixoto da Costa, Antonio Joaquim de Barros Lima, e aos estudantes Antonio Peixoto da Costa, João de Barros Lima, Domingos Antonio Durães, José Maria, João Leite Sampaio e José Luiz, que

em 20 de Março já se achavam alistados no mesmo corpo.

Dia 20 — Sai um Bando da Camara, que manda que na noite de hoje e nas duas seguintes se ponham luminárias, por ser o dia 22 o do aniversario da feliz chegada de S. M. o Snr. D. Miguel I a estes reinos. Levava uma banda de musica a tocar o hino realista. (P. L.). — O «Correio do Porto» diz que o Bando foi rico, recomendável pela musica e vivas que o seguiam e que nos 3 dias de iluminação geral era muito o povo pelas ruas entoando vivas, no meio de sonoros instrumentos, com o maior entusiasmo e alegria: Foi deitado muito fogo, por ordem da Camara e de muitos particulares, repicando festivamente todas as torres.

Dia 21 — O Dr. Juiz de Fóra deferiu os juramentos a José Pereira de Souza e Rodrigo José Pereira, respectivamente juiz e escrivão do officio de pedreiro. — Preços da feira: 900, 440, 320, 310.

Hoje executou-se no Porto a sentença de morte nos 3 reus, Bento José da Fonseca, idade 39 anos, chocolateiro, casado, natural da freguesia de Vila Fria, Couto de Pombeiro, comarca de Guimarães; João Pinto, de 26 anos, fabricante do Estreito, casado, natural de S. Verissimo, concelho de Sta. Cruz de Riba Tamega e Antonio José da Mota, de 23 anos, fabricante do Estreito, casado, natural de Figueiró, comarca de Penafiel, todos 3 residentes na cidade do Porto; os quais foram enforcados no largo da Cordoaria, no patibulo que ali se erigiu para este fim, sendo-lhes depois cortadas as cabeças e postas no mesmo patibulo, segundo ordenava o oordam da Relação de 17 do corrente mez. Eram acusados de cabeças ou socios das detestaveis e temerosas quadrilhas de salteadores armados, que de tempos a esta

parte tinham violentissimamente assaltado, arrombado e expoliado muitas casas das visinhanças da dita cidade e outras das provincias do norte. Foram julgados mais 4 cumplices, pertencentes às mesmas quadrilhas, de que fazia parte uma mulher, e foram 2 deles presenciar a execução, para irem depois todos degredados, como relatava a sentença. — Do «Correio do Porto».

Dia 22 — Aniversario da chegada de S. M. o Snr. D. Miguel I a Portugal. — Solemne *Te Deum* na Colegiada, assistindo o principe de Hesse e a maior parte da nobresa da vila. No fim houve parada geral, no Toural, pelo batalhão de voluntarios realistas e um destacamento de milicias, a que assistiu bastante povo, estando endamascadas as janelas do Toural e dando-se com entusiasmo os vivas do estilo. O corregedor Antonio Joaquim de Carvalho deu um jantar aos milicianos, e o comandante dos voluntarios, Fortunato Cardoso, aos seus soldados, havendo á noite, em casa deste, companhia (chá e baile com orquestra até á manhã de 23 a que assistiu o Principe). (P. L.) — A despesa do *Te Deum* foi de 128440, meeira entre o Cabido e a Câmara.

Dia 27 — A Misericordia faz escritura contracto de administração da sua farmacia, por 4 anos, com o boticário João Antonio Fernandes, que foi nomeado em 27 de Janeiro ultimo, concedendo-lhe o ordenado anual de 260\$00 reis, metal distribuido em 4 pagamentos.

Dia 28 — Preços da feira: — Os mesmos do dia 21.

De conformidade com o decreto de 26 de Outubro de 1828, foi nomeado Provedor da comarca, por carta desta data, o bacharel Miguel Soares de Albergaria.

Março

Dia 2 — São benzidas na igreja de S. Francisco as antigas imagens de S. Luiz rei de França e S.^{ta} Rosa de Viterbo, que tinham servido na função que os constitucionaes haviam feito no Tournal quando do juramento da Carta. Após a benção houve solenissimo *Te Deum* (durante o qual se deram repiques em todas as torres da vila e bastantes foguetes do ar) a que assistiu o principe de Hesse, officaes de milicias, voluntarios realistas, prelados dos conventos e outras pessoas de diferentes classes (P. L.).

Dia 4 — Sai a procissão de Cinza, levando mais figuras que o costume. Atraz do palio ia o principe de Hesse e sua comitiva, seguindo-se-lhe o batalhão de voluntarios realistas com uma musica que tocava o hino realista. (P. L.).

Dia 5 — Em sessão extraordinaria da Câmara, o Juiz de Fóra, presidente, apresentou a relação dos Voluntarios que compõem o corpo desta vila, para serem registados no livro do aboletamento. O mesmo presidente tambem apresentou a provisão regia de 28 de Fevereiro ultimo, escusando os 2 vereadores mencionados em 3 do mesmo, e nomeando para o lugar deles Antonio do Couto Ribeiro e Francisco José Mendes Brandão. Foi-lhes marcada a posse para o proximo dia 7.

Dia 7 — Em vereação foi dada posse aos 2 vereadores de barrete. — Preços da feira: Os mesmos de 21 e 28 de Fevereiro.

Dia 14 — Em vereação foi deferido o juramento a Antonio Manuel Cardoso, de S.^{to} Adrião de Visela, que estava provido no lugar de escrivão dos testamentos da referida freguezia e anexas.

Dia 16 — Exequias na Colegiada, feitas pelo Cabido, pelo eterno descanso do Pon-

tífice Leão XII. Constaram de um officio e missas gerais. (P. L.). Cantou a missa o tesoureiro-mór que deu absolvições. Disseram-se mais 104 missas a 300 reis.

Dia 17 — Reune em sessão a mesa da Misericordia. O provedor da mesma, Fortunato Cardoso de Meneses Barreto, da casa do Proposto, professo na Ordem de Cristo e major comandante do batalhão de voluntarios reais desta vila, atendendo a: «que segundo os Estatutos que regem a administração desta Santa Casa, estavam sujeitos ao risco, todos os irmãos dela, que se achassem ausentes; e porque não havia noticia certa da estada, ou domicilio do conego João Baptista Gonçalves, de José Fortunato Ferreira de Castro, de Joaquim Pinto Teixeira de Carvalho, de Jeronimo Vaz Vieira de Melo e Alvim, de Manuel José Ferreira Marranico, de José Joaquim de Sousa Peralta, de Mateus de Passos Lima, sapateiro e de Domingos José Soares, acrescendo a isto o ser publico e bem notório que todos estes se achavam envolvidos em crimes politicos, propõe a eliminação dos referidos irmãos, o que é aprovado. O termo foi assinado por Francisco Filipe de Sousa da Silveira (era da casa dos Pombaes); Fortunato Cardoso de Meneses Barreto, Provedor; Francisco José Fernandes da Silva (da casa de Cedofeita, ou Roma); Antonio Manuel Martins Nogueira; José Joaquim da Silva Pinheiro (boticario da Porta da Vila); Francisco José Fernandes Soares Araujo; João Pereira da Costa; Manuel José do Sacramento e o beneficiado Antonio José de Freitas Rangel.

Dia 21 — Em vereação deliberaram que o procurador mande fazer um livro para os manifestos dos dinheiros letigiosos, e o entregue ao escrivão dos mesmos. — Foi feita a estiva do azeite: 90 reis para 1 quartilho. — Preços da feira: 850, 440, 320, 310.

Dia 22 — Chegou a noticia de ter sido nomeado coronel dos voluntarios realistas daqui, o visconde d'Azenha, Bernardo Corrcia. (P. L.).

Dia 23 — Sua Magestade (D. Miguel) tendo em grande consideração os muitos e relevantes serviços, que durante a ir-fame rebelião do Porto Lhe fez a Camara da vila de Guimarães, composta do presidente Damião Pereira da Silva Sousa e Meneses, moço fidalgo com exercicio no Paço, e dos vereadores José Antonio Mendes da Silva Bragança, professo na Ordem de Cristo e major das Ordenanças da mesma vila, Francisco José Mendes Brandão, tambem professo na Ordem de Cristo e João Pinto de Carvalho Sousa da Silva, bacharel formado em Leis e condecorado com a medalha de Fidelidade ao Rei e á Patria, e do procurador Antonio José Mendes de Oliveira, houve por bem conceder-lhes licença, por decreto desta data, para poderem usar a Medalha de Ouro da Sua Real Efigie.

Dia 24 — Em vereação extraordinária, o Juiz de Fóra, presidente, apresentou uma Provisão, de 7 dêste mez, do Conselho da Fazenda do Estado, para suspensão do recebedor do almoxarifado do reguengo desta vila, João de Sousa Aguiar, e para ele Ministro, com a Câmara, proceder á eleição e proposta de 3 pessoas capazes e das mais abonadas, para delas se escolher uma que mais convenha ao serviço da Imperatriz Rainha no dito emprego de recebedor, com as qualidades exigidas no Aviso de 30 de Outubro de 1828. Nomearam os 2 seguintes: Domingos Gonçalves Pereira, negociante, Domingos da Costa Vaz Vieira, ambos desta vila e proprietarios de bens, no que todos se conformaram, e o negociante da mesma, André Coelho Rodrigues, com o que não se conformou o vereador Antonio do Couto Ribeiro.

Dia 26 — Neste dia e nos 2 seguintes ha preces na Colegiada para a boa eleição do novo Papa. (P. L.).

JOÃO LOPES DE FARIA.





Dos Livros & dos Autores (*)

DOIS NACIONALISMOS, por *Hipólito Raposo* — Livraria Ferin — R. Nova do Almada, 74 — Lisboa, 1929.

Ampliada e acrescida de várias notas e citações, em apêndice, publicou o snr. Dr. Hipólito Raposo, num elegante volume, a magnífica conferência por êle realizada em 23 de Março de 1925 na Liga Naval, de Lisboa.

É o snr. Dr. Hipólito Raposo, além dum escritor de reconhecidos méritos, afirmados em obras de valor, um dos mais antigos militantes e fundadores da doutrina política do Integralismo Lusitano. Dupla razão esta, para melhor podermos aquilatar o valor literário do livro e a competência do autor no assunto versado.

Num estilo elegante, com a mestria do escritor para quem a lingua portuguesa não oferece segredos nem dificuldades, (porque o snr. Dr. Hipólito Raposo é hoje, incontestavelmente, um dos nossos melhores prosadores), lucidamente nos esclarece e resolve o momentoso problema das diferenças fundamentais de doutrinas e de métodos, dos movimentos nacionalistas da *Action Française* e do Integralismo Lusitano.

Porque ambos são, é certo, uma reacção política contra as ideias dissolventes e desnacionalisadoras do demagogismo, e porque ambos aspiram ao restabelecimento da Realeza Tradicional na França e em Portugal, muita gente há que os julga idênticos na sua essência doutrinária, chegando até a supôr que o Integralismo nasceu, como cópia servil, do movimento monárquico francês!

Erro tremendo êsse, que só a ignorância atenua e que o autor desfaz, com proficiência, através das páginas inteligentes do seu estudo, mostrando-nos e analisando com profundos conhecimentos e em felicíssima síntese, as diversidades características e as diferenças fundamentais, que tornam irredutivelmente opostos os elementos tradicionais dos *dois nacionalismos*.

No primeiro capítulo faz-se uma descripção perfeita e eloquente do estado politico e da mentalidade social do nosso país nos últimos anos do regime constitucional, até ao aparecimento dessa bela geração de renovadores, a que o autor pertence, e que em Coimbra recebeu, com as primeiras noções de Direito, as derradeiras ilusões da miragem Democrática. No capítulo segundo surge-nos a história sintética de todo o movi-

(*) Só daremos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em *duplicado*, a não ser que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrinseco.

mento doutrinário e intelectual do Integralismo Lusitano, aparecido em 1914 com o 1.º número da «Nação Portuguesa». O programa político integralista, ali apresentado pela primeira vez, é um grito de revolta contra a mitologia romântica de um século de estúpidas mentiras e provoca uma polémica célebre do autor com José d'Alpoim. E entre o espanto saloio de alguns e o sorriso incrédulo dos ignorantes, o Integralismo prossegue, desde então, a sua marcha audaciosa e triunfante, sem pressa de chegar e sem ambições estonteantes, porque sabe que contem em si uma verdade nacional, de que Portugal ha-de convencer-se um dia!

Nos capítulos seguintes descreve-nos o Dr. Hipólito Raposo a formação social, as características étnicas e tradicionais, tódá a vida histórico-política dos dois Estados da Europa, para d'ái tirar a clara conclusão de que o nosso tradicionalismo, as doutrinas e o movimento nacionalista do Integralismo Lusitano, possuindo uma evidente originalidade, nenhuma identificação teem com a organização política da *Action Française*, com quem, aliás, «nunca foram amistosas as relações» que, com inteligência e superioridade, são estudadas neste livro.

TERESINHA, por *António Corrêa d'Oliveira. (Milagre em cinco quadros)*. — Coelho & Silva Lda — R. de S. Catarina, 1219 — Porto, 1929.

Tódá a obra poética de António Corrêa d'Oliveira é uma verdadeira *Chuva de Rosas*, que aos poucos vem caindo, em geitos de milagre, sobre a amorável e doce terra portuguesa. E esta *Teresinha*, a última *rosa* desprendida da sua santificada inspiração de Poeta, é bem, na angustiada *secura* dos tempos que correm, um milagre de refflorescência daquela antiga *Flor Lusitana* do nosso sentimental lirismo, e que na alma do cantor magnífico da «Minha Terra», levanta de novo sua emmurhecida corola...

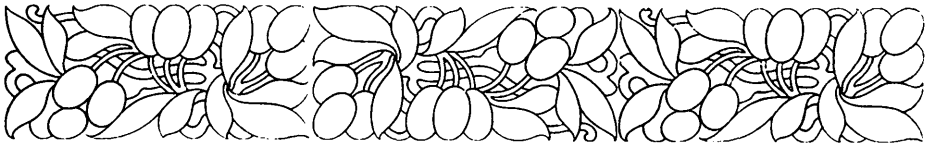
O lirismo de António Corrêa d'Oliveira, inspirado no mais puro e tradicional amor de Deus, da Pátria e da Família, entronca perfeitamente nas antigas raízes da nossa Poesia medieval, que na Arte d'este outro troveiro da era presente remoça, palpitante de suave frescura bucólica, no encanto simples dos seus ritmos cristãos. E o éo perdurável, eterno, da Voz sentimental da nossa Raça, que através dos séculos, sob a umbela azul d'este céu de luz, reza e soluça, canta e gargalha, fazendo das suas alegrias e tristezas um romanceiro de amor e de saudade!

Teresinha é, principalmente, um poema lirico de intensa emoção dramática, bordado e inspirado na suave vida de milagres dessa delicada e sublime figurinha de Carmelita, de quem diz o Poeta:

«... Além de Santa
Ela é criança também.»

E pelos cinco quadros do *Milagre* se espalham o amor de Deus, o amor do Lar, o amor da Pátria, — temas que são a própria essência emotiva da Arte de Corrêa d'Oliveira e que éle sintetisa nestas últimas palavras da seu formosíssimo Poema: — «Coração português que sofres tanto, Pátria de outrora, estiolada e triste: sois vós, por fim, aquela fé ardente e a própria roseirinha d'este conto...»

HORÁCIO DE CASTRO GUIMARÃES.



FADO CORRIDO

Por CESAR DE OLIVEIRA

POR entre a verdura mascarrada de um sórdido, de um safado cenário, entra no palco o homem da viola, tipo nédio e avinagrado de velho «ganga» ou de antigo bandarilheiro. Atrás dêle, mesquinho de fisico e sardento nas feições, vem o homem da guitarra, que talvez seja moedeiro faisó ou bombista nas horas vagas, que talvez seja «croupier» de sua profissão em qualquer antro de jôgo clandestino, ou dançarino nos clubes de Lisboa. Sentam-se e mesuram; empunham as banzas e tosem...

Do mesmo rasgão de verdura suja, avança depois uma mulher. Trás flores no seu cabelo, muito vermelhão nas faces e lábios e, nestes, um sorriso de triunfo e de descaro. A cantadeira, o ídolo da grei fadista, também se curva em mesura saloia, também tosse, mas não se senta.

Estas tosses, êstes salamaleques, estas afinações demoradas, uma corda que se parte, uma escavella que se aperta, são o prelúdio e o aperitivo da função. A assistência espoja-se numa quebreira madraça a que o fado convida, os corpos descaem, as cabeças tombam.

O estado de alma colectivo que se forma em semelhante atitude e tal predisposição, é como um charco negro, onde uma lua verde e pôdre se reflete.

Lembrei-me então de um sermão encomendado, um sermão de quaresma que não saíra do tinteiro. Dei comigo a ralhar sósinho, filosofando sem mau humôr nem pessimismo, mas chamando as coisas pelo seu nome e tratando as pessoas como quem são.

São João Batista clamou no deserto, e o Pinheiro Maluco também; um nos desertos da Judeia, outro nos sertões de Lisboa... Eu adormeci sobre a minha prédica num deserto mais árido, numa charneca de almas refractária a todos os adubos da terra, e que só poderá ser fertilisada com tôdas as chuvas do céu.

Ponha Deus a virtude nas minhas palavras, e que elas não percam, por serem escritas, aquele resplendor de verdade e de sinceridade e aquele fluido misterioso e imperativo que são o maravilhoso sinal do Espirito e do Verbo !

*
* *
* *

Quizera eu que tudo quanto dissesse ou escrevesse sobre o fado tivesse o efeito radical de um vomitório. Receio porém que não conseguirei dar-lhe mais poder do que o de um forte aperitivo. Como todos os aperitivos são amargos, este que aqui apresento não ha-de escapar á regra. Sou um inimigo declarado, sou um inimigo consciente dessa canção obscena que se chama Fado. Chamo-lhe obscena como podia chamar-lhe catastrophica, ou corruptora, ou dissolvente, pois a rudeza das palavras nem embacia o brilho da verdade nem deforma o rigor da intenção.

Não pretendo apenas, com estas afirmações agressivas ou irritantes, tomar uma attitude quixotesca de desafio ao sentimento e á morri-nha fadista de grande parte do nosso povo. Não. Eu desejaria antes fincar com audacia, nos bastões do preconceito, a flamula da revolta contra a abjecta tirania do fado. Embora só respeite o pensamento alheio dentro daqueles limites que o decôro do meu proprio e a urbanidade social impõem, eu tenho contudo uma grande indulgencia, uma indulgencia affectiva e não intelectual, por todas as ignorancias, todas as fraquezas esteticas, mas não pelas aberrações sentimentais. O que vou dizer não constitue uma novidade. Outros o disseram antes de mim. Mas se descermos bem com o pensamento lúcido ás cavernas sombrias da nossa consciencia, nós teremos de concordar que o fado é a cocaína que dinamisa e derranca a alma nacional, que não pode dar a Vida porque é a propria morte, mas enche de melancolia estéril o nosso pensamento, que nos embriaga com a sua dolencia perturbadora e nos deixa a vontade amarfanhada ou trôpega. No mais intimo da nossa alma, no mais saudavel e arejado cantinho do nosso sér consciente, se ainda conservamos a justa noção da dignidade humana, devemos execrar o fado, esse rebento espúrio do nosso sentimentalismo, esse bolor parasitário dos humidos escondos das nossas almas. Mas, ai ! . . . , sem embargos da razão mais imperativa, quantos o ouvirão sempre com delicioso quebranto e o gosarão com voluptuosa gulodice, como alcoolicos conhecedores do veneno que os

requeima e não querem ou não podem prescindir da bebida que os bestialisa e os mata.

Tragada sem grandes caretas de reprovação a parte mais ligeira e menos amarga desta crónica do fado, seja-me permitido corrê-lo ao longo dos séculos, no limitado redondel da vida portuguesa. E aqui declaro que não tenho a pretensão de lhe escrever a história nem de o «executar» definitivamente...

*
* *
*

Onde e como nasceu, e como se desenvolveu o fado? O próprio fado mal sabe responder a parte desta pergunta, e por isso um fadista, de Coimbra e não da Mouraria, pretendeu descobrir-lhe a origem numa quadra que, se não é muito bela, é pelo menos muito conhecida:

*«Eu não sei quem fez o fado,
Mas disto tenho a certeza:
P'ra lhe dar tanta tristeza,
Amou e não foi amado».*

O poeta não generalizou, não disse, e ainda bem, que tôda a gente que amou e não foi amada fez ou cantou o fado. Terra de amorosos, de ciumentos e sensuais, como é a nossa terra, pode admitir-se que o feitio amoroso da nossa gente terá entrado em grande cópia na génese obscura do fado. Mas a ser assim, se as grandes coitas ou máguas de anôr produzissem fadistas, Soror Mariana não teria morrido em cheiro de santidade num convento de Beja: quando muito teria vindo acabar seus tristes dias na vida airada ou em qualquer dependência do velho Hospital de Todos os Santos que o terramoto destruiu, depois de aprender e de saber o gosto que o fado tem... D Pedro, o Cruel, êsse que ia perdendo a razão porque a razão de Estado fez aniquilar, à mão dos verdugos, o corpo lirial da linda Inez, não seria o Chefe, o Rei inflexível e justiceiro que o povo adorou pela sevêra regência das coisas públicas e até pela ferocidade com que reprimia os desmandos libertinos do amor. E se é certo o que dêle rezam as crónicas, mandando acordar em noites de insónia ou de neurastenia os habitantes da sua leal cidade de Lisboa, e com êles se juntando em danças e folgares até que a madrugada esmorecesse a luz sangrenta dos archotes — não consta porém que êle

algum dia cantasse ou batesse o fado. Os amorosos dos nossos melhores romancistas, os de Camilo em especial, não conheciam o fado; o mais suave perfil de toda a literatura romantica portugueza, a resignada filha do ferrador João da Cruz, ama e não é amada. Dando o corpo ás ondas do Atlântico, escreveu uma balada romantica. Teria composto um fado triplicado se o tivesse exposto á crapula na velha rua do Laranjal. Ao fado se não referem os poetas e os escritores mais ou menos clássicos da idade de ouro da nossa literatura. João de Deus, o príncipe dos líricos portugueses, fez do Amor e da Mulher, do mais elevado sentimento e da mais bela creatura, a colina sagrada do seu génio, do alto da qual voava sempre para Deus, em arroubos de Fé que não-de ficar eternamente nos livros de orações.

Embora as referências e as notícias sobre o fado sejam escassas, elle existia desde tempos remotos. Mas existia como? Que misérias e em que língua negra ou cigana se cantaria essa melopeia arrastada, arranhada de estridências guturais, como um pântano mordido a fôgo e listrado de sangue?

O seu fundo apaixonado e fatalista, ardente e vagamente nostalgico, pode levar muita gente a acreditar que a sua origem é mourisca, mourisca, note-se, da decadência mahometana e do final da reconquista cristã. Mas a Espanha visinua, mais do que nós ainda, sofreu a dominação sarracena, e aí desde a «Jota» aragoneza à viva «malagueña» do sul, toda a música popular é alegre e tem vida, dolente ás vezes, mas as canções trazem sempre sol, alegria, cor e saúde. No próprio tango moderno, o crime e o vicio não tem defeza nem justificação. Quando o último rei mouro de Granada se acolheu aos braços da mãe, chorando o reino perdido e a felicidade que o abandonava, elle teria exteriorizado a sua mágua sem remédio numa canção que em pouco deferiria do nosso fado actual. O sul de Espanha, porém, não guarda do fado e do seu fatalismo árabe nenhuns vestígios nem recordações.

Os «cantares de amor», atribuidos a D. Saúcho, não são fados: são cânticos de saudade. Com que musica leve e cristalina os cantaria a bela Ribeirinha, amante daquele Rei? Sabe-se lá!

O que pode ter-se como certo é que foi nos séculos XVI e XVII que a musica do fado e as suas tendencias fatalistas ganharam o tom e o relêvo que mais tarde o distanciaram de todas as outras canções. Os residuos sanguinios das invasões agarenas, as mestiçagens com gentes africanas e indias, os contactos com a moleza e com os vicios do oriente, e a combinação no ouvido de marinheiros e descobridores de mundos do lento ganir africano com o langoroso lirismo nacional, deram de si uma

nova musica que correspondia a um novo estado social hibrido e desenquadrado, e a uma nova raça onde abundavam os cruzamentos exóticos. Porventura o mar e o seu rumor plangente, em viagens de muitos meses entre ceu e água, a saudade das esposas, das mães, dos filhos, dos amores, do lar, da terra, — que tudo é a nostalgia da Patria — o permanente receio dos temporais, o abismo da morte sempre rasgado deante dos olhos na fragilidade das caravelas, na incerteza das guerras e das piratarias, que trariam as almas confrangidas pelo perigo e as vidas sempre inseguras — teriam contribuido para a formação dessa morbidez espiritual, toda feita de desgraças e de misérias, de agouros e de superstições, em que o fado, se radica, se desenvolve e toma corpo.

A nossa Historia Tragico-Maritima vem cheia dêsse nublado sentido do ignoto, ao mesmo tempo messiânico e fatalista. de onde a tragédia irrompe vermelha e negra de raios e procelas, como S.O.S. igneos de desespero, como gritos desgarrados e perdidos de naufragos em pleno mar e em plena noite. A decadencia do nosso grande poderio maritimo e guerreiro, marca uma balisa bem definida nesta sombria evolução. A desgraça é tomada como assunto favorito das canções nessa musica nascente, quando todos os corações andam de luto pelas desgraças da Patria.

Dizem que em Alcacer-Quibir, entre os destroços e despojos do aniquilado exercito portuguez, fôram encontradas dez mil guitarras! O critério fatalista ou fadista da Historia que preside a quasi toda a obra de Oliveira Martins, levou-o a perfilhar esta enormidade. Mas mil que fôsem, e elas soluçariam o mesmo pranto de carpideiras da independencia nacional. A miragem do Algarve de além-mar e o sonho interrompido do Quinto Imperio, desfazem-se em fumo com o exterminio das hostes portuguezas e com a fogueira simbolica das guitarras de Alcacer...

Que importa que essa ultima flôr da cavalaria medieval, desabrochando no meio hostile da Renascença, que importa que êsse garboso Rei cavaleiro que foi D. Sebastião, não tocasse viola nem cantasse o fado, antes fortalecesse o entendimento com boas leituras e adestrasse os musculos com os desportos cinegeticos e taurinos da sua época? A verdade, a triste verdade é que, já nesse tempo, a guitarra era a companheira e inspiradora dos nossos marinheiros e soldados. como depois veio a sêr a confidente das máguas e paixões dos amorudos e dos vândios. A guitarra e ao fado não pode atribuir-se aquêl heroísmo impulsivo que fez de nós um dos mais glórios povos do mundo, antes devemos inerminalos por tôdos os ráicos defeitos que nunca nos deram uma vitoria honrosa e sempre nos levaram à derrota.

Nos areais de Marrocos, entre poeiras sufocantes e debaixo de um sol mordente — conforme reza a classica descrição da catastrophe — teve o fado o seu batismo de fogo e de sangue. Vê-lo-emos depois na variante messiânica das trovas do Bandarra, que todo o Portugal gemeu durante os sessenta anos da dominação filipina.

Com a Restauração, o fado não interrompe a sua função de jermiador de desgraças. As guerras com a Espanha no continente e com os holandêses em Angola e no Brasil, todas as infelicidades de uma Patria que renascia exausta, e se restaurava com tantos trabalhos durante tão longos anos — acrescentariam novos motivos à musica invertebrada, viscosa e tôrpe, que nascia e vivia do abandono das vontades à céga força dos elementos e ao rumo inflexível do Destino. O fado é assim, nas suas origens e nas suas tendencias, a manifestação musical e barbaramente poética da impotência moral e da predestinação desgraçada, e a negação da alegria de viver.

Aos jesuitas e à Inquisição se atribuiram as mais ferozes selvagerias e a pasmada imbecilidade que caracterisaria o nosso Seiscentismo. A êles se devem as sevícias exercidas sobre os corpos dos herejes e sobre a mentalidade nacional. Eles são responsabilizados pela nossa decadência, pela nossa ruína económica e pela rotina cultural, mêsmo depois que Sebastião José expulsou do ensino e de todo o território continental e ultramarino os padres de Santo Ignacio. É de estranhar, por isso, que nenhum historiador se lembrasse de culpar a Companhia de Jesus por esta mazela sentimental que nos teria ficado de alguns séculos de predomínio e de obscurântismo jesuítico... Foi pena! Os gemidos dos torturados no Santo Officio e o cantochão dos jesuitas, dariam um rico assunto para uma tésé fadista. Lamentavelmente, Pinheiro Chagas esqueceu-se, e o Snr. António Sergio também.

(Continua).





Na Penha de Guimarães

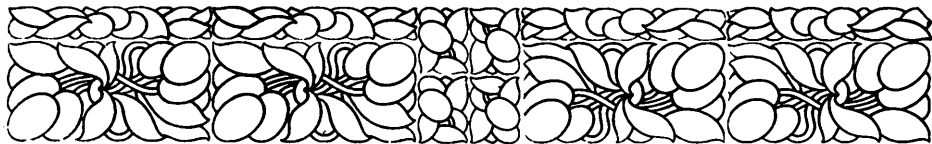
(Inédito)

*Com ância, meus olhos vão
Buscando as cristas da Serra...
Decerto, o meu coração
Quer mais do Céu que da Terra!*

*Nossa Senhora da Penha
No vosso altar tão sereno,
No cimo desta Montanha,
Sente-se a alma — tamanha...
Sente-se o corpo — pequeno!...*

1927.

É. Sanches da Gama.



Portugal e seus poetas, perante a Santíssima Virgem (*)

Por BERNARDO FERRÃO

REVERENDOS SENHORES PADRES,
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,
COLEGAS.

QUANDO o conde D. Henrique lançou as bases da Nacionalidade portugueza, as terras que a constituíam ficaram-se chamando «Terras de Santa Maria».

Já então, e mais do que hoje, era uma suprema honra sêr apadrinhado por tão excelsa Senhora. Bem o pensaram os reis de Portugal, que por longos séculos, em combates aguerridos, o conservaram batendo denodadamente os seus adversários. Não só os que governavam mas os ricos-homens, os guerreiros, os vassallos, nas vitórias inebriantes ou no desolamento das invasões, nas tristezas como nas alegrias, nos folguêdos nas rezas e nas aflições, sempre se honraram de trazer gravado no coração o nome da que era sua Padroeira.

É que todos os portuguezes nascem já com êsse sentimento no intimo da sua alma. É que Portugal mais do que nação alguma é terra de Santa Maria!

Perante os nossos olhos, desfila a pleiade de heróis de outras eras!

Afonso Henriques, o miraculado de Santa Maria de Cárquere, o Lídador, D. Fuas a quem a Virgem apareceu na rocha da Nazaret, D. Di-

(*) Palestra feita no Instituto Nun'Alvares, de La Guardia (Espanha).

nis, D. Fernando, o Infante Santo, D. Duarte que publicou um trabalho teológico sobre a Imaculada Conceição, Frei Nuno de Santa Maria, o herói sublime, a encarnação admirável do guerreiro e santo, do pioneiro mais ilustre, que jámais Portugal glorificou! Lá está o Carmo a atestar, ontem como hoje, às gerações passadas como às presentes e às vindouras, a sua filial devoção à Virgem. O desfilar é imenso!

Os heróis passam, passam interminavelmente! D. João II, D. Manuel, D. João III!

Eleva-se agora ante nós, o padrão imorredoiro dos nossos descobrimentos. É Santa Maria de Belém! A personificação sublime da audácia portugueza sôb a égide da Virgem! Santa Maria da Victória, a Batalha, o ingente grito de pedra, a epopeia imensa e gloriosa de Aljubarrota!

Passam os grandes, os santos, os poetas... Poetas que cantaram as glórias da Imaculada, os seus dons, as suas graças! Poetas que vibraram as cordas das suas liras num canto unisono de louvor à Mãe do Todo Poderoso!

Vejamos o que nos diz, o passado e o presente. Vão cantar sem distinção de escolas, os timbres de ouro de Portugal! Nos saraus faustuosos dos paços, nas serenatas luarentas, nas arcádias do século XVIII e nos cancioneiros medievais, Portugal ajoelhou rezando, aos pés de Maria! Ei-los! D. João Manuel no cancioneiro geral, escreve:

*«Ho Virgem Madre de quem
todalas cousas criou
O Rey quem Jerusalem
por seu sangue nos comprou.
O qual te poryficou
Dandote vertude tanta
que te fez cousa mais santa
de quantas elle formou».*

Depois avança Gil Vicente, o pai e o criador do nosso teatro. Diz:

*«Oh! Deus te salve Maria,
Cheia de graça, graciosa,
Dos peccadores abrigo!
Goza-te com alegria,
Humana e divina rosa.
Porque o Senhor he contigo!»*

Na pleiade dos poetas seiscentistas, brilha o estro de Sá de Miranda, com a sua encantadora canção Petrarquiana que começa :

*«Virgem formosa que achaste a graça,
Por Eva antes perdida . . . — »*

Passam mais, muitos, imensos! Século XVIII, são os arcádicos; um adianta-se, traz na frente, o selo do génio e da desventura. Ouvi-o. É Bocage :

*«Virgem de estrelas nítidas coroada,
Do Espírito do Pai, do Filho Eterno,
Mãe, Filha, Espôsa, e mais que tudo amada,*

*Valha-me o teu poder e amor materno,
Guia este cego, arranca-o da estrada,
Que vai parar ao tenebroso inferno.»*

Garrete, o cantor imortal do Camões, pede numa súplica, alanceado a saúde da filha estremeçada :

*«Mãe oh Mãe, salva o filho que te implora,
Pela filha querida.
Demais tenho vivido, e só agora,
Sei o preço da vida;
Desta vida, tão mal gasta e prezada,
- Porque minha só era . . .
Salva-a, que a um santo amor está votada,
Nele se regenera: »*

Castilho, o clássico súpremo, o cego cantador do Deus Menino e da Virgem, o professor dos pequeninos, dedicou-lhe muitas poesias suas. Herculano, o sino de bronze de Portugal, também. Guerra Junqueiro, dos modernos, fala assim :

*«Largando a enxada, Avé Maria,
Reza em silêncio, Avé Maria,
Fantasma negro o cavador! »*

Vai cantar António Sardinha, o nobre pioneiro de um Portugal maior ! Com êle canta tambem o coração juvenil da mocidade portuguesa !

*«Caíu das torres a oração da tarde,
E a tarde lhe responde brandamente . . .
Bendito seja Deus, (que Deus nos guarde)
Bendito seja Deus por toda a gente.»*

*«Avé Maria, e nas palavras doces,
Casa de Nazaret caiada e pura,
Eu vejo-te passar como se fôsses,
Um vaso de innocencia e de cândura !»*

Depois dêste poeta, que a morte nos arrebatou na pujança da vida e do talento, veem aquêles que ainda vivem e são do nosso tempo. Cânticos de alegrias, suspiros de saudades, inebriamentos de corações, tudo se junta, para num poema unico e sublimado, louvar e glorificar Maria.

Que devoção a de alguns ! Que entusiasmo o de outros ! É Eugénio de Castro, Augusto Gil o suave cantor da Alba Plena, é João de Deus, Gomes Leal e tantos outros que se honram de cantar a Virgem, em estrofes inspiradas e piedosas.

É António Correia de Oliveira, que tornando para si a voz do povo portuguez imorredoiira e sempre grande, clama :

*«Avé Maria ! Mãe Santa,
Maria cheia de graça,
Olhai a vida que passa
Como soluço em garganta !»*

*Bendita sois vós. Bendita
Entre as mulheres, entre as mais
Pobres mães a quem mostrais
A vossa dor infinita.»*

*«Rogai por nós, oh Maria
Mãe de Deus e nossa mãe,
Como a altura é mãe do dia,
E mãe das sombras . . . amen !*

*
*
*

REVERENDOS PADRES,
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

Quem como nós possui uma galeria tão grande de jóias primorosas como estas, quem se gloria de pertencer à nação de Portugal, não poderá deixar de se sentir ufano, ao vêr que aquêles a quem devemos a nacionalidade e a glória, foram, são, e serão sempre, — porque o nome de Portugal só findará com o mundo, — verdadeiros filhos de Maria! Porque eu creio que Portugal é um grande e autentico milagre, das suas mãos benditas.

Eu creio que um povo que a celebra, que a festeja nas profundas sorridentes dos nossos vales ou nas capelinhas que coroam os outeiros, nas egrejas grandiosas ou nas ermidas rusticas, não pode deixar de ser como realmente é, o povo predilecto de Maria.

É êle que quiere agradecer-lhe, e por isso o coração da gente portuguêsa, na sua poesia popular, canta-lhe devotamente em côro:

*«A Senhora do Rosário,
Tem um rosário na mão:
Se ela me desse uma conta,
Dava-lhe o meu coração!»*

Tambem os poetas que o interpretaram, possuem o mesmo sentimento. Antonio Nobre por exemplo. A sua vida foi a de um boémio, e contudo os versos que fazia com os dedos nas cordas da guitarra, eram verdadeiros primores. Citemos ao acaso:

*«Nossa Senhora faz meia,
Com linha feita da luz,
O novelo é a lua cheia
As meias são p'ra Jesus.»*

Como os deste poeta, poderíamos apontar os de muitos outros. São no entanto dignos de menção, o Conde de Monsaráz, Afonso Lopes Vieira e Antero de Quental, cujo soneto “Á Virgem Santíssima,, é sobejamente conhecido por todos. O Minho orgulha-se também de apresentar á Mãe do Todo Poderoso os seus versos, pela

pena inspirada de Queiroz Ribeiro, em endeixas muito sonoras e muito portuguesas:

«Nasci hontem ... e já ando!
Minha Mãe Para onde hei-de ir?!
Para o céu, que vou buscando,
Pela estrada por onde ando,
E onde tu me vens sair?!»

«Nasci hontem ... e já creio!
Minha Mãe! Quem me deu fé?
Quem abilha no meu seio,
Quem me diz tudo o que eu creio,
Quem me deita e põe a pé?!»

«Nasci hontem ... e já amo!
Minha Mãe! Como hei-de amar?
Como a folha adora o ramo,
Como o cão adora o amo,
Como o rio adora o mar...!»

Portugal adora a Virgem Maria. A nossa nação foi sempre de uma ortodoxia admirável, jamais tocada pelo veneno das heresias e scismas, e a tal ponto se mostrou amante das prerrogativas de Maria, que chegou a eliminar alguns professores de uma universidade, só por não professarem as ideias que então eram as nacionais, acêrca do mistério da Imaculada, que aliás ainda não tinha sido definido, como dogma de fé. Esse sentimento de amor é geral, e ainda hoje vemos que os aviadores do nosso exercito, a invocam com o nome de Nossa Senhora do Ar. Foi uma poetisa, a primeira que a cantou, e por isso arquivamos aqui duas das suas quadras:

«Nossa Senhora do Ar,
Está no ar a vossa ermida
Pois Deus vos deu a guardar
Quem no ar voa na vida».

«Guardai no ar os que voam
Senhora, por vossas Dôres!
Que vossas mãos abençoem
Aviões e aviadores!»

Assás me tenho alongado no meu modesto discurso. Vou terminar Incompleta porém ficaria a enumeração dos poetas que celebraram em seus versos a Virgem Imaculada, se nela faltasse o nome da mais sublime glória na poesia portugueza. Ajoelhai corações ante o rei dos poetas, o génio da nossa terra, aquêlê que a ergueu ás maiores culminâncias, pelo seu estro, e pela sua espada ! Vai falar Camões :

*Para se namorar do que criou,
Te fez Deus, sacra fénix, Virgem Pura.
Vêde que tal seria esta feitura
Que para si o seu feitor guardou !*

*No seu alto conceito te formou
Primeiro que a primeira creatura,
Para que única fosse a compostura
Que de tão longo tempo se estudou.*

*Não sei se digo eu tudo quanto baste
Para exprimir as raras qualidades
Que quis criar em ti quem tu criaste.*

*És filha, mãe e esposa ; e se alcançaste
Uma só, três tão altas dignidades,
Foi porque a três de um só, tanto agradaste !*

Maria Santissima que é Mãe de Deus, é também a Mãe de Portugal ! Que as suas preces omnipotentes perante o Altissimo, façam renascer na nossa Pátria exausta, com um novo fervor, um ressurgimento máximo de glória e de fé.





Às lindas crianças e jovens de Portugal

Por MARIA AUGUSTA S. NOGUEIRA

É TÃO suave e tão doce a sensação que nos embriaga a alma ao ler o formoso livro de contos «Sementeira de oiro» de Parente de Figueiredo, que eu não posso sufoca-la; sinto a necessidade de a gritar ao longe e ao largo!...

Fica a alma toda irisada de suavidade e de luz; sente-se nela, a desabrôçar, a expandir-se, rescendente de perfume, a flor miraculosa da Bondade. Em todo o livro parece que se sentem, alados, espiritualizados, os dedos finos do Autor—alma dedicadíssima de Poeta—a amoldar a contornar, a entre-abrir numa flor radiosa de Virtude e de Beleza os meigos coraçõezinhos infantis—dóceis bocadinhos de cera mole...

Aqueles contos, palpitanes de veracidade e de interêsse, copiados da vida prática e escritos numa linguagem doce, fluente, salutar, paternal, são um raio de sol a mostrar, previdente, aos olhos candidos inexperientes das crianças e dos jovens as pedras negras e os abismos fundos que os esperam nos caminhos do futuro, e são, ao mesmo tempo, a mão amiga e protectora que os ensina a desviarem-se dessas pedras em que poderão tropeçar, desses abismos em que poderão cair.

Não ha naqueles contos radiantes de saúde, o ar bafiento de grutas arripiantes de feiticeiras, nem inconcebiveis e mentirosas resplândecencias de castelos encantados, de fadas e de príncipes lendários. São tirados da vida viva, são arrancados ás páginas luminosas da nossa Historia e contados a sorrir, com muito carinho e muita graça, ás lindas crianças de Portugal!

Doces historias de oiro puro dedicadas aos pequeninos e aos jóvenes, são-lhes contadas em posseios pelas lindas terras portuguezas, pondo-lhes a alma ao ar livre, em contacto com o claro sol do nosso céu e com o rutilante sol das nossas glorias pátrias!...

Ah! tem bem rasão o Autor! Nós não precisamos de mentir ás

nossas doces crianças descrevendo-lhes feéricas paisagens de sonho —temos as deslumbrantes paisagens portuguesas—e fantasiando castelos com princesas encantadas—temos os nossos gloriosos castelos onde viveram princesas heroicas e lindas, e rainhas e infantas que a santidade aureolou.

Em vez de semi-deuses de fábula a praticar feitos de grandeza sobre-humana, o ilustre Autor do livro entremostra-nos, em fulgurante nebulose, a pleiade dos nossos Heróis, entre os quais enfileira a simpática figura de «Gonzaga», indómito combatente português da Grande Guerra, essa hecatombe medonha que Parente de Figueiredo descreve com brilho surpreendente e empolgante; e apresenta-nos também as lindas figuras dos nossos divinos aeronautas, erguendo-as ao ceu de gloria a que pertence o nosso grande Sacadura Cabral—«A Aguiá Morta».

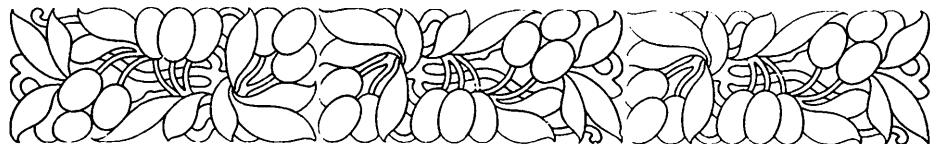
E para fechar com chave de ouro o formosissimo livro, o talentoso Autor arrancou da sua alma iluminada de Poeta o belo poemazinho «Aguias Lusitanas», no qual Portugal inteiro, desde o Minho ao Algarve, vibra, estremece e canta uma apoteose ardente de amor e fé aos nossos rútilos Heróis do Ar!...

Livro de contos, mas de contos reais, para crianças, adolescentes e jovens, a «Sementeira de Ouro» é ao mesmo tempo um adoravel livro instrutivo e educativo que se lê com suavissimo encanto.

Cada pagina é marginada duma bela gravura arrancada ao texto, e nessas criações tão ricas de expressão do lápis inspirado de João Carlos, recreiam-se os olhos carinhosamente.

Livro cheio de Arte e de Beleza, quem me dera poder pô-lo nas mãos de todas as crianças, adolescentes e jovens do meu lindo e glorioso Portugal!...

É a melhor e a mais linda prenda que se vos pode oferecer, meus lindos botões de flôr, ríodias esperanças de amanhã!...



“O ANÁTEMA DA FLANDRES,,

VIII

O embarque das levas

“**O** NDE irêmos parar?... Não é possível guardar segredo sobre o que o País tem direito a saber, nem ao Exercito que precisa saber o que se lhe exige». (1)

«Lamento que Portugal não tenha seguido o exemplo da Espanha que tem aproveitado a actual situação para desenvolver o comercio, e lamento egualmente que aqui se passe o tempo a tratar da honra dos latinos; a defeza dessa honra está bem entregue à França». (2)

Mas a besta a nada se movia. O negócio era tão pobre... que tão ricos hoje se vêem os que até então, numa vida honrada, jamais viram um dourado pé-de-meia.

A honra dos latinos era a defeza a praticar. E a honra da soberania portuguesa Além-Mar? Os inglêses defendê-la hiam. E o tesouro portugues exausto? Ninharia que os inglêses supririam. E a sustentação do exército portugues em França? Os inglêses se encarregariam de o fazer. E o futuro de Portugal post guerra? A indemnisação de guerra que *terêmos* e que a Inglaterra apoiarâ o tornarâ desassombrado.

Os inglêses eram pau para tôda a obra, como pau para tôda a obra seria em França a infantaria portuguesa.

A intelligência democratica liberal não podia ir mais além do hori-

(1) Senador general Alberto de Silveira, celebre no odio aos officiaes milicianos. Diário das Sessões das Camaras, em 26-3-917.

(2) Idem, idem, em 20-12-915.

zonte acanhado a que se limita. Que lhe importava o dia de Amanhã, se ela é só o dia de Hoje?

Os foliões do mercantilismo e o negócio da guerra, eis a questão.

O essencial, após o embarque dos prisioneiros, era guardá-los bem à vista para que o primeiro troço saísse o Tejo. O resto iria por si. E tanto assim foi este raciocínio que, tendo o Cruzador-prisão garrado uma manhã, já voltou ao ancoradouro sob as vistas protectoras dos defensores da república que, no Terreiro do Paço, concertaram uma abordagem ao «Pedro Nunes» para a chacina dos oficiais do 34 d'infantaria, revoltados, (como segredavam) e senhores do pobre cruzador!...

Grande conquista para melhores feitos!...

A hora do primeiro troço... militar ser exportado para França aproximava-se e tornava-se portanto inadiável que delegados do governo da república representassem, ao menos, uma fantasia de despedida.

Afonso Costa, (1) detentor então das pratas, colchas de damasco, lençoes, etc., da Casa Real (que em 15 de Dezembro de 1917 dariam entrada no Governo Civil), o heroi que em 5 de outubro de 1910 quis incendiar os quarteis da Guarda Municipal com os oficiais e soldados, toma lugar num rebocador em direção das prisões flutuantes, que o saudam... com quantas latas vacias, das rações de conserva, conseguiram haver á mão.

E o rebocador desaparece lésto ante uma voluntariedade tão espontanea...

A desvergonha muito pode...

Ante aqueles desgraçados, que longe da Pátria iam morrer em pelejas contra Ela, degredados como vulgares criminosos, roubados aos

(1) 5.º — que sem o fornecimento de tranportes inglêses, a efectivação do C. A. P. e a do C. A. P. I. seriam irrealizaveis, como o proprio Afonso Costa confessava, contra o que agora intentam os desavergonhados patetofilos, que pretendem salvar da execração publica os homens nefastos da porta-aberta em Angola, os co-amigos de Caillaux e admiradores da mulher d'este, e tambem defensores de Malvy, os comensaes de Bolo e pessoas gratas do Bonnet Rouge.

Vidé «*Epoca*», 4 de Setembro de 1919.

Vidé «*Epoca*», 27 de Julho de 1919, artigo «Sidonio Pais».

«Sidonio Pais exigira dos seus confidentes a palavra de honra de que, até á Paz, ainda que esta fosse posterior á sua morte, nenhum deles daria á publicidade o conteudo d'esse *dossier*. (Ação de Sidonio Pais).

Assim se tem feito, e assim se continuará a fazer, excepto em dois casos: a) se alguma voz voitar a acusar de traição á Patria o maior amigo que a Inglaterra e a

campos que os isolava da negridão república, a ferros no Tejo, (1) havia a ousadia máxima de os ir afrontar, apresentando-lhes uma escassa, ridícula e nojenta «Boa-Viagem» o principal negociante da sua escravatura.

Mas a hora do apartamento ainda não tinha pressa.

Uma epidemia de piolho nos soldados e de mórmo nos cavalos, obrigou a um desembarque para limpeza e desinfecção dos navios e seus habitantes, sob a guarda do Komandantur de Lisboa, Pereira d'Eça, que de novo lhes fazia a escolta para bordo, e até lá... os guardaria em terra.

Breve estava a largada do primeiro troço do C. E. P.. E um dia

«Entente» jámais tiveram em Portugal; b) se alguém ousar açular o vinho da plebe contra o sangue do Martir.

D'esse *Dossier* documentadamente consta:

1.º — Que Sidonio Pais, desde o dia em que assumiu o Poder, até ao dia da sua morte, isto é, durante doze longos mezes, fez tudo quanto humanamente lhe era possível fazer, não só para enviar tropas frescas para França, mas ainda para efectivar o *roulement*, em que o seu antecessor nem sequer pensara, e que só ele, logo em 28 de março de 1918 decretou.

2.º — Que na realização do primeiro desses honrados e patrióticos propositos e, por maioria de razão, na realização do segundo, deparou com uma dificuldade *invençivel*.

3.º — Que já o seu antecessor, desde agosto a dezembro de 1917, procurara, em vão, remover essa *invençivel* dificuldade, sendo tanto nesta conclusão como na anterior empregada a palavra *dificuldade*, em vez de outra peor, embora mais propria, que azedaria inutilmente o debate.

4.º — Que só em 4 de outubro de 1918, depois de quasi dez meses de incessantes esforços de Sidonio Paes e graças á intelligencia, tacto e zelo do novo comandante do C. E. P., sr. general Garcia Rosado, ia esta *invençivel* dificuldade ser removida quando, sobrevindo a 21 a epidemia gripal, que tantas vitimas fez no pais, o Governo Britanico imediatamente adiou o seu *agrément* até à extinção daquela epidemia.

(1) Nos futuros embarques se procederia de igual forma, como se pode lêr na carta do 2.º sargento de infantaria 21, José Maria Ferreira Delgado, condecorado em França: «No barco em que eu fui, o D. Boemya, tanto os sargentos como os pobres soldados tinham as camaratas perto dos cavalos, nas baias vasiaas. Eram nossos companheiros e viamo-los cair com o mórmo».

Vidé diário integralista de Lisboa, «A Monarquia», n.º 776, de 22 de Setembro de 1920, em que esta carta se transcreve.

Em Fevereiro de 1917 a Inglaterra recusa embarcar a 2.ª divisão do C. E. P. que o Governo Português lhe havia «oferecido» nesse mês, «ficando a efectivação dessa proposta dependente de ulterior resolução que a Inglaterra ainda não tomára».

Vidé diário católico de Lisboa, «A Epoca», de 4 de Setembro de 1919, artigo «Put thy money in thy purse», de Cunha e Costa.

surge, em que os destroyers inglêses cortam as águas do Tejo, levando à sua guarda os navios de carga E. F. G., esperando o baixar da noite na baía de Paço d'Arcos. Umas horas mais se escoam no Tempo que tudo consome, e logo no alto mar se engolfam.

São portugueses protegidos pelos inglêses para bem dos interesses da França...

Lá vão de abalada, zig-zagueando nas águas revoltas, olhando a nascente uma fimbria linda da veste de Portugal, enquanto no Tejo se finava a vaidade do Heroe do Mar da Palha, que tanto queria o comando da primeira guarda, levando sob suas ordens oficiais da marinha inglêsa, que decerto muito gratos lhe seriam por tanta honra. Mas... os carvoeiros eram inglêses.

Melhor proeza lhes fôra dada, todavia; e não distante fôra o comandante da divisão naval investido no comando da escolta ao «Pedro Nunes», que transportava oficiais portugueses sob prisão a França.

A uma meia tarde, dias antes do 1.º troço do C. E. P. largar do Tejo, o «Vasco da Gama», navio-chefe e os destroyers «Douro» e «Guediana» vão fundear a oeste da Torre de Belem. Era a escolta agora aos oficiais presos do «18 de Janeiro», que o almirante Leote do Rêgo comandava.

O «Pedro Nunes» levanta ferro do ancoradouro, e, à tarde moribunda, são todos, escolta e escoltados, à bôca da barra, encostados ás fortes defezas naturais que a Trafaria levanta, a desafiar o mar. (1)

A Tôrre de Belem, os Jerónimos, as praias do Tejo, pálidas de pasmo, petrificadas de horror, olhando portugueses presos para a guerra sob escolta de portugueses, pareciam juizes dum pleito que um futuro breve sentiria em suas sentenças transparentes. Pendões de honras floridas, palmas de victórias nobres, sacrários de ossadas venerandas, san-

(1) «It now appears to be the British Governement's intention to stop the transport to France of the remaining Portuguese Forces».

«Parece agora na intenção do Governo Britanico parar com o transporte das restantes Forças Portuguezas para França».

Memorandum de 4 de Junho de 1917, do Governo Português. Vidé «Epoca», de 4 de Setembro de 1919, telegrama confidencial de Afonso Costa a Norton de Matos.

ctuários da alma lusitana, pesados crêpes vestiam, ao repararem Portugal em cárcere quando o supunham na imposição da veneração à Imortalidade, iluminada em tantos séculos de lutas e «guerras esforçadas», ora na Descoberta, ora na Conquista.

A humilhação grave acastelava sanções graves. O dia lindo toldava-se bruscamente. O Tejo convulsionava-se. O mar indignado ia num crescente de repugnância, batendo ferozmente, raivosamente, a superfície tão mansa, tão de cristal, que era ha tão pouco ainda.

A escolta avança arrostando com as vagas alterosas de tão respeitável bravura. É o «Vasco da Gama» à frente, e logo os dois *baleotes*, os destroyers Douro e Guadiana.

O cruzador-prisão fecha o cortejo miserando, de frente erguida, olhando serenamente o Imenso que o envolve melhor; e das brumas marítimas uma luminosidade vai tomando vulto, moldando-se numa forma giganteia, arrastando um manto que toma os espaços e caminha sob os escarceus fantasticos tomando o passo à escolta.

O «Vasco da Gama» cambaleia como se não poderosa o agarrasse por um mastro e o sacudisse contra as ondas revoltas; os destroyers semelham uma timidez buscando os abismos para decantados heroísmos.

O «Pedro Nunes» passa à frente da escolta e roça as vestes níveas da forma luminosa que lhe segreda: Eu sou a Justiça Imanente... E logo se esvai nos horizontes do Imenso.

Já distantes, à retaguarda, o «Pedro Nunes» deixára o navio-chefe e os destroyers, e tão do longe já eram que o navio-chefe arribava ao Tejo com um destroyer, levando mobília quebrada e o outro destroyer era no Sado com a mastreação em desalinho fundo, enquanto o «Pedro Nunes», em plena liberdade, entre o mar encapelado fôrtemente, beijando o convés os pelagos salvadores, corria intemerato o estreito do Cabo da Roca como se em tempo de bonança perigos largos aí se não guardem ao nauta experimentado.

Era-se à vista das Berlengas quando um radio busca as antenas do cruzador auxiliar para lhe comunicar que: «Siga derrota indicada. Leote.» Entre brumas fundamente expressas, entre tempestades bem desenvoltas, ia seguia a tropa, guardada melhor pelos escarceus rugidores que por tão fragil guarda de guerra, nada familiar do mar amante.

Em posto seguro já eram a esse tempo os tres navios de escolta... sem prisioneiro. E pelas quatro horas da madrugada novo radiograma surge, comunicando um immediato regresso ao Tejo, a que logo se pro-

cede naquele mar cavado, de tanta magestade deslumbradora, de tanta imponencia tragica, ás portas de S. Martinho do Porto (1).

Tarde linda o acolhe no Tejo manso como beijando-o doidamente dum bom regresso, duma liberdade de momentos enexquecíveis duma hora amada que o acolheu contra o poder dos homens pelo poder de Deus.

A Torre de Belem, os Jerónimos, as praias do Tejo, cantam um prazer divino, vestem falas novas de esplendor exuberante, exalam orações celestiaes de agradecimento d'alma, ao Eterno Salvador, duma nooa imensa que o mar lavou tão bem.

Os falsários da honra lusitana, ainda mal refeitos da desonra cometida, praguejam na terra, torturando Lisboa, infamando Portugal, negando quem os vencia.

E numa tarde da morte, (separados dos capitães e majores, os subalternos presos do 34 de infantaria, desce de novo o Tejo o cruzador-prisão, para pousar um momento junto de Cascais, e então se abalançar ao mar, tendo por guarda um destroyer inglês e por dever retalhar Portugal em nome da Liberdade, Igualdade, Fraternidade, Justiça, Direito, Civilização, Progresso... E os portuguezes lá seguiam encurralados como carneiros e guardados à vista como bandidos na casa de Portugal!...

A caminho de Brest a noute os acompanhou do Tejo ao mar.

Portugal é superior a todos os portuguezes (2).

(Continua).

JOÃO DE OURIQUE.

(1) «Os ingleses, reputando já sufficiente o auxilio militar prestado por Portugal, se recusavam a embarcar mais tropas portuguezas, inclusivé os 18.000 homens já promptos para embarque:

— Que n'essa mesma data de 4 de Junho de 1917 vem a pressão diplomatica da França, a quem **aproveitando o gabinete Painlevé**, haviamos oferecido o C. A. P. I. e com ela celebrado a Convenção de 17 de maio do mesmo ano, **no único e estulto propósito de forçar a mão do govêrno Inglês por via de uma política internacional luso-francêsa, contrária à nossa tradicional política luso-britanica**, conseguira remover a formal reluctância da Inglaterra.— Vidé «*Epoca*», 4 de Setembro de 1919, artigo, «Put thy money in thy purse».

(2) A. XAVIER CORDEIRO — «O milagre da Ressureição vai dar-se; — prepararam-no as gerações moças e eu creio nêlo com a firmeza de quem crê e de quem quer».

PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

DA VIDA : DOS FACTOS : DAS LETRAS

«No plano restaurador de Portugal, a autonomia do Municipio é a morte do influente, o desenvolvimento colectivo da Região aniquila o cacique, a instauração da Província suprime o deputado, e o bem público exige que para sempre se dissolvam os Partidos Politicos e os seus chefes, na mesma poeira de inutilidade. Lutar por tal designio é o primeiro dever da nossa cruzada; alcança-lo será ganhar em realização o triunfo já definitivo da nossa vitória em pensamento».

HIPOLITO RAPOSO.

João Franco

RECORDEMOS os mortos. O Conselheiro João Franco merece que o não esqueçamos, pois teve um papel preponderante na politica do nosso país. A sua acção de homem de Governo, num dos mais agitados periodos de dissolução, fica para todo o sempre ligada á historia dos ultimos 25 anos do regime monarchico constitucional.

Aos partidos politicos de então não foi simpatica a sua acção de Ditador. Ainda as inteligencias se não tinham aberto à luz clara da Verdade, que, anos depois, havia de juntar a gente-moça da nossa Terra, na aspiração nobre, ardente, entusiasta, da Restauração de Portugal.

Mas, se o Conselheiro João Franco, teve de lutar com as maiores dificuldades, se de todos os sectores da politica se levantaram os mais energicos protestos contra a sua acção de chefe de Governo, se assistiu ao derruir de um trono — na gelada tarde de 1 de Fevereiro de 1908 — viveu ainda o tempo preciso para que a hora da justiça chegasse, e se visse rodeado de muitos que, tendo-o combatido então, lhe foram testemunhar — num admiravel rasgo de penitencia — o erro em que tinham caído e manifestar-lhe, num desabafo patriótico, a sua admiração e reconhecimento, pela obra «que marca bem, para nós os mais novos, a primeira directriz de um novo rumo nacionalista», como o afirmou o sr.

António Maria Pinto Castelo Branco, na mensagem lida por motivo da passagem do 74.º aniversário do Conselheiro João Franco, — em 14 de Fevereiro de 1929 — a que deu ensejo a significativa homenagem da Câmara Municipal do Fundão.

Como português, como nacionalista e como vimaranense — pois foi em Guimarães que João Franco encontrou sempre a bem merecida consagração — curvo-me reverente perante a nobilíssima memória de quem soube sêr — num periodo de corrupção — um grande Português.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

E. Sanches da Gama

Honra-se hoje a nossa Revista com a colaboração poetica do distinto Professor do Liceu de Coimbra e nosso muito Amigo sr. dr. Eugénio Sanches da Gama, o irónico autor do *Nós Todos* e do lirico *Relicario de Simão de Gouveia*.

Saúdando muito sinceramente o sr. dr. Sanches da Gama e agradecendo a honra com que nos distingue, muito prazer terêmos em continuar a receber a sua distinta colaboração.

D. Maria Augusta Nogueira

A partir dêste fascículo honrar-nos há com a sua magnífica colaboração a Ex.^{ma} Snr.^a D. Maria Augusta dos Santos Nogueira, admiravel temperamento de Artista, que sabe cantar, no burilado dos seus suavíssimos versos, o amor de Deus, da Pátria e da Grei.

Á consagrada autora dos *Vãos Místicos*, — que a crítica recebeu com os mais merecidos aplausos — deixamos aqui testemunhada a nossa admiração e muito reconhecimento.

Bernardo Ferrão

Publicamos hoje um interessante ensaio do nosso prezado Amigo D. Bernardo Ferrão, inteligente filho do nosso querido Director sr. D. José Ferrão de Tavares e Tavora.

Trata-se de uma bela palestra feita por D. Bernardo Ferrão, no Instituto Nun'Alvares, de La Guardia (Espanha), de que é um dos mais inteligentes e applicados alunos.

Este ensaio revela bem as qualidades de intelligencia do novel e esperançoso estudante, que assim fica marcando o lugar que lhe pertence nesta Revista.

João de Ourique

Pela Ordem do Exército n.º 21, referente a 16 de Dezembro, foi promovido a capitão o nosso distinto colaborador *João de Ourique*, heroico combatente da Flandres.

Enviamos-lhe as nossas saudações muito sinceras pelo acto de justiça que a sua promoção representa.

Guido Battelli

Pelo Govêrno Português foi agraciado com o grau de cavaleiro da Ordem de S. Tiago da Espada o Professor Guido Battelli, ilustre poeta e escritor italiano, que *Gil Vicente* se honra de ter como valioso colaborador.

O Professor Battelli é um dos estrangeiros que mais tem amado o nosso país.

Investigador inteligente e metuculoso e escritor erudito, tem já uma vasta e apreciada obra disseminada pelos jornais e revistas.

Poeta distinto e apreciado, tem cantado em mimosas poesias as belezas naturais de Portugal, de que tem feito muita e proveitosa propaganda em jornais e revistas de Italia, Espanha, etc., revelando-se um grande amigo da nossa Pátria, conhecedor da nossa história e dos nossos costumes.

Gil Vicente que tem pelo Snr. Professor Guido Battelli uma grande

admiração, associa-se gostosamente à justa consagração que lhe foi prestada.

*

Na grande revista italiana *L'Illustrazione* publicou o Snr. Professor Battelli um belo artigo sobre «Sansovino em Portugal».

A colecção Veritas

Atingiu o seu completo triunfo a generosa ideia de Nuno de Montemór.

É um facto a restauração da literatura catolica em Portugal. Estão surgindo os livros dos novos cavaleiros da «*Cavalaria Cristã*», entre os quais vêmos amigos e colaboradores de *Gil Vicente*. Foram já publicados dois volumes: «Depois da Batalha», de Ricardo Cruz e «Asas Quebradas», de Cristo Salvador. Seguir-se-lhes hão «Redenção», de Alcino Alves, «Sangue», de Augusto Pires de Lima, «Os Senhores de Montalto», de Luiz Chaves e «O Pintor de Santas», do nosso querido amigo e colaborador Horacio de Castro Guimarães.

Agora que a vitoria está assegurada e se enriquece de novos valores, daqui felicitamos Nuno de Montemór, que, com a sua admirável tenacidade, conseguiu vencer as dificuldades e injustiças que se levantaram à sua cristianissima iniciativa.

“Sob o sinal da Cruz”

É este o título de um novo livro, no prelo, do distinto escritor nacionalista e nosso querido amigo snr. Dr. Luís de Almeida Braga. O novo trabalho do apreciado autor do *Pão Alheio* está destinado a um merecido sucesso.

O Integralismo no Porto

Em reunião da Junta Central foi nomeada a Junta Provincial do Douro, que ficou assim constituída: — *Presidente*, D. José Ferrão, proprietário; *secretário*, Dr. Mário Cardia, médico; *tesoureiro*, Dr. José Vaz Pinto, advogado; *vogais*, Dr. António Lopes da Fonseca, advogado e Dr. João Alves do Vale, médico.

Em reunião da Junta Provincial do Douro foram nomeadas a Junta Municipal e a Junta Escolar do Porto, que ficaram assim constituídas:

Junta Municipal do Porto — *Vice-Presidente*, Eng. Augusto de Brito; *secretário*, David Moreira; *tesoureiro*, Alberto Pinto de Melo; *vogais*, Claudio Correia de Oliveira Guimarães e Antonio Correia de Oliveira Guimarães.

Junta Escolar do Porto — *Presidente*, Antonio Bret Junior (F. M. U. P.); *secretário*, Manuel Barreto (F. E. M. P.); *tesoureiro*, José Amo-

rim da Costa (I. S. C.); *vogais*, Antonio Batista (F. M. U. P.), Eduardo Navarro (I. S. C.), António Caitano Moutinho (E. M. P.) e Arnaldo Alegro de Magalhães (L. R. F.).

A sede destes organismos é na Rua de Sá de Noronha, 24.

Faculdade de Direito de Coimbra

Para o conselho da Faculdade foi eleito o aluno sr. Dr. Luciano Correia, candidato integralista-católico.

Eleições Acadêmicas na Universidade de Paris

Sobre as eleições na Universidade de Paris publicou *L'Action Française* as seguintes notas que desejamos arquivar:

Faculdade de Letras (baluarte das esquerdas) — Lista da *Action Française* 248 votos, contra 129 da lista comunista e 147 da lista democrática.

Faculdade de Direito — A lista da *Action Française* obteve a maioria absoluta de 514 votos, contra 207 da coligação das esquerdas e 288 da lista independente.

Faculdade de Medicina — Victória esmagadora de 560 votos a favor da *Action Française* contra 164 da lista comunista.

Faltava completar o apuramento nas Faculdades de Ciências e Farmácia onde a lista da A. F. já tinha obtido maioria considerável.

“A Santa dos Impossíveis”

Em edição da Parceria Pereira, vai aparecer, dentro de pouco tempo, um livro do nosso distinto colaborador, sr. José Agostinho, intitulado *A Santa dos Impossíveis*.

Trata-se da biografia de Santa Rita de Cassia, modelo das religiosas, das filhas, mães e esposas.

O autor descreve a Umbria, de que faz uma rápida evocação dos seus Santos. História a vida social e política da Italia nos seculos XIV e XV, de maneira a situar a Santa no seu meio historico.

Será uma obra notavel de litteratura catolica portuguesa. Estamos certos de que o publico a acolherá com entusiasmo e carinho.

“Indice de Libros”

O último número da revista bibliográfica «Indice de Libros» — que acabamos de receber — faz

referência a 920 obras publicadas recentemente em espanhol e assim agrupadas por matérias: — obras gerais, 50; Filosoficas 41; de Religião, 33; Sociologia, 124; Filologia, 14; Ciências, 171; Belas-Artes, 36; Literatura, 344 e História, 107.

Na presença dêste «Indice» pode-se, sem sair de casa, conhecer a produção editorial espanhola.

A administração do “Indice de Libros” (Prado, 14 -- Madrid), envia um exemplar gratis a quem deseje conhecer esta útil publicação.

Serviço da Revista

Estão em cobrança os recibos do 1.º semestre de assinatura da nossa Revista.

Pedimos a todos os nossos camaradas e amigos que os satisfaçam prontamente e nos angariem novos assinantes de forma a tornar mais larga e fecunda a penetração das ideias de salvação nacional que defendemos.

Áqueles que têm mandado satisfazer êsse pagamento, aqui lhes deixamos consignados os nossos agradecimentos.

VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1829

GUIMARÃES HÁ 100 ANOS

Abril

*

Dia 2 — El Rei D. Miguel concede a medalha da Sua Real Efigie a Manuel José Ribeiro d'Araujo, desta vila (!).

Dia 3 — Decreto nomeando o alferes do regimento de cavalaria 9, barão de Vila Pouca, ajudante de ordens do tenente general, visconde do Peso da Regoa, governador das armas da provincia de Traz-os-Montes.

Dia 4 — Em Vereação: foram eleitos juises do officio de chapeleiro, à maior pluridade de votos dos examinados, José de Oliveira Mouta e Francisco José de Freitas, de Sande; juiz do officio de ferrador, Manuel José Pereira, ferrador na ponte de Negrelos, Moreira de Cónegos; juiz do officio de barbeiro, Francisco José de Freitas, de Traz de S. Sebastião; procurador, Manuel José da Rocha e escrivão Manuel Joaquim da Silva, ambos de S. Domingos. Preços da teira: 770, 440, 360 e 300 reis.

Dia 6 — O Juis de fora deferiu o juramento a Antonio José da Silva Guimarães, louvado carpinteiro, eleito pelo Senado por despacho de 4 deste mês.

«El-Rei N. S. (D. Miguel) tomando em consideração a illibada conducta Politica e Moral com que sempre se distinguio Francisco José Gonçalves de Oliveira, cavaleiro professo na ordem de Christo, depositario dos bens confiscados na villa e comarca de Guimarães; e bem inteirado do patriotismo e fidelidade deste benemerito Cidadão, que como verdadeiro amigo do bem publico, do Throno e do Altar, além de servir o Estado, ofereceu para as urgencias do mesmo, só por si 100\$000 reis na forma da Lei», fez-lhe, por despacho deste dia, mercê da medalha com a sua Real Efigie.

Dia 9 — Por acordam da Alçada do Pôrto foram condenados 23 reus pelos crimes de rebelião cometidos naquela cidade aos 16 de Maio de 1828, sendo 12 a pena de forca e 11 a diversos degredos. Um destes, Antonio José Vieira Mendes, o Tamagueira, de 42 anos, casado, negociante natural desta vila e nela residente a Senhora da Guia, foi condenado na pena de 10 anos para Bissau e 200\$000 reis para despesas da Alçada.

Dia 16 — Foi este o primeiro dia em

(!) São tantas as concessões identicas, que só se mencionarão as que foram feitas a corporações e a pessoas de destinação. Este facto demonstra a muita simpatia que os vimaranenses tinham por El-rei o Senhor D. Miguel.

que deixou de chover, depois de 3 meses de chuvas, que ocasionaram grandes cheias em diferentes partes do reino.

*

5.^a Feira-Santa — Não houve à noite a procissão da Cana Verde, por o corregedor a haver proibido (P. L.).

6.^a Feira-Santa — Não houve à noite a procissão do Enterro, por o corregedor a haver proibido (P. L.).

Dia 20 — O príncipe de Hesse pede licença ao prior de S. Domingos para vir morar no seu convento, a qual lhe foi concedida com toda a franqueza. A saída d'este Senhor do convento de S. Francisco, onde estava já há mezes, não deixou de causar grande espanto em tôda a gente e de fazer com que o povo formasse várias suspeitas (P. L.).

Dia 22 — Em vereação foi determinado que por ser o dia 25 a data do aniversário da Imperatriz Rainha, houvesse na véspera um solene bando noticiando-o, e no dia, luminárias, fogo e tôdas as mais demonstrações de regosijo.

Dia 23 — N'este dia e nos 2 seguintes há préces em algumas igrejas da vila, por causa das chuvas que ha 2 ou 3 meses não cessam (houve alguns dias de intervalo na Semana Santa e Páscoa) não podendo os lavradores fazer as sementeiras (P. L.)

*

O General D. Alvaro da Costa de Souza Macedo, officia do seu quartel general, em Viana, ao coronel de milicias An-

tonio Cardoso de Menezes Atayde Sousa e Vasconcelos que, se ao receber êste officio, ainda não tiver feito mudar do convento de S. Domingos, para o quartel militar, o destacamento do regimento do seu comando, verifique immediatamente a mudança, ficando o dito convento livre de tropa.

Dia 24 — A's 6 horas da manhã muda o príncipe de Hesse a sua residencia — como hospede — do convento de S. Francisco (onde estava desde 24 de Outubro de 1828) para o de S. Domingos, por motivos que a historia cala. Veio só e disfarçado e sem se despedir dos frades franciscanos. (P. L.).

*

Bando, por ordem da Camara, para pôr luminarias no dia seguinte, aniversario da imperatriz-rainha Snr.^a D. Carlota Joaquina. (P. L.).

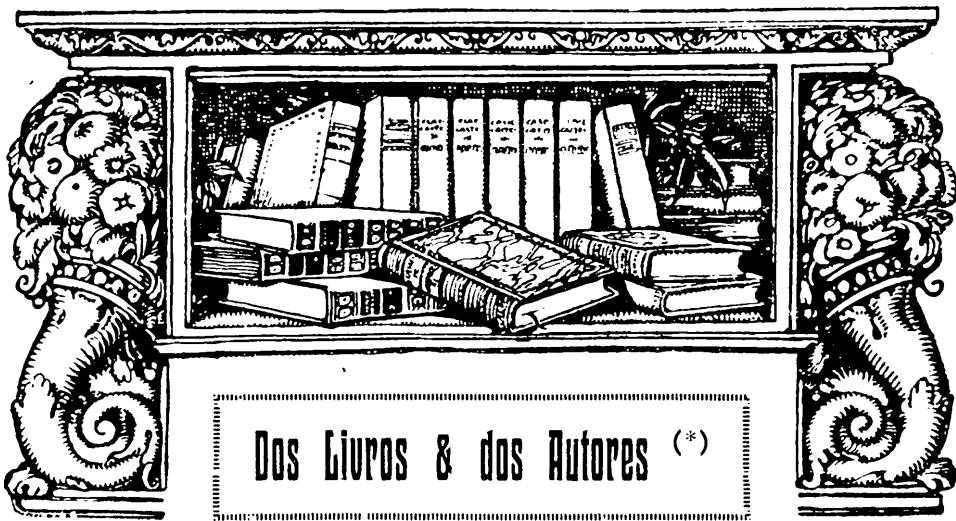
Dia 25 — Parada no Campo da Feira pelo batalhão dos Voluntarios Realistas desta vila e um destacamento de milicias da mesma por motivo do aniversario da Rainha D. Carlota Joaquina. A' noite houve iluminação geral. (P. L.)

Dia 26 — Chega a noticia da eleição do Sumo Pontifice Pio VIII. (P. L.)

Dia 29 — De tarde sai de S. Domingos a imagem de N. S. das Dores, em procissão pelas ruas da vila. Depois de recolher houve *Te Deum*, porque já ha 3 dias fazia sol (P. L.).

(*Continua*).

JOÃO LOPES DE FARIA.



Dos Livros & dos Autores (*)

A MAIOR GLORIA (Romance) por *Nuno de Montemór* —
«Empresa Veritas» — Guarda, 1929.

A Maior Glória é o último volume duma bela Trilogia literária, moral e católica, na qual Nuno de Montemór imprime à sua arte o geito harmonioso dum cántico em louvor de Deus.

Com este novo romance, êle continua, dentro do campo literário, a sua dupla e gloriosa missão de patriota e evangelizador. Nas páginas dos seus livros, onde abundam lindas e coloridas descrições, scenas profundamente ternas e emotivas, tudo é nosso, tudo é português de *lei*, desde os tipos à paisagem e aos costumes. E as suas teses, tóda a doutrina que corre, em fresco manancial, pelos diversos capitulos das suas Obras, são puros e saltares ensinamentos da Igreja, que captivam o coração dos crentes e lentamente se insinuam nas almas mais rebeldes...

Nuno de Montemór não é um dissecador de almas; não é o analista frio, o psicólogo indiferente ao drama intimo dos personagens e que serenamente vai mostrando ao leitor o fio condutor das suas complicadas observações. Nada disso! Nuno de Montemór está sempre presente nas páginas dos seus romances; vive, chora e sofre resignadamente, a dôr sempre serena e resignada dos seus herois. Por isso, se os seus livros perdem em verdade de análise psicológica, ganham, por outro lado, em ternura intensa e emotiva. Isto, que já havíamos notado nos seus livros anteriores, revela-se mais uma vez em «A Maior Glória». Padre Heitor; o bolchevista intelectual Fernando de Melo; o Traga-Lume e a própria figura gentil de Gabriela de Amorim, embora seguindo rumos diversos e sob encarnações diferentes, são no fundo a mesma alma, porque são filhos do amor e do enternecido coração de Nuno de Montemór.

E também como nos seus romances anteriores, êste é feito de quadrosinhos encantadores: a descrição religiosa da serra da Estrela, «última escaleira, onde Deus se ficara momentos a olhar, amorosamente, as terras da Beira, antes de reentrar no céu»; a noite de Natal; a oração de Padre Heitor, junto do sacrário, pedindo a Deus a conversão do bolchevista. «Senhor! Senhor! Para que a minha prece seja ouvida, para que Fernando vos reconheça, ponde aos meus ombros a maior cruz, aquela cruz que esmaga e dá a morte...»

(*) Só daremos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em *duplicado*, a não ser que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrinseco.

Glorifica-se neste livro a missão humilde e obscura, mas quantas vezes heroica, do pároco da aldeia. E terminando estas linhas, plenamente concordamos com Mons. Mendes do Carmo, que Nuno de Montemor «escreveu um livro de verdade, de patriotismo e de reforma moral, e ensinava, como nenhum outro romancista português, os grandes ideais da vida, a arte de viver dignamente».

FÓRA DA AULA (Estudos) por *J. A. Pires de Lima* — Pôrto, 1929.

É incontestavelmente o Sr. Dr. J. A. Pires de Lima uma autoridade no meio científico português e um dos mais valiosos professores da Faculdade de Medicina do Pôrto. Culto, inteligente e estudioso, os seus trabalhos de investigação científica são sempre apreciadíssimos lá fora, nas revistas estrangeiras onde colabora. E a par do alto valor que esses trabalhos encerram, como matéria, propriamente, de investigação no campo da Ciência médica, estão também os predicados de boa prosa literária, pelos quais o Sr. Dr. Pires de Lima se nos revela um escritor seguro e elegante.

A demonstrá-lo está o volume — *Fóra da Aula*, — que temos presente e no qual o distinto Professor reuniu diversas Crónicas e estudos, publicados em jornais portugueses, sobre o *movimento contemporâneo no campo da sciência*.

São, no geral, estudos de vulgarização científica, expostos com a máxima clareza e acessíveis ás inteligências menos versadas nos problemas complexos da Ciência. Nos 44 capítulos do seu livro, que se lê com o maior interesse e sem enfado, não só, como dissemos já, pela elegância literária com que são escritos, como também pela curiosidade dos assuntos versados, aborda o sr. Dr. Pires de Lima temas plenos de originalidade e questões oportunas nos meios intellectuais.

Fóra da Aula é, pois, um livro indispensável na estante de todos aqueles que se interessam pela cultura moderna.

HORACIO DE CASTRO GUIMARÃES.

DO ATLANTICO AO MEDITERRANEO por *Parente de Figueiredo* — Edição da Litografia Luzitana — Gaia, 1928.

Parente de Figueiredo, brilhante espirito de poeta nacionalista, descreve-nos, neste belo livro de impressões de viagem, a vitoriosa jornada do Orfeão e Tuna dos Estudantes universitários do Porto por terras de Espanha.

Em pinceladas fortes, vigorosas, Parente de Figueiredo vai-nos transmitindo, num estilo muito claro, em que se revela um prosador de mérito, tudo quanto de belo e de impressionante a sua retina fixou desde o Pôrto até à Barca d'Alva, tendo «sempre ao nosso lado, como se não quizesse deixar-nos e caminhando para o coração de Portugal, enquanto nós nos afastamos d'ele, o Douro barrento e impetuoso!».

Depois é a acidentada ascensão a Fregeneda, — a primeira estação espanhola, — «contemplando a profundidade dos abismos e o aspecto escaldado das montanhas». E assim se vai desenrolando o scenário, quer na passagem fugitiva pela princeza do Tormes, quer ainda na romagem saudosa atravez da paisagem, ora monotona, ora cheia de vida e de côr, de Valladolid a Zaragoza, de Tarragona a Barcelona e, definitivamente, o regresso a Portugal.

Do Allântico ao Mediterrâneo, é, mais que um livro de impressões, um livro de saudade e de beleza descritiva, de notavel valor, esmaltado de scénas picarêscas, não lhes faltando, também, magníficos estudos de arte que muito valorizam este precioso trabalho, illustrado com várias caricaturas da "malta,, excursionista. A edição é cuidadosa.

DESENCANTO, por *Guilherme de Faria* — Lisboa, 1929.

Um mês depois da morte do Poeta, surgiu à luz da publicidade este novo livro de versos que o saudoso Guilherme de Faria escreveu.

Os seus versos teem arte, revelam talento, são como a encarnação viva da alma de Portugal, chorando no cativo as suas muitas desditas :

*« Estas saudades que eu tenho
Não n'as entende qualquer,
Pois são do bem que eu não tive,
Do que eu não pude perder ».*

São profundamente nostálgicos os sonetos que este livro encerra. Raras vezes Guilherme de Faria consegue vencer a nostalgia que o envolve. E os seus versos ressentem-se dessa nostalgia, embora não percam o seu muito valôr. Vejamos :

*« A Natureza é-me estranha...
E era melhor, com certeza,
Que os meus males lhe eu contasse,
Que eu sentisse a Natureza ».*

*« Mas não! nem quero entendê-la,
Pois não posso amá-la, não!
E este horror mais me condena
A uma eterna solidão ».*

É assim todo o livro um feixe de saudades. Guilherme de Faria era um Poeta de valôr, um Poeta que sabia compreender os seus devéres e dar à Pátria todo o admirável talento da sua alma moça. Pobre e desventurado Poeta :

*— « Na Morte, enfim, descança,
Oh dúvida de Dèus ! »*

LA DOCTRINE DE NOS FÊTES, volumes I e II, por *Mgr. Tissier*—Pierre Téqui, Libraire-Éditeur. 82, Rue Bonaparte, Paris VI, 1928.

Mgr. Tissier continua no seu admirável apostolado. Em *La Doctrine de nos Fêles* reúne várias das suas magnificas conferências, tratando no I volume—*Les grands maitres*—e no II—*Les grands exemples*.—As lições e os sábios conselhos que estes volumes encerram constituem doutrina pura e substancial que espalhará o bem

Por isso os recomendamos aos nossos leitores.

POUR L'ÉGLISE E POUR LA PATRIE, por *Mgr. Louis Prunel*—Pierre Téqui, Libraire-Éditeur. 82, Rue Bonaparte, Paris, VI, 1928.

Eis um livro de admiráveis ensinamentos. As suas paginas são brados patrióticos e cristãos, moldados nos melhores exemplos da historia. Bem traçado o estudo sobre Ozanam e cheio de profunda psicologia o que trata de S. Tomaz de Aquino e a Eucaristia. Estilo claro, profundo. É um precioso código destinado à formação da alma cristã e do espirito patriótico dos jóvens.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.



O REGIME ASSOCIATIVO DA PROPRIEDADE

Por RUY DE LORDÊLO

As chamadas doutrinas liberais que informaram o espírito da legislação do século passado e prevalecem ainda na que se encontra em vigor tem como principal característica o individualismo.

No campo político tiveram como resultado a subversão do princípio de independência e autoridade do Estado, transformado em emanção de uma incaracterística e inorgânica vontade colectiva expressa através do sufragio nivelador das capacidades da inteligência.

No campo económico, a desorganização das actividades da produção, tornada atrabiliária ao sabôr das ambições e alheias ao sentido nacional do interesse colectivo que as devia orientar.

Em consequência dêsses princípios, os homens, considerando-se cada um de per si o*ultimo têrmo da criação, declaram o seu direito de livre arbitrio e, não atendendo á sua função de órgãos da vida social, passaram a viver, a desenvolverem-se e a morrerem, no caos gerado pela própria liberdade que se outorgaram.

Ao invéz da máxima igualitaria do seu postulado doutrinário, as suas possibilidades materiais e intellectuais dividiram-se em dois campos distintos, fazendo-os regressar (oh! espírito da democracia triunfante!) à época aurea da escravatura antiga, agravada mil vezes pela ausência de uma organização de direito que condicionasse o seu estado de servidão.

Sob o imperio do Rei-ouro uma nova classe ou casta de párias se havia de formar, desapossada do preconceito da dignidade humana, transformada em vil matéria mercadejável e explorada pelos sinistros plutocratas.

Era perdido todo o esforço da Igreja Católica para reconduzir os oprimidos ao direito divino que lhes garantiria a paz na terra.

Um latente instinto de revolta desenvolver-se-ia na legião dos miseros proletarios para depressa se tornar elemento de nova exploração

fundada numa mistica de castigo e de destruição, fogo que devoraria todos os elementos da vida social, compreendidos aquêles cujo benefício procurava.

Uma voz portentosa se levantou profligando os desmandos que conduziam à ruina da humanidade e restabelecendo os principios da sã moral que devem reger as actividades: a de Pio IX.

Surge o renascimento da inteligência, recomeçando o labor da nova construção dos fundamentos das sociedades.

Á luta de classes opõe-se a solidariedade das funções no objetivo da produção.

São todos obreiros do bem-comum, os que cooperam na empresa dando-lhe os seus recursos intellectuais e os valores reais representados pela acumulação de reservas anteriormente adquiridas e os que nela integram o seu esforço material.

São todos solidariamente interessados na empresa porque é só do seu desenvolvimento pela aplicação dos modernos preceitos da técnica que pode provir a sua grandeza e da prosperidade de todos os elementos do trabalho nacional que pode derivar o grau máximo do bem-estar colectivo.

Para se atingir esse fim precisam as actividades económicas de ser organisadas racionalmente em obediência a um principio de ordem e coordenação.

Os seus agentes não constituem uma classe, nem de intellectuais, nem de capitalistas, nem de trabalhadores; são-no toda a nação, porque até aqueles dos seus elementos inactivos, as criança, os invalidos, as mulheres que se ocupam nos serviços domésticos, estão em íntima relação com os problemas da organização do trabalho, nos seus aspectos de educação e assistência.

É por isso que na orgânica do Estado Novo se torna necessário que ocupe um lugar fundamental a organização associativa ou sindical, baseada em rigidos moldes e regras de funcionamento, abrangendo obrigatoriamente todos os elementos activos do trabalho, agrupados em torno do objectivo económico da profissão e dando-lhes uma disciplina.

Ao Estado compete estabelecer as directizes das actividades nacionais, apoiando-as com os seus recursos potenciais e acção diplomática externa, e dando aos cidadãos-produtores, atravez dos seus órgãos colectivos, uma representação directa e insofismavel junto dêle.

Representação que não significa soberania, no sentido democratico, mas que nem por isso se torna menos necessaria para a harmonia dos órgãos sociais e perfeito exercicio da autoridade, que o é tanto mais quanto fôr livremente consentida.

A tendencia individualista radicada nos espíritos havia de negar primeiro o próprio direito de associação, por reconhecer que era aquele um meio de limitar a Liberdade.

Mas o princípio de associação, sendo, por uma regra biológica, natural e espontâneo, mantêve-se sempre, a despeito das disposições legais, com mais facilidades para os opressores, com mênos para os oprimidos.

A reacção natural manifestou-se perante as consequências da anarquia capitalística e plutocratica produzida pela liberdade na ordem económica, reunindo os explorados numa só *classe*, inspirada por uma ideologia revolucionária de formação inorgânica e anti-economica, se não anti-nacional.

Não se quiere neste artigo fazer o processo do regime associativo actual, na sua generalidade.

O que se refere vem apenas para estabelecer a génese do nosso sistema associativo e entendimento do que parece incompreensível em face de um dogma político em que aquê se inspira.

O Decreto de 9 de Maio de 1891, sobre as associações de classe, define por classe os grupos especificos de patrões (comerciantes, industriais e lavradores) e os de empregados, operarios ou trabalhadores. Admite ainda o grupo mixto, mas não o impõe.

O seu fim é o «estudo e a defeza dos interesses económicos, industriais, comerciais ou agrícolas comuns à profissão ou profissões correlativas».

Nenhum sistema orgânico estabelece quanto à relações destes grupos uns com os outros, nem às suas relações com o Estado.

Esta sua formação devia conduzir necessariamente à subordinação, especialmente das organizações operarias, ao regime dos partidos políticos e consequente exploração.

Consideram-se isoladamente os interesses económicos de cada profissão para «estudo e defeza» sem que nenhuma regra se sub-ministre para o estudo e defeza do interesse económico da produção e da colectividade nacional, antes se alimenta, directa e indirectamente, a opposição das *classes* em que se acham divididas as actividades económicas.

As associações de classe formam-se em tórno dos interesses económicos individuais derivados do exercicio da profissão, ou mais claramente, do mestér.

Exclue-se tácitamente do seu regime o labôr intelectual das profissões liberais, como se exclue o de outros factores económicos.

Não se julga digno o esforço intelectual puro de ser classificado na categoria do trabalho e, contudo, é dependente das condições mate-

riais da existência dos seus executores o nível cultural do país, que se repercute indiscutivelmente na prosperidade económica.

E só porque o regime associativo não considera como próprio do seu âmbito o valor económico intrínseco da produção e da riqueza que compreende implicitamente o interesse económico de cada um dos seus agentes, a exclusão abrange os factores económicos que constituem a mais sólida base da riqueza pública, como são os capitais acumulados, invertidos quer nos títulos de crédito, que na moderna economia formam o elemento propulsor dos grandes empreendimentos, quer na propriedade da terra e das edificações.

Tanto os capitalistas como os proprietários são agentes das actividades económicas.

As instituições jurídicas que representam, como valores económicos, carecem também de «estudo e defeza», bem como de organização e representação que lhes permitam adaptarem-se ás conveniências nacionais.

Muitos problemas instantes seria possível resolver, como o da difícil crise das habitações e regime do inquilinato se, neste caso, a propriedade urbana constituísse um corpo colectivo organizado e susceptível de inteligentemente colaborar com o Estado.

O facto de existir uma ou mais associações de proprietários, constituídas ao abrigo da lei de 14 de Fevereiro de 1907, com as mesmas características e prerogativas de qualquer associação recreativa, em nada se opõe a esta critica.

Se o actual regime das associações de classe é julgado insufficiente para que os problemas nacionais, dependentes de uma organização racional das actividades económicas, possam sêr resolvidos satisfatoriamente, a simples existência das associações recreativas dos proprietários, ilegítimas para representarem os grupos profissionais respectivos é-o muito menos para que ordenadamente se exerça a função social e económica da propriedade.

O problema é de ordem nacional, não para se considerar a propriedade apenas sob o seu aspecto de instituição de direito, mas porque, como valor económico, se integra no grupo económico da construção civil, especialmente a urbana, exercendo acção sobre as industrias que lhe são correlativas e afectando directamente o problema social da habitação.

A propriedade rústica, essa divide-se, para êste efeito, distintamente em duas classes: a dos proprietários do solo que não exercem, directamente, a exploração e os que a exercem, êstes ultimos que com os rendeiros e parceiros devem têr o seu lugar nas associações agricolas.

Se a reforma do actual regime associativo constitue um problema

fundamental que urge resolvêr para se dar à vida nacional um sistema orgânico que pônha têrmo ao caos em que se debatem as actividades económicas e repila os preconceitos das doutrinas liberalistas cujas provas estão patentes, não é inoportuno recordar-se que o importante factor económico que é a propriedade não pode deixar de ser tido como constituindo um grupo profissional que aproveite dos beneficios que se esperam da organização económica que está sendo adoptada pelos Estados modernos.

SOCIEDADE
MARTINS SARMENTO
~~~~~  
BIBLIOTECA.



# Maria Madalena

*Em seu balcão, à hora do poente,  
Vê Madalena agonizar o dia.  
Batalha sempre igual... sempre diferente...  
Scintilações de estranha pedraria.*

*Encostando a cabeça dôcemente  
À mão senhorial, pálida, esguia,  
Suspira a cortesã... por um Ausente  
Que nunca viu e em sonhos lhe apar'cia...*

*De súbito, um rumor de populaça  
Écoa, ao longe, na pequena praça,  
Avança, cresce, faz-se corpo e luz.*

*Queima o horizonte um fogo que deslumbra.  
E envólto já na vespéral penumbra  
Passa, prègando, o vulto de Jesus!...*

*Porto.*

*Alberto Tigueirinhas.*

# *A vida*

*A vida é uma ponte em frágil braço esguio  
A sobraçar o Tempo, o rio caudaloso.  
Assenta sobre um berço a rir esperança e gôso,  
E acaba num sepulcro abandonado e frio.*

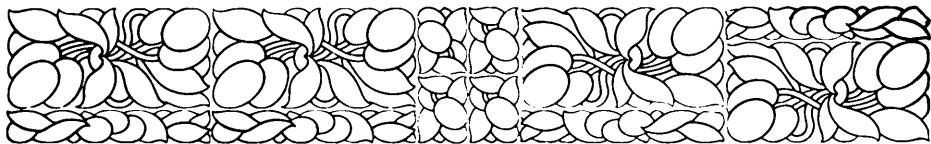
*A' entrada, o piso é brando, é de frouxel macio ;  
A meio, em pleno espaço, à luz dum sol radioso,  
E' tudo um sonho azul, um vôo luminoso  
Entre o azul do ceu e o fundo azul do rio!...*

*A vida e um elixir feito de água do mar :  
A gente bebe, bebe até se embriagar  
E a sêde cresce... — e a taça esvasiou-se, enfim!...*

*Corrente doce-amarga a desfazer-se em pranto,  
A vida, triste mesmo, atrai com mago encanto :  
Tem-se-lhe muito amor, quer-se-lhe, mesmo assim!...*

Maria Augusta dos Santos Nogueira

Do livro inédito "Estrela d'Alva,,



# A Questão Romana (\*)

Por BERNARDO FERRÃO

(REPORTAGEM)

REV.MO SNR. P. PROVINCIAL. E SNR. P. REITOR,  
REV.MOS SNRS. PADRES,  
CAROS COLEGAS :

**A**o vir em tão faustoso dia apresentar êste pequeno trabalho, que me foi confiado ainda que indignamente, não me proponho a aprofundar com provas de tésse e exigências de retórica a celebrada questão Romana, cujos tópicos principais aqui deixo exarados. Outros mais competentes e sabedores tratarão o assunto com desenvolvimento, bem como a parte que se relaciona com Portugal.

Não pareça obra do acaso a escolha dêste dia para tratar tais assuntos. Com efeito o dia de S. José patrão e protector da Igreja Universal, a distribuição das nossas medalhas trimestrais, e a celebração do dia onomástico do Rev.º Padre Sub-Director, são motivos de pêso para que a libertação dos Estados do papa, seja festejada no coração de todos os fieis, neste dia tão festivo para todos nós.

Além disto, o mundo católico celebra êste ano o jubileu sacerdotal de Sua Santidade. A par desta festa grandiosa, permitiu Deus que também se pudesse cumprir o grande lema de Pio XI :

*« A paz de Cristo, no reino de Cristo »*

---

(\*) Palestra feita no Instituto Nun'Alvares, de La Guardia (Espanha).

\*  
\*      \*

É sabido que desde que Jesus Cristo instituiu o magistério supremo da Igreja em S. Pedro todos os papas e seus legítimos sucessores ficaram sendo chefes espirituais da religião católica. Mais tarde quando na Idade Média a piedade dos reis francos lhes confirmou em doação definitiva a realza temporal que muito de antemão tôda a cristandade já lhes concedia, de algum modo então os papas anexaram à sua dignidade de chefes espirituais a de soberanos temporais e politicamente independentes.

Esta soberania temporal durou até 1870, ano em que o revolucionário Garibaldi, comandando as hordas sacrílegas dos liberais, vencido o general la Moricière comandante das tropas pontifícias e tomada quási tôda a Itália, voltou as suas vistas para a cidade eterna. A França que até ali ajudára Roma na sua defeza, pretextando a guerra com a Prússia retirou as suas tropas, e em 20 de Setembro do mesmo ano os apaniguados de Victor Manuel II entravam na cidade pela brecha da Porta Pia. Em seguida era votada a anexação dos estados da Igreja à Itália, e a título de indemnização concedidos a Pio IX pela lei das garantias 3 milhões e 500 mil francos, e a posse do Vaticano, S. João de Latrão e Castelo Gandolfo. Pio IX não aceitou, e encerrando-se no seu palácio não deixou de mostrar sempre enquanto viveu a incompatibilidade de semelhante acôrdo com a dignidade da Santa Sé. No pontificado seguinte as circunstâncias agravaram-se. Em 1914, a Austria-Hungria ameaçou a Itália com a reorganização dos estados papais, no caso de esta a não ajudar com tropas no conflito europeu. Bento XV, então reinante, recusou perentoriamente êsse auxílio afirmando pela bôca do cardeal Gasparri que a Igreja só esperava os seus domínios da justiça italiana.

No entanto é interessante notar que Deus, nêstes anos de provação, parece que quiz honrar com os seus melhores títulos, os pontífices que se sucederam. Vejamos: Pio IX foi o papa pugnador do dogma da infalibilidade e do da Imaculada Conceição; Leão XIII o papa da doutrina social católica; Pio X o da piedade eucarística; Bento XV, pontífice da paz; e, terminando, Pio XI o grande papa das missões e de Cristo Rei. Vê-se bem que mesmo dentro dos limitados espaços do Vaticano, a Igreja continuava, como continua e continuará sempre através dos séculos, impondo-se ao mundo. Mas voltando à questão, quando Pio XI foi eleito, a sua primeira encíclica versou sôbre êste assunto. Via-se nela o desejo de acabar de uma vez para sempre com a famigerada questão.



Note-se também que foi êle o primeiro papa que depois de 1870, veio à «loggia» de S. Pedro, para dar a benção «urbi et orbi» no dia da sua elevação ao pontificado.

Em 1926 o grande estadista Mussolini teve a primeira entrevista com um delegado do papa, decidido a resolve-la o mais breve possível. O Duce compreendia que ela era para a Itália uma causa de fraquesa. Por isso tinha-a já inscrita no programa a realizar. Depois de inúmeras sessões particulares, resolveu-se que a solução se daria em 1929, ano jubilar de Sua Santidade. Note-se que os jornais italianos não fizeram referências a êste assunto enquanto duraram as negociações, ao invés dos estrangeiros a quem eram concedidas todas as informações. Mussolini queria prescrutar a opinião internacional, e se ultimamente a imprensa italiana começou a falar dos projectos que havia sobre a questão, foi devido à divulgação dos documentos que, por morte de Domingos Barone, 1.º encarregado das tentativas officiosas, fez a sua família.

No dia 7 de Fevereiro dêste ano, concluia-se o acôrdo, e as potências eram avisadas pelo cardeal Gasparri, grande figura de estadista que nêste negócio teve imensa interferência, e em quem Sua Santidade deposita a máxima confiança.

Dizem que já depois do dia 7, as sociedades secretas maçónicas enviaram a Mussolini uma carta, ameaçando-o de morte se continuasse as negociações. Quando a leu, o ditador disse que se entregava completamente nas mãos da providência divina.

Finalmente, no dia 11, festa da Virgem Imaculada de Lourdes, eram assinadas, ao meio dia, no palácio de Latrão, por Mussolini em nome da Itália, e pelo cardeal Gasparri em nome do Papa, as 3 partes de que se compunha o Tratado. Estavam presentes ao acto além dos dois plenipotenciários mencionados, Mons. Pizzardo sub-secretário do Estado, Mons. Borgongini Duca e o professor Pacelli advogado consistorial, a quem consta que Sua Santidade concederá um título nobiliárquico pontifício. Além dêstes, Signor Rocco, Ministro da Justiça da Itália, Grandi, Sub-Secretário dos Negócios Estrangeiros, e Giunta, Sub-Secretário da Presidência do Conselho.

Parece que as assinaturas dos reis e do Pápa se realizarão dentro de 4 mêses, e em Abril o parlamento ratificará as negociações. Os 3 documentos assinados eram :

- 1.º Um Tratado pondo termo à questão Romana.
- 2.º Uma concordata regulando as condições religiosas da Itália, e finalmente o
- 3.º Um convénio sobre a parte financeira da questão.



Pius XI

A delimitação da área dos novos estados é a seguinte: S. Pedro e o Vaticano conglobando os palácios apostólicos, bibliotecas e museus até à praça do Risorgimento ao Norte, jardins vaticanos e observatório até ao extremo norte, onde será construída a nova estação dos estados pontifícios, ao sul os seminários Papal e Abissínico, a igreja de Santo Estevão, a praça do circo de Nero, os hospitais de Sam Carlo e Santa Marta, os palácios do Santo Ofício e o museu Petranium.

Além dêste território estende-se o poder do Papa a algumas basílicas e palácios a saber: S. João de Latrão, Seminário e Baptistério de Constantino, Santa Maria Maior, Scala Santa, S. Paulo extra-muros, e 12 Apóstolos. Fóra de Roma abrange os santuários de Assis, Loreto e Pádua.

Será pequeno o Estado papal? Talvez, mas o bastante para assegurar a liberdade e independência da Igreja Católica, e reconhecer o Papa como verdadeiro monarca. Além disto a pequenez é absolutamente compensada pela enorme fôrça moral e cívica, que o govêrno italiano conferiu aos direitos do Pontífice, pois não só Roma Vaticana será a capital do mundo católico, mas também temporalmente reconhecida a sua autonomia territorial, havendo junto do Quirinal um núncio apostólico, e na Santa Sé um embaixador do govêrno italiano.

Por outro lado e tendendo para o mesmo fim, são os 45 artigos da concordata regulando a Religião na Itália, e que são em sùmula:

Libre exercicio do culto católico, juramento de fidelidade dos bispos ao estado, personalidade jurídica reconhecida às ordens religiosas e demais congregações, ensino religioso nas escolas superiores e secundarias, a supressão do casamento civil para os católicos, e efeitos civis reconhecidos ao religioso, cláusulas estas importantíssimas e como tal consideradas pelo Duce, em vista do grande auxílio que poderá prestar o casamento religioso na crise da natalidade. Finalmente são aceites como leis as disposições da primeira parte do livro 3.º do direito canónico, e mais algumas outras.

Com respeito à parte financeira não se imagine que a soma de 750 milhões de liras concedidas à Santa Sé seja imensa, atendendo ao dinheiro gasto não só na manutenção do Vaticano, seus inúmeros museus, e dos cardeais, mas também nas esmolas mandadas a todos os filhos necessitados em todo o mundo. No entanto embora o actual convênio financeiro não assegure uma absoluta tranquillidade de existencia, é contudo bastante importante para algumas exigencias de carácter superior. Diz-se que metade da soma indicada será paga já, e que é destinada a extinguir todas as reclamações que poderiam advir do lado do Vaticano, e a título de indemnisação das perdas sofridas até hoje. Muito

contribuiu para o bom termo destas negociações, além do cardeal Gasparri já mencionado, o conhecido Padre Tachi Venturi da Companhia de Jesus.

Acabada finalmente a magna questão que durante tanto tempo angustiou o orbe católico, procurarmos dar em breves linhas a noticia do que foi o entusiasmo público, as festas e os futuros projectos.

No dia 12 de Fevereiro foi o 7.º aniversário da coroação do Pontífice actual, o que segundo nos consta, constituiu a maior manifestação de fé e de grandesa, que nos últimos tempos viu a cidade eterna. Em S. Pedro os fieis eram tantos que já subiam pelas colunas, mausoléus, e até nos joelhos da estátua de S. Pedro, se viam sentadas pessoas que se calculam em 50.000. Sua Santidade entrou às 10 e meia em Sédia Gestatória, e assistiu ao pontifical do cardeal Locatelli.

Não se pode descrever o entusiasmo público.

À elevação tocaram as célebres trombetas de prata, sendo escutadas em religioso silêncio pela enorme mó de gente que enchia a igreja literalmente, enquanto as tropas papais faziam a continência. Depois desta cerimónia a que assistiram várias personagens de importancia como a filha mais velha de Mussolini, Edda, o general Nobile, o rei Gustavo v da Suécia, grande número de cardeais e bispos, corpo diplomático, e muitos officiais do exército italiano, — Sua Santidade dirigiu-se para a Loggia de S. Pedro. Diz uma testemunha ocular que quando êle lá appareceu, o espectáculo que se seguiu não terá jamais rival no mundo. Os milhares de fieis que se estendiam não só no largo fronteiro de S. Pedro mas tambem nos telhados e pelas janelas, irromperam em aplausos e vivas frenéticos que só terminaram quando Pio XI lhes lançou a benção «urbi et orbi». Os soldados italianos que depois de 1870 pisavam pela primeira vez a grandiosa «piazza» apresentaram armas. As bandas de musica regimentais tocaram o hino pontificio, enquanto os fascistas, de camisas negras, saúdam à Romana estendendo o braço direito.

Esta mesma multidão aclamou mais tarde no Quirinal os soberanos da Itália. Tôda a cidade durante êstes dias esteve profusamente iluminada, destacando-se pelo seu efeito maravilhoso os 5 potentes reflectores colocados na cúpula de S. Pedro, e a enorme cruz luminosa do capitólio. Tais foram as grandiosas manifestações de regosijo não só da parte do povo italiano mas tambem dos estrangeiros que estavam em Roma, e a que todos os jornais se referiram minuciosamente.

Falta-nos só, para acabar êste trabalhinho, indicar algumas afirmações que correm sôbre melhoramentos do novo estado, bem como a nova vida do pontífice, rei de Roma Vaticana.

Diz-se, por exemplo, que a primeira visita do Papa será ao rei de Itália, mas muitos afirmam que sendo Sua Santidade alpinista emérito preferirá os picos nevosos de Assis ou de Loreto. Será verdade? Dizem também que o novo Estado editará sêlos de correio, e que não pertencerá à Sociedade das Nações. O Govêrno Italiano encarregar-se há da construcção das estações telegráficas e rádio-telegráficas, bem como da de caminho de ferro de que já falamos.

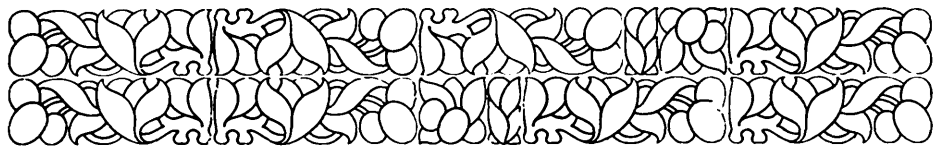
Uma companhia francêsa está encarregada da construcção de um comboio de luxo para o Papa, e que segundo parece será de uma magnificência extraordinária, e semelhante ao do rei, levando até a sua capela. Aqui está em resumo o que foi a questão romana, que felismente, graças ao grande político que é Benito Mussolini, e o grande Papa que é Pio XI, tão oportunamente terminou, para glória da Igreja de Cristo e paz de todo o orbe católico.

\*

\*      \*

Não podemos deixar de prestar aqui homenagem a êsse grande homem a quem a Itália deve a vida que gosa e a liberdade, a êsse homem que conseguiu o que durante 49 anos ninguém conseguira: solucionar uma questão que de dia para dia subia de interêsse aos olhos das nações. Mussolini não teve medo de uma solução forte. E deu-a. Os contrários da Igreja de Cristo raivaram. O grande Oriente escabujou em frémitos de raiva. Mas as grandes obras não perecem. Benito Mussolini que tomou para divisa os fasces romanos, símbolo da fôrça ao serviço do direito, desejou levantar a Itália ao nível do antigo império romano. O primeiro passo a dar para isso, era acabar a Questão Romana. O ditador pensou-o e resolveu-o. Por isso a Itália subiu de conceito aos olhos das nações.

(Março de 1929).



## “O ANÁTEMA DA FLANDRES,,

IX

# A INFANTARIA PORTUGUESA EM FRANÇA <sup>(1)</sup>

*Feridos uns, outrôs mortos,  
Lembram Cristos em seus hortos  
Em holocausto a judeus.  
Começa assim a batalha,  
Oh maldição de canalha,  
Já tantos estão com Deus.*

PONTE E SOUSA.

???

Brest, desembarque do rebanho exportado de Portugal, pela república. Depois, três dias de tormentos e amarguras em vagon J e eis Aire-sur-la Liz — Portuguese Mission.

Cai a tarde. O rebanho avança. Agora é Les Tourbières... Quernes... Delettes... Enguinegatte... Blessi... os redis.

Os negociantes francêses e inglêses vão vêr o gado que a república despejou nos porões dos carvoeiros inglêses, por um preço tão convidativo. Todavia fazem uma carantonha, e encolhendo os ombros vão deixando ouvir: *é certo que a cavallo dado não se olha o dente, mas conquanto venham roubar ao cemitério 30.000 francêses e inglêses, também veem prejudicar os gestos dos aliados.*

Cai a noite. O igneo Apolo apaga-se no húmido Oceano, lá para traz da nevoenta Albion; e para Oriente, um sol terreno desponta, a iluminar-se melhor nas trevas, polvilhado de estrêlas falsas que sobem para

(1) Foi publicado no n.º 881 do jornal *A Monarquia*.

logo descer. É um clarão infernal a queimar a escuridão, crepitando sinistramente.

Hiá quem possa subir ás trapeiras. As vidraças dançam bailados tétricos e choram dôres agudas. As portas nos gonzos acordam agonias abençoadas por Deus, para os que se batem pela Pátria.

O casal sente um estremecimento de elevada veneração, de respeito superior e ergue orações ao Céu na mais santa religiosidade, e a aldeia ajoelha pelos que morrem pela salvação da França.

A França reza aí, a 60 quilómetros, como se reza em tôda a França.

E o rebanho portugaliano sai dos redis, enxutado pelos australia-nos, vendido pelos républicanos, sem as preces e as bençãos dos Portugêses.

Quem fica ?

As delegações e outros divertimentos que fazem parte da Base e seus anexos, até Calais e Hendaye Plage.

O resto avança e lá vai de roldão, desconhecido nos bulções do pó das veredas, pela calada da noute, sujo dos vexames, mirrado pelos ultrajes.

Trinta quilometros... Vinte e cinco quilometros... Quem fica ?

A horta do C. E. P. para melhorar os acepipes do Directorio do P. R. P. de S. Venaut.

O resto avança e lá vai desconhecido e tresmalhado, pela calada da noite, entre alas de ironias e risos estrangulados.

Dez quilometros... Quem fica ?

A lavandaria com o comboio automovel para a Confederação Geral do Trabalho de Lestrem.

O resto avança, e lá vai desconhecido e rastejante, pela calada da noite, cuspidos pelos titeres e ridicularisado pelo estrangeiro.

Cinco quilometros... Quem fica ?

Os centros democráticos, e seus anexos da linha de Aldeias, e alguma artilharia que se vai espalhando por completo até dois quilometros, confeccionando messes, camas...

O resto avança, e lá vai sempre desconhecido, pela calada da noite, entre legiões de cruces que se multiplicam. Lá vai sôbre o clarão do incendio que o vai incinerar na dupla contraprodecencia, sofrendo um rude choro convulsivo, deixando um longo rasto de maguadas lágrimas, que os esgares horriveis dos chinêses escarnecem, que as ferradas botas dos canadianos profanam.

Agora tudo é deserto, devastação e morte. Algumas labaredas, já, o estrondear da fogueira proxima e esparsas cruces dos que caíram estilhaçados.

A caravana fúnebre imudece. E de craneos descobertos, olha a morte e murmura apenas: *para mal de Portugal e para mal da desafrota aos Mortos*. Sem préstimo algum e só contra o bem de tudo. Que Deus e a Pátria nos perdôem, se o perdão é merecido.

E o inferno é quási a sua guarida, por não lha querer dar qualquer fábrica de guano.

2.<sup>a</sup> linha!... Quem vem lá?

!!! (já se não pergunta — Quem fica?)

*A Infantaria por... tu..., tartamudeia o bando moribundo.*

Avançai! diz-lhe a infantaria inglêsa.

E entra na 2.<sup>a</sup> linha, e as lágrimas passam a cair-lhe sôbre a alma algemada, para que os belgas, os francêses, os inglêses e os alemães não o julguem com mêdo de morrer. Olha os andrajos que o cobrem e alinha-va-os com arames para que o não vejam miserável. Põe de pé o esqueleto e ergue a caveira a querer mostrar o guerreiro português.

Espalha-se pelo inferno a procurar-lhe as tormentas e vai-se escondendo nos salões das torturas a desfiar as negridões de turbadas amarguras.

1.<sup>a</sup> linha!... Só teem entrada os soldados com os seus alferes!...

Momento de admiração infinda! Agora é privilégio avançar!... Formam-se alas de joelhos em terra, e alguns passam dando ás tristes lágrimas a forma tristemente linda de risos desafogados, sob a chuva de trovoadas de metralha que se vão a descer nos vulcões a escancararem-se pela dinamite que levanta aos ares as lavas do soterramento.

Umás caveiras vôm para, com violência, tombarem uns esqueletos, que se erguem a perguntar se seria algum irrespeitoso moiteiro, que os derrubou e afugentou os pioneiros.

Riem-se todos naquele turbilhão de incêndios e lamentos de dôr que confunde a terra nôs espaços.

Lá veem os moiteiros. Deixai-os entrar. Enquanto estes fazem a retaliação à Infantaria adversa, vamos fechar-lhe as portas da 1.<sup>a</sup> linha com arame farpado para que se demorem por cá como os inglêses.

Já lançaram o ultimo obus. Eles aí vêem a fugir à retaliação do campo contrário. Olhai-os. Lá caem uns sobre os outros em blasfemias abundantes por vêrem retardada a fuga.

Riem os moradores da 1.<sup>a</sup> linha que vão admirar uma pinha de ferro a encerrar a trinitroglicerina, enquanto os alemães os baionetam e levam outros para os museus.

Acaba a vistoria à granada de mão e ficam conhecendo o *raid* que na Arte Militar de Portugal se chamou incursão, e vão a Deus por intermedio dos Santos a que se aconchegam.



Escrevem para Portugal. E vão agora para uma patrulha à «*Terra de Ninguém*» onde muitas vezes se perdem numa luta homérica que não se vem historiar, donde muitas vezes voltam sem saber que contar ante a artilharia que os espreita no regresso das mais recentes agruras, em vez de se entreter consigo e guardar as peças que lhe é permitido abandonar em caso de perigo.

Em caso de perigo!... A Infantaria está a postos. Vão-se os Mortos e ficam os vivos. E a Infantaria avança ao encontro do furacão de aço ardente que revolve o chão e corta a amplidão. A Infantaria cai para se levantar, e quando por terra inda combate de bruços.

Chega uma ordem, lá vai para uma incursão à 1.<sup>a</sup> linha do inimigo convencional. Quantos voltarão? O regresso dirá quantos faltam.

A vida conta-se segundo a segundo, instante a instante, rapidez a rapidez. Não se vive. Anda-se de braço dado com a Mors-Vita.

Um último olhar a Deus e lá vão de arrancada, rasgando-se no arame farpado, caindo nos charcos gelados, tropeçando nas crateras, afrontando as metralhas. Não se pode falecer. Quem se demora é fuzilado como cobarde. É avançar de pé ou de rastos. E lá vão, sem ter tempo de olhar os obstáculos. Lá entram na 1.<sup>a</sup> linha do adversário. E ninguém mais os vê lá detrás da terra alevantada em pelejas à arma branca, em combates à granada, em espingardeamentos das balas, contando consigo para a vida e para a morte.

Um silêncio pesado em tudo!... Já aí veem. Vão a contar-se, e o Gaz Alarme enfia-lhes os capuzes pelos craneos ou afivela-lhes as mascarar, e assim entram no *corp-à-corp*, sem um queixume, sem uma hesitação. Um grito... um constrangimento de dôr geral por uma morte que nasceu.

A luta continua, e por fim acaba, nessa Noite que é sempre *Dia*. Vem de novo a tormenta ciclónica.

A infantaria quer responder, mas só tem baionetas, espingardas e granadas de mão. O inimigo convencional é próximo e não se pode alcançar. Sobe a banquetta e desafia-o, e êle continua invisível.

Sobe, já raivoso, ao parapeito, e um pedaço de coiro cabeludo fecha-lhe os olhos...

Limpa-se e sorri e vai tratar com esmero a sepultura de um que foi dispersado em farrapos. Põe-lhe uma Cruz, o capacête e algum rosário ou outro amôr do morto. E quando lhe acaba de gravar a legenda: — *Morto no campo da Honra*, a bala da distante metralhadora lança-o de bôrcos sob a ignorada campa, ou um morteiro diabólico confunde-o em mil poalhas com os destroços que tão carinhosamente juntára.

Perdem-se nos espaços e nunca mais se veem na terra.

Uma carga de baioneta agora e lá vão sem saber para onde. E nunca mais voltam para descançar de tanto martírio.

E o turbilhão vai correndo os degraus das modalidades de uma tão acidentada intensidade sangrenta.

Nunca pára o torvelinho de tanto aço rasgado, de tanta labareda ardente, de tanto ar envenenado, de tanta morte que cai sem intermitência.

Os ares e a terra envolvem-se numa confusão de doidos de uma constância incansável.

Poucos já estão de pé, e vão-se a repousar entre o extraordinário indômito de horríveis trovoadas, de vulcões pavorosos, de horrores indefinidos.

A casa é alagada em lama. Que importa? Mais macia é a cama. E vai a dormir quando a terra se rasga e o arremessà ás nuvens.

Vem vêr os sete palmos de charco que foram o seu leito dilecto, e encontra a boca duma ruína.

E nunca mais encontra um fugidio momento onde descance de tanto suplício.

Já retira. Acabara a guerra. E a cavalaria? E a aviação? Ninguém sabe delas.

Lembra-se da fome, da sêde, da privação, dos venenos, das sangrias, e vê-se olhado com deslem, e tôdos lhe fecham a porta.

Está tuberculoso e não sabe para quê. E morre-se a vêr morrer Portugal.

E chamam-lhe o *porco das trincheiras* ou o *desconhecido* neste Dia que é a Noite eterna.

Pobre Infantaria... do pobre Portugal.

(*Continúa*).

JOÃO DE OURIQUE.

# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1829

GUIMARÃES HÁ 100 ANOS

## Maio

**Dia 2** — Em vereação, foi tomado conhecimento que nas Bouças de Matamá, freguesia de Matamá, se andava fazendo uma tapáda nova, em prejuizo do publico e serventias de caminhos do uso do mesmo. Foi determinado proceder immediatamente a embargo da mesma.

Preços da feira, 850, 440, 340, 310.

**Dia 6** — Em vereação, houve apenas despacho,

\*

Alvará nomeando recebedor do almoarifado da Rainha, nesta vila, a Dominica da Costa Vaz Vieira.

\*

O Padre Francisco Jacinto Teixeira Val, desta vila, foi das muitas pessoas que neste dia foram ao Paço de Queluz beijar a mão do sr. D. Miguel e felicitá-lo pelo restabelecimento de sua saude, obtendo a concessão da medalha de ouro com a Real Efigie de El-Rei.

**Dia 8** — Da relação dos Donativos Voluntarios que entraram em Lisboa, no cofre respectivo, desde 27 do mês passado até hoje consta: — O Corregedor da comarca de Guimarães, Antonio Joaquim de Carvalho, fez entrega dos donativos dos habitantes da mesma comarca, recebidos nos meses de Fevereiro a Março do presente ano no importe de 283\$210 reis,

em uma letra sacada, compreendendo 102\$410 em metal e 180\$800 em papel moeda.

**Dia 9** — Em vereação: Posse do Provedor de Guimarães, Miguel Soares de Albergaria, natural de Lalim. — Foi acordado notificar as padeiras da vila em geral, para na primeira Câmara comparecerem com as obrigas que teem deste Senado. Tambem se resolveu notificar as padeiras de fora da vila que se acham a vender no terreiro da Misericordia, para immediatamente passarem a vender no seu antigo costume na praça do Tournal, proximo do Postigo de S. Paio, sob pena de prisão. — Foi deferido juramento ao juiz, procurador e escrivão do officio de barbeiro, nomeados em vereação de 4 do mês passado.

**Dia 12** — Provisão, concedendo licença por 3 anos a Jeronimo Baptista Wolfio para exercer o ministerio de professor de primeiras letras em Guimarães.

**Dia 13** — Foi concedido por D. Miguel ao bacharel Antonio José de Sousa Basto, medico da vila de Guimarães, a permissão de poder usar a medalha de ouro com a Sua Real Efigie.

**Dia 16** — Em vereação, à pluridade de votos dos examinados, foram nomeados juizes do officio de oleiros José da Costa, da Cruz da Pedra, e Manuel Fernandes, de Traz-Gaia. Juraram em 23 deste

mês. — O presidente juiz de fóra, apresentou um officio de José de Sousa Barradas, assistente Comissario Geral de viveres da cidade do Porto, de 13 dêste mês, para se eleger uma pessoa de toda a capacidade que se encarregue do fornecimento da tropa desta vila. Foi unanimemente nomeado Custodio José Marques e Silva, negociante, da rua da Fonte Nova. — Foi deferido o juramento ao louvado fazendeiro, — só para os bens do Senado, — o guarda do mesmo, Tadeu Antonio de Lemos. — Mandaram pagar 6\$678 reis metal a Antonio Alves Ribeiro Guimarães, de custas em que êste Senado decaiu. — Foi eleito juiz do officio de moleiro, a pluridade de votos dos examinados, José Antonio da Silva, «Suzana», das Varandias, de Fermentões. Deferiu-se-lhe o juramento.

**Dia 18** — Saiu na Ordem do Dia, publicada no quartel general do palacio de Queluz, por decreto de 4 do corrente — Batalhão de Voluntarios Realistas de Guimarães — Quartel mestre, André Coelho Rodrigues Leite de Faria — 1.ª companhia, capitão, tenente e alferes, respectivamente, Manuel Coelho da Mota Prego, Francisco José Mendes Brandão e Gaspar Pinto Teixeira de Carvalho; 2.ª, idem idem, Vicente Machado de Melo Pinheiro, Joaquim Cardoso de Meneses Barreto e José Peixoto da Costa; 3.ª, idem, idem, José do Anaral Branco, Simão de Rochas Barbosa do Lago e António Joaquim de Barros Lima; 4.ª, idem, idem, António Manuel Caldas, José Machado da Cunha Lobo e Bento Dias de Macedo; 5.ª idem, idem, o tenente de milicias de Guimarães, José Pereira da Cunha Leite, Manuel de Freitas Couto e José Pereira da Cunha Cardote; 6.ª idem, idem, José Maria Lopes de Sousa Brito e Ataíde, Clemente Peixoto Ribeiro e Constantino José Pereira.

**Dia 19** — Diz P. L. «Retirei-me de casa por ter noticia que me haviam envolvido na Devassa Ecclesiastica de Braga. Foi falsa esta noticia».

\* .

Despacho em que D. Miguel permite que João Baptista da Silva Barros, desta vila, professo na Ordem de Cristo, possa usar da medalha com a Sua Real Efigie.

**Dia 23** — Em vereação: Preços da feira: 900, 440, 320, 290. — Por não haver examinados no officio de violeiro, a Câmara nomeou juiz do mesmo officio a Francisco Antonio de Oliveira, violeiro, da Praça de S. Tiago. — A pluridade de votos dos examinados, foram eleitos juizes do officio de serralheiro João de Macedo, de Santa Luzia e Luiz Antonio; escrivão Francisco Coelho, de Santa Luzia; procurador Antonio Manuel Bragança, da rua de Gatos. — Por não haver examinados no officio de tanoeiro, a Câmara nomeou juiz do mesmo a Manuel António dos Santos, da rua da Caldeirôa.

**Dia 24** — Chega o contingente de militares daqui, que tinha ido destacado para Esposende. Tambem chegou um contingente de milicias de Basto, que tinha ido para a Beira Mar (Povoa de Varzim). Daqui foram para suas casas. (P. L.)

**Dia 27** — Em vereação, mandaram lançar pregão para pagamento no dia 29 ás 10 horas das 10 expostos e para arrematar a obra de reparo nos banhos das Taipas.

**Dia 29** — Pelos voluntarios realistas desta vila são cercadas as casas de alguns padres que haviam sido culpados na devassa ecclesiastica de Braga. Nesta ocasião só conseguiram prender dois, o P. Bernardo Pinto Rola e o P. João José de Freitas, cavaleiro da Ordem de Cristo e senhor da quinta de Bouro. (P. L.)

**Dia 30** — Em vereação, foi deferido juramento e dada posse do cargo de almoxarife do reguengo a Domingos da Costa Vaz Vieira, desta vila, provido por carta

régia da imperatriz-rainha de 6 d'este mês e ano. — Posta a pregão as obras dos banhos das Taipas não appareceu quem lançasse. Ficou para 3 de Junho. — Deliberaram mandar lançar pregão para haver uma ama de leite para os expostos da roda, por a actual ter total falta de leite. — Posturas ou taxas: o vintem de pão trigo, 9 onças; o de mistura (centeio e milho alvo), 25 onças; o de pão milhão, 37 onças; o quartilho de azeite, 100 reis.

\*

Pelos rois da desobriga pôde conseguir-se uma curiosa estatística prisional da cadeia da correição.

Pena é faltarem os elementos para conseguir-se igual relação da cadeia do Castelo.

Havia pois, na cadeia da correição, acanhado pardiheiro da Misericórdia, em 1817, 14 homens e 3 mulheres; 1818, 15 h. 9 m. e 34 militares; 1819, 13 h. e 3 m.; 1820, 12 h. 2 m.; 1821, 10 h.; 1822, (faltam os cadernos); 1823, 13 h. e 13 m.; 1824, (faltam os cadernos); 1825, 19 h. e 1 m.; 1826, 1 padre, 35 h. e 6 m.; 1827,

6 h.; 1828, 14 h.; 1829, 5 padres, 2 frades, 2 bachareis e 78 h., (a maior percentagem destes presos deve ser de delictos politicos); 1830, 87 h. 2 m. e 2 homens (por não saberem doutrina); 1831, 105 h.; 1832, 51 h.; 1833, 20 h.; 1834 e 1835, (faltam os cadernos); 1836, 29 h. e 6 m.; 1837, 42 h.; 1838, 25 h. e 3 m.; 1839, 9 soldados e 14 h.; 1840, 3 sold. 28 h. e 1 m.; 1841, 42 h. e 5 m.; 1842, 58 h.; 1843, 29 h. e 2 m.; 1844, (faltam os cadernos); 1845, 8 h. e 2 m.; 1846, (faltam os cadernos); 1847, 2 sold., 11 h. e 1 m.; 1848, 13 h. e 2 m.; 1849, 24 h. e 1 m.; 1850, 21 h. e 2 m.; 1851, 11 h. e 4 m.; 1852, 21 h. e 2 m.; 1853, 32 h. e 4 m.; 1854, 20 h. e 8 m.; 1855, 21 h. e 11 m.; 1856, 20 h. e 3 m.; 1857, 13 h. e 1 m.; 1858, (faltam os cadernos); 1859, 2 sold., 7 h. e 2 m.; 1860, 13 h. e 7 m.; 1861, 9 h. e 4 m.; 1862, 3 h. e 1 m.; 1862, 3 h. e 1 m.; 1863, 10 h. e 2 m.; 1864, 2 h. e 1 m.; 1865, 8 h. e 2 m.; 1866, 8 h. e 2 m.; 1867, 10 h.; 1868, 7 h. e 1 m.; 1869, 26 h. e 6 m.; 1870, 13 h. e 1 m.; 1871, 12 h. e 1 m.; 1872, 14 h. 1873 e 1874, (faltam os cadernos); 1875, 16 h. e 2 m.; 1876, 18 h. e 1 m.

(Continúa)

JOÃO LOPES DE FARIA.



# PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

## DA VIDA : DOS FACTOS : DAS LETRAS

*«Sindicalismo e democracia são dois pólos opostos que se excluem e neutralizam. Os Sindicatos são organismos absolutamente anti-democraticos, pelo próprio facto de serem corpos sociais e agrupamentos seleccionados. Enquanto que numa democracia não contam senão os individuos, sem se conhecer das suas opiniões, no sindicato juntam-se profissionais de determinados officios, e, seleccionados assim, têm ainda dentro dêles situações desiguais, segundo o seu valôr próprio, adquirindo uma influênciâ proporcional à sua actividade e à sua energia.»*

LUIS DE ALMEIDA BRAGA.

### Na hora da acção

**P**RINCIPIA a fazer-se no país a reorganização nacionalista. Já se encontram constituídas algumas juntas Provinciais e Municipais, Nucleos regionais e académicos que voltam a uma nova acção em prol das doutrinas do Integralismo.

Alegra-nos sinceramente verificar êste novo renascer de energias, que se encontravam dispersas, vêr, enfim, agitar a bandeira do Pelicano, a reunir, na mesma ardente aspiração, todos os bons soldados de Portugal na luta contra a mentira democratica.

Nós fômos sempre pela acção; nunca nos conformamos com interregnos pacifistas que só geram o desânimo, a confusão e a desordem.

É certo que, muitas vezes, êstes interregnos servem para se fazer uma melhor selecção de valores. Mas, em todo o caso, representam, também, uma perda consideravel de tempo, tornando as idéas em flôres que fenecem sem que delas sobrevivam os frutos: — semente que se dispersa e que é esmagada impiedosamente.

Sem ordem não pode haver organização. E organização sem acção é um sonho mau que pode terminar em terriveis desilusões ou — pior ainda — em horriveis pesadêlos.

Não bastam só as palavras de incitamento. É necessário mais.

É necessário que a voz de comando se faça ouvir, forte e vibrante, a dominar a confusão da marcha, a encorajar os soldados, a organizar a Vitória.

Haja união nas almas, haja união nas inteligências, haja união na vontade para que a comunhão se faça nos mesmos princípios de redenção, para que a luta se trave uniformemente em todos os recantos de Portugal.

Pugnêmos todos, sem exaltações nem receios, por uma nova organização do Estado, assente no sindicalismo operário, nas representações corporativas da inteligência e do trabalho, no agregado das Famílias, dos Municípios e das Províncias e no funcionamento de conselhos técnicos, junto de cada Ministério, como delegados do Interêsse Nacional e da Competência.

Sejamos, pois, todos por Portugal, no Trabalho, na Justiça e na Ordem, contra todos os partidos!

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

### Poeta Corrêa de Oliveira

Os estudantes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com a adesão dos estudantes das Universidades de Lisbôa e Pôrto, vão realizar uma homenagem ao Poeta tão português António Corrêa de Oliveira.

Congratulamo-nos com a iniciativa generosa da mocidade académica da nossa primeira Universidade. Ha já muito que desejavamos vêr feita, ao lírico admirável de «A Nossa Terra», uma consagração pelos rapazes de Portugal. É uma dívida sagrada de reconhecimento das gerações contra-revolucionárias, essa homenagem ao maior Poeta nacionalistas dos nossos dias!

Ninguém melhor do que Antó-

nio Corrêa de Oliveira tem erguido o amôr de Deus, da Pátria, da Família e da Tradição às culminâncias dum culto fervoroso. Toda a sua obra, grande e bela, é feita da junção harmoniosa destes quatro amôres, que são, na essência, a alma doutrinaria do nosso nacionalismo.

«Verbo Sêr e Verbo Amar — amôr de Deus; «A nossa Terra» — amôr da Terra, amor da Pátria; «Auto das Quatro Estações» — amôr da Família; «Hora Incerta» — culto e amôr da Tradição. Eis os quatro livros onde a arte de Corrêa de Oliveira encontra a sua mais alta e significativa expressão!

Ao lê-los, a nossa alma vibra, enche-se de religiosidade...

E é por isso que nós considera-

mos António Corrêa de Oliveira o nosso maior Poeta nacionalista — o Apóstolo, em Arte, da nossa doutrina política. Estamos com êle como êle está connosco, porque na sua Poesia não ha a mais leve sombra de heterodoxia doutrinaria e a todos nos une o desejo de bem «servir», dentro do universalismo cristão, a causa sagrada da Patria e da Tradição.

### Fernando Campos

O nosso querido camarada e amigo sr. Fernando Campos está trabalhando num largo ensaio critico e biografico, cujo tema deve merecer o maior interesse a todos os nacionalistas, pois trata de *A Figura prodigiosa de José Agostinho de Macedo*, e é comemorativa do centenario do grande panfletário morto em 1831.

Decerto verêmos o grande escritor legitimista evocado com o brilho, a minucia exacta e lucida intelligência que Fernando Campos põe em todas as suas obras.

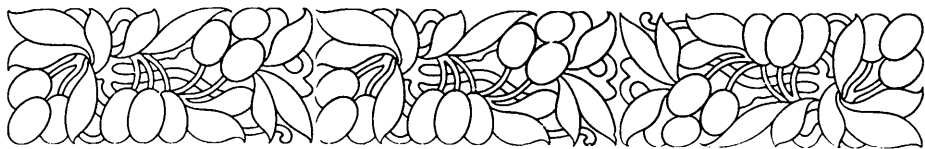
Aproveitamos êste ensejo para dar aos nosso leitores a agradável noticia de que o sr. Fernando Campos iniciará, em breve, a sua muito valiosa e desejada colaboração na nossa revista.

### Alberto Figueirinhas

• Com o soneto *Maria Madalena*, estreia-se nas páginas do «Gil Vicente» um novo Poeta, — Alberto Figueirinhas. Melhor do que tôdas as nossas palavras, o soneto de hoje e outras produções que têmos em nosso poder e serão publicadas oportunamente dirão aos leitores quem é e o que vale Alberto Figueirinhas.

É necessário salientar, no entanto, que êle é dos poetas mais novos da nossa geração e que se encontra hoje absolutamente connosco, comungando o mesmo pensamento político. «Gil Vicente», que se sente orgulhoso por poder apresentar nas suas colunas um novo do valor de Alberto Figueirinhas, saúda sinceramente o novo camarada.





# FADO CORRIDO

(CONTINUAÇÃO)

---

Por CESAR DE OLIVEIRA

## Variações

**D**URANTE os séculos XVII e XVIII, o fado, verdadeiramente fado e portanto integralmente chulo, tinha uma restricta acção deletéria na sociedade portuguesa. Mas os lunduns e módinhas são variantes polidas, mais ou menos maliciosas mas não canalhas, que secias e peraltas cantam já sem rebuço nem escrupulos. As invasões francêsas e o ciclo de misérias e de licenciosidade, de satanismo e de sangueiras que se lhe seguiu, não emudeceram as guitarras: elas gemeram em «lá menor» a tragédia da ponte das barcas, cantaram depois a vida aventureosa do guerrilheiro João Brandão, e glosaram em todos os tons a epopeia filantrópica do famigerado bandoleiro que foi José do Telhado.

Os cantares regionais — alegres e satiricos no Norte, maviosos e vivos nas Beiras, lentos e tristes nas planuras alentejanas — não se haviam deixado ainda corromper e suplantar pela toada dissolvente que já no século passado atrevidamente havia de querer tomar fóros de canção nacional.

O lirismo português, a ingénua ou maliciosa forma poética com que o nosso povo sabia exprimir os seus mais íntimos sentimentos em músicas simples sem serem monótonas, desaparecem quasi por completo.

Com a geração de fidalgotes pimpões, de morgados perdulários e de poetas boémios, que o advento do parlamentarismo atraíu à capital, o fado derrama-se e derrama a sua filosofia abjecta. No segundo quartel do século XIX, Coimbra recebe-o, educa-o ao luar do Choupal, lava-o nas brandas águas do Mondego, e doutora-o de capêlo e borla. E o fado invade tudo, porque o lirismo que Coimbra lhe emprestou e que o torna diferente, na forma e no som, do verdadeiro fado, o tornou acessível ás bocas

mais puras, e assimilando tôda a ternura das almas môças e sonhadoras o fez compreensível por todos os corações. Hilário não chora, nem geme; canta :

*«Oh lua envergonhada,  
Retira-te dêsses céus,  
Que os olhos da minha amada  
Tem mais brilho do que os teus»*

Menano, graças à reacção nacionalista que já dêside o crepúsculo do século passado se vinha operando na poesia portuguesa, canta as coisas simples e eternas, a beleza e a humildade dos símbolos e das almas :

*«Benditas sejam as fontes  
Solitárias dos caminhos,  
Onde vão matar a sede  
As bôcas dos pobresinhos».*

Mas o fado antigo, aquele que nasceu na lama, e se desenvolveu entre a taverna e o bordel, não se apagou com a aura do fado de Coimbra. Na lama cresceu. Na lama jaz. Ele é o vasadouro de todas as fezes sociais que formam o mar-morto fadista, onde, na maré-cheia do crime, os naufragos da vida se agarram à tábua da fatalidade em que todos os vícios e todos os delitos encontram fácil justificação.

Canta-o o presidiario que matou a amante, o calmeirão que bateu no pai, o saltimbanco de estrada, o pilha-galinhas e o gatuno das cidades.

Há rameiras que choram no fado a sua degradação :

*«Na vida duma mulher  
Ha sempre um homem que passa ;  
E tu passaste a correr,  
Fizeste a minha desgraça».*

Mas a frequentadora de «clubs» e «dancings», a fêmea livre de preconceitos e de escrúpulos morais, insurge-se contra a vigilância da policia sanitaria, revolta-se contra uns restos de pudôr que ainda crê na sociedade, e que, bem precáriamente aliás, a separaram da mulher honesta — e, sem vergonha, antes com a superioridade cínica de quem

se sabe adulada e protegida, lança-lhes o desafio mais sujo e mais vil que até hoje tem sido atirado à cara estanhada de um povo inteiro :

*«Ser fadista é ser honrado,  
Que o fado não é miséria.  
Por isso eu vivo no fado ;  
Tenho orgulho em ser galdéria.»*

A pecadora arrependida dos Evangelhos e o seu exemplo de perfeito resgate, não servem ao fado nem para aconselhar a carne á abstinencia, nem para insinuar ás almas a contricção. A vida libertina da cortezá de Magdala aproveita-lhe apenas para justificar a queda e a libertinagem de todas as cortezás :

*«Quem por amôr se perdeu  
Não chore, não tenha pena ;  
Que uma das santas do ceu  
Foi Maria Magdalena.»*

O sedutor profissional glorifica no fado a mulher que se perde por amôr, e ainda ousa invocar o castigo de Deus sobre aqueles que desviam os olhos do tremedal ou são corajosamente sevêros contra o relaxamento dos costumes e a incontinencia desbragada dos sentidos :

*«Se vires a mulher perdida,  
Não a trates com desdem,  
Porque Deus tambem castiga,  
Não diz quando, nem a quem.»*

como se não fosse desgraçadamente verdade que a maioria das que inteiramente se perdem é porque o amôr fadista as atrai e nele encontram um meio facil de levar a vida.

*(Conclúe no próximo fascículo).*



PRATIQUEMOS UM ACTO DE INTELIGÊNCIA!, por  
*António Sardinha* — Edição de José Fernandes Junior — Largo  
do Directorio, 8-3.º — Lisboa, 1929.

Ha nove anos já que António Sardinha, o mestre admirável e querido de todos nós, tinha escrito este interessante estudo destinado a um Inquérito Literario que o *Diario de Noticias*, por iniciativa do distinto escritor Alvaro Maia, abriu, em 1920, nas suas colunas.

Estava então António Sardinha exilado em Badajoz quando escreveu, em forma de «Carta a Alvaro Maia», o magnifico estudo a que nos estamos referindo e que, por ter sido suspensa a publicação do Inquérito, só agora veio a ser editado, num elegante opúsculo, por José Fernandes Junior — a quem se devem já outras edições de real valor.

*Pratiquemos um acto de intelligência!*, surgiu à luz da publicidade num momento oportuno, porque vindo prestar um grande e generoso serviço às gerações novas, a que se destina, define, tambem, a *ideia directriz* da nacionalidade portugüesa marcando à Intelligencia o lugar que lhe compete na luta contra as abstracções e os caprichos do romantismo politico e sentimental.

António Sardinha deu-lhe todo o vigor do seu talento, deu-lhe toda a sinceridade do seu coração patriota, deu-lhe toda a fé da sua clara alma de crente e de apóstolo da ordem-nova.

António Sardinha pede à geração nova que pratique um acto de Intelligencia, para restituir «Portugal ao seu «*meio-vital*» obliterado, — à sua «*ideia-directriz*» em eclipse total» indicando-lhe assim “o caminho direito da sinceridade e do heroísmo. Heroísmo do pensamento, que é irmão do heroísmo da espada, desbaratando os mitos grosseiros da Democracia como os cavaleiros de outrora desbaratavam os dragões erguidos às portas dos palácios simbólicos. . . ,

E a geração nova ouviu a palavra do Mestre querido e procura praticar, com dedicação e com entusiasmo, o acto de Intelligencia que lhe é pedido e imposto, não olvidando «que Deus a mandou ao mundo para dar testemunho da verdade!»

(\*) Só daremos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em *duplicado*, a não ser que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrinseco.

O POEMA DO CID, versão em prosa da gesta castelhana do século XII, «cantar de mio Cid», por *Afonso Lopes Vieira* — Sociedade Editora Portugal - Brazil, Lisboa, 1929.

É esta obra dedicada à memoria excelsa de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, e conclue o admiravel triptico iniciado com o texto reconstituído do *Amadis*, que foi seguido da *Diana* de Montemór.

O sr. dr. Afonso Lopes Vieira que se tem empenhado em «reaportuguesar Portugal, tornando o europeu», veio prestar um valiosissimo serviço à nossa literatura com a publicação dèste notavel trabalho, executado com sentido verdadeiramente português e com o escrupulo e delicadeza artistica que o grande Poeta sabe pôr em todas as suas formosas obras.

Já António Sardinha classificou o sr. dr. Afonso Lopes Vieira de «preceptor seguro da sensibilidade portugueza.» E, na verdade, tudo quanto seja verdadeiramente português, tudo quanto nos eleve e dignifique, não fica indiferente à apurada sensibilidade do grande artista, que pela nobre consciencia que tem da sua missão e da sua arte, vem sendo, nos ultimos tempos, um dos fortes semeadores de idéias de ressurgimento e de fé nacionalista.

Por isso a versão do *Cid* medieval, foi feita com todo o escrupulo e ao sabôr dos velhos textos, mantendo bem vincada a rara intuição do artista que a doou às letras patrias e que, «incendido de fé — na frase elegante do falecido escritor brasileiro Elisio de Carvalho, — quer que Portugal reviva e se integre no seu passado magnifico, com a pratica amorosa das virtudes primaciaes e o culto dos antepassados sublimes».

A REALEZA DE D. MIGUEL, por *D. Miguel Sotto-Mayor*, (com um prefácio e algumas notas de João Ameal), — Livraria «Atlântida» — Coimbra, 1929.

Esgotada a primeira edição dèste precioso livro, ficamos privados de uma obra de notável valôr histórico.

D. Miguel I — o Rei que era querido por todo o povo português, — foi amesquinhado, escarnecido, ultrajado pelos historiadores do Liberalismo.

Entre estes ultimos encontrava-se o célebre poeta Tomaz Ribeiro, que no seu livro *D. Miguel e a sua realeza* pretendeu demonstrar a ilegitimidade do Senhor D. Miguel. Foi em resposta a Tomaz Ribeiro, que D. Miguel Sotto-Mayor escreveu *A Realeza de D. Miguel*, refutando, com magistral auctoridade, com admirável clareza, com idestructivel argumentação os sofismas, os erros e a falsidade dos argumentos a que recorreu, facciosamente, o famoso lirico do *D. Jaime*.

Nesta hora de rehabilitação, a figura prestigiosa de D. Miguel Sotto-Mayor fica pertencendo à longa galeria dos Mestres do nosso tradicionalismo, que foram nossos precursôres na luta abençoada em que andamos empenhados pela restauração de Portugal. A segunda edição, que agora surgiu e que tão ansiosamente era aguardada, vem enriquecida de um admiravel e oportuno prefácio do distinto e culto camarada João Ameal.

Não ha muito que o sr. Conselheiro Luis de Magalhães, no seu livro *Tradicionalismo e Constitucionalismo*, quiz defender a destrutivel e falsa tésé que aponta a *Carta* de 1826 como natural herdeira e reatadora da tradição politica portugueza. João Ameal demonstra, no seu belo estudo, a inconsistencia dos principios expostos e defendidos pelo sr. Conselheiro Luis de Magalhães.

Por tudo isto *A Realeza de D. Miguel*, deve estar em todas as estantes dos estudiosos, de todos aqueles que, despidos de preconceitos falsos e absurdos, procuram, conscientemente, praticar um acto de intelligência e de revisão da nossa adulterada história.

SEMENTEIRA DE OIRO, por *Parente de Figueiredo*, (ilustrações de João Carlos) — Lito Lusitana — Gaia, 1928.

Este livro de contos para crianças é feito em moldes novos e vem reagir contra a perniciosa mentira das histórias de gigantes, fadas e feiticeiras.

Os contos que encerra são bem urdidos, feitos de motivos da vida rial, tirados dos admiráveis exemplos do nossa história tão rica e bela.

Parente de Figueiredo, o enamorado poeta nacionalista, conseguiu, sem duvida, um trabalho valioso, fruto de longa e aturada observação, um trabalho em que se revela o seu muito amor a Portugal e ás criancinhas.

*Sementeira de oiro* é o livro de um educador, um livro pedagógico, encerrando produções cheias de acção e salubridade que os pequenos entendem e amam e que os professores de Portugal precisam conhecer e estimar.

A edição é luxuosa, com boas ilustrações de João Carlos.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

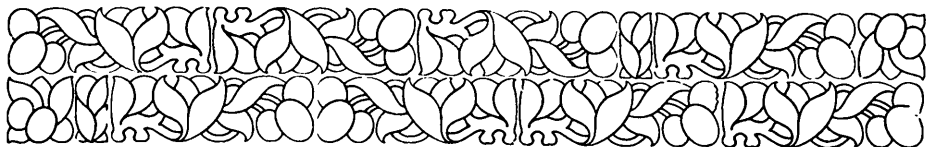
CORAÇÃO DE LUTO, versos, por *José Rodrigues*.  
— Pôrto, 1929.

Com um pequeno prefácio do Reporter X, acaba de publicar José Rodrigues — pintor talentoso da nova geração, — um pequenino e elegante livrosinho de quadras, que intitulou «Coração de Luto». Não é, a quadra, dos géneros mais fáceis em Poésia; mas José Rodrigues, embora não tenha triunfado, absolutamente, dentro das dificuldades do género, deu-nos, no entanto, uma meia duzia de quadras de delicado sabor e originalidade.

Inspirou-lhe e ditou-lhe este livro uma grande Dôr: a morte prematura da Espôsa adorada. Por isso, a maior parte das quadras do livro, são realmente sentidas e essa sinceridade basta para impor o seu trabalho ao nosso comovido respeito.

HORÁCIO DE CASTRO GUINARÃES.





## “O ANÁTEMA DA FLANDRES,,

(APÊNDICE)

I

# OS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA

*Fartar, vilanagem.*

CONDE D'ALMADA E ABRANCHES.  
(Batalha de Alfarrobeira)

**S**OB esta epígrafe, apareceu, no *Diario de Noticias* de 16 do corrente (Março de 1921) um comunicado de que *os officiaes de terra e mar que tomaram parte na Grande Guerra, se reúniãem no Teatro Nacional, por convocação de três capitães, um aviador, outro médico, e outro artilheiro, para se assentar na melhor forma de cuidar desveladamente dos mutilados e das viuvas e orfãos d'aqueles que morreram no cumprimento do seu dever (?) e de mais estreitamente unirem os laços de boa camaradagem que devem subsistir para sempre entre os que se bateram pela Pátria, (?) a que já me hei referido em «A Monarquia» de 20 do corrente (Março 1921) no meu artigo «Á volta de um assassinado» que, por sinal, não é tão... desconhecido (do coval n.º 6?!...), como também o não é nenhum dos identificados 600 assassinados nos combates da Flandres, o que se friza, muito abundantemente, no desaparecimento injustificável da carta (que talvez possa ter aleluia...) e pela lágrima de uma francêsa (!!!) deposta, com uma legenda, sôbre o ataúde do forçado à morte, e talvez... agora... forçado ao anonimato!!!???*

Pobre... Morto!... e pobre família a quem — quem sabe?... — se possa estar roubando a dolorosa alegria de, ao menos, conhecer o remanso lúgubre em que descançam os exaustos destroços do heroico martir, alma da sua alma!!!

Mas... não torturêmos a sacrosanta religiosidade da Morte que se anonimisa por um possível apogeu do ateísmo, e volvamos a esta vida, a triste vida da terra, e essencialmente ao capítulo «Os Combatentes da Grande Guerra» que ainda estão vivos da costa...

Sem melindre o mais apagado para a comissão que assina a convocação, exteriorizo, em primeiro lugar, a estranheza profunda por tal reunião com o fim de *se assentar na melhor forma de cuidar dos mutilados e das viúvas e orfãos (faltam as mães, os amparados e os... camaradas) dos que morreram na Flandres ou na Africa, sem se divisar o obrigatório concurso do Govêrno (chamemos-lhe assim...), pelas pensões de sangue, aos da Africa, e de... «Liberdade, Igualdade e Fraternidade», aos de França, que foram sacrificados às Pátrias dos outros e para endividar o Tesouro.*

Uma Associação dos Combatentes da Grande Guerra em França e em Inglaterra, Alemanha e Austria, etc., compreende-se muito bem, pois se destina, em seu fundamento, a substituir o Estado no socorro à totalidade da Nação que conhece os efeitos da Grande Guerra, desde o mais opulento palácio à mais humilde choupana, socorro que é impossível pelo Estado isoladamente e a que êle ainda não é forçado por o sacrificio produzido ser um dever de defeza da intangibilidade da Pátria, que se impõe, por si, a cada nacional.

Neste caso compreende-se, porque é humano e sublime, a instituição de tão nobre associação que é uma Saudade de Irmãos de Armas, àqueles que por doenças ou mutilações se veem caídos na miséria, que se reflete também nos que amparavam e nas viúvas, órfãos, pais e mães e dos que, no fragôr da batalha, foram levados à mansão gloriosa da mortalidade conscientemente abraçada em impetos da mais elevada e sintilante e pura abnegação e encarnação do dever pátrio.

E compreende-se também que o Estado auxilie por todas as formas possíveis esta Associação, o que aliás acontece sem responsabilidade de maior, a não ser a instituição dos «Invalidos de Guerra».

Em Portugal (única nação que se mandou à Guerra, pela república, a defender-lhe *os beneficios da liberdade de que também (!!) queria gosar*) já não tem razão de ser, e ainda porque foram anunciados pelo govêrno de triste memória, pensões de sangue a quem o forçado designasse para lhe receber o soldo ou pret, porque não se foi para a Grande Guerra por interêsse nacional, como já está insofismavelmente provado, porque os mortos, mutilados e incapazes por doenças ou não em campanha, não são a décima milionéssima parte das perdas... do Montenegro (que perdeu a independência por combater... pela Liberdade das pequenas nações!), porque afinal, «o Govêrno de triste memória» devia ter compreendido,



primeiro, quais os *fardos da guerra*, que não excluíam a obrigatoriedade de provêr ao bem estar dos amparados pelos que morressem, e dos mutilados e incapazes (e seus amparados) que voltassem ao lar, desde que não fossem *voluntários* dessa acção belicosa contra-Nação por parte da república e dêles, *ipso facto*.

Mas nem sequer se enxergam os «Invalidos da Guerra» para os que não tenham família ou outro amparo ou amparados!

Portanto, o que se deseja demonstrar é que o carinho e o conforto possíveis que se pretende oferecer aos entes que indica a convocação conquanto seja humano e sublime, pertence absolutamente ao Estado, no todo, pelas razões que desenvolvo, e só depois terá ocasião o levantamento de uma Saudade legítima, e *menos onerosa*, de benefícios altruístas com Cantinas que não sejam do modelo das do C. E. P... em Paris-Plage, que, por extemporânea hoje e talvez incompleta, pode vir a ser um dia, apodada de mistificação pelos beneficiados com inigualhas de um inconfundível direito que o Estado já devia ter entregue desde o instante em que era dever!

E, enfim, já é tempo de se deixar de... *chupar e haurir nas pontas dos seios gaulezes a linfa do nosso resgate espiritual* que é, como se está vendo, êste molho-de-brocolos que Portugal está procurando recambiar para a origem.

\* \* \*

Outro aspecto apresenta ainda o citado comunicado:

*Os oficiais de terra e mar, que tomaram parte na Grande Guerra reúnem-se no Teatro Nacional para mais estreitamente unirem os laços de boa camaradagem que devem subsistir para sempre entre os que se bateram pela Pátria. (Há que distinguir...).*

Ora os oficiais de terra e mar que tomaram parte na Grande Guerra, são, *muito verdadeiramente*, os oficiais de morteiros e metralhadoras. E em terceiro lugar, muito mais longe portanto, lá para traz das 2.<sup>as</sup> linhas, aparecem então os oficiais de artilharia, em França, e os marinheiros, no mar. E eis as três armas únicas que em França pelejaram. O resto não teve acção alguma de luta.

Em Africa já houve uma melhor comunhão de armas e serviços, mas sempre distanciados e diferenciados.

E antes de avançar mais neste artigo, é bom frisar que os oficiais de terra e mar que tomaram parte na Grande Guerra, não foram só os que se reuniram no Teatro Nacional no dia 17 de Março de 1921, para elegerem uma comissão que tratará de todos os *trabalhos de preparação de um*

*grande congresso de todos os officiaes, milicianos e do activo (??) que tomaram parte nas campanhas, como se comunica em 18 de Março no Diario de Noticias.*

Dos officiaes das campanhas, muitos estão reformados, muitos estão presos, e a grande parte está demittida, licenciada, ou exilada, na inactividade ou de licença ilimitada, ou veladamente deportadas nas colónias, como por exemplo o capitão de infantaria, Anibal de Azevedo, com as Cruzes de Guerra portugueza, ingleza e franceza, e que foi convidado a ir para Timôr para não ser... demittido!!!

Portanto, não foram os officiaes das campanhas quem se reuniu no Teatro Nacional, mas sim uma pequena parte que não se percebe como é que entende *mais estreitamente unir os laços de boa camaradagem que devem subsistir entre os que se bateram pela Pátria*, individualmente pelo seu valor no Passado e não colectivamente pelos interesses nacionaes que a república calçou.

Se esses laços de boa camaradagem, *que devem subsistir*, se desejam estreitar definitivamente e sem sofismas, deve-se começar, pelo chamamento ao Exército, *de todos* os que foram obrigados à tortura que a república, desprezando a Pátria, lhes impoz. De contrário, essa decantada boa camaradagem será o eterno sofisma com que a república esfacela o Exército em favor dos amigalhões e não do bem nacional.

Um terceiro aspecto ainda mostra o referido comunicado de 10 de Março, tão levemente atenuado no comunicado de 18 com a agregação, à comissão convocadora, do Snr. Major Cristóvão Ayres.

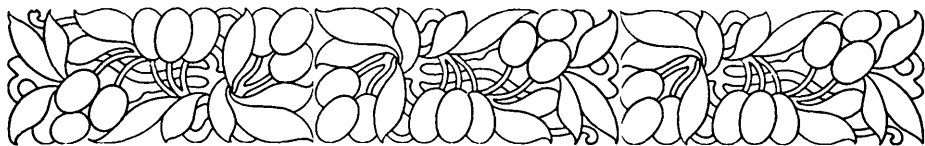
Sem qualquer intenção reservada de desprimir para a comissão convocadora, o que aliás não é do meu uso, noto, o que notado já vem sendo pelo público militar e civil e sobretudo pelo dever da veneração pela sacrificada Infantaria, que nunca se devia ter esquecido, pelo menos, um desgraçado subalterno, desta arma, que tenha tido occasião de conhecer, *como actor*, os horrores constantes do que foi — *a guerra de alferes*, por ser este o mais elevado posto militar até onde a Grande Guerra estendeu *a beleza* de todos os seus avultados horrores de uma constância incansavel.

Não tem explicação tal falta, quando a Infantaria ainda tem officiaes como Henrique Augusto, Luis Gonzaga, etc., que foram alferes — *na guerra de alferes*, e que possuem a inerente medalha das balas.

Eis, portanto, os justos reparos de um combatente da Grande Guerra que em um novo artigo falará de a *Infantaria*, e que sem acrimonia, foi vosso camarada *na guerra de alferes* e não o é hoje no descanso da paz pelo horrivel crime de ser monárquico portuguez, e que, com insatisfeito júbilo, também possui, gravadas na carne, as medalhas das balas.

(Continua).

JOÃO DE OURIQUE.



# Abalada Romântica

---

Ao Dr. Alberto Rêgo

*Abalei da minha terra  
— Há quantos anos, Senhor!  
Num risonho amanhecer,  
Cheio de luz e calor ...*

*Não me envergonho: chorei!  
Mas quem não foi a chorar,  
Deixando, a primeira vez,  
A casta chama do lar?! ...*

*... Quem jornadaia bem sabe  
Que as paisagens mais amadas  
Tem um suor de tristeza,  
Na hora das abaladas ...*

*Cái uma névoa do céu,  
Tão azulada, tão leve,  
Por vezes tão diluída,  
Que só quem parte, percebe ...*

*Até o sol escurece,  
O grande sol criador,  
Como se a êle chegasse  
O fumo da nossa dôr ...*

*As mesmas silvas, — vê tu!  
Sempre agressivas e más,  
Nos prendem, para dizer:  
— « Olha o que fazes! ... não vás ... »*

*E fica a gente a pensar,  
Tomada de exaltações,  
Para acordar, no que vê,  
Tremendas recordações!...*

*Já no campo — as raparigas,  
Quando me viram passar  
— As minhas doces amigas! —  
Puzeram lenços no ar ...*

*Os pilriteiros em flôr  
Embalsamavam a aragem,  
Enquanto do alto, o sol  
Chorava sobre a paisagem ...*

*Pois foi assim que parti  
Da minha terra — natal,  
Como um doido cavaleiro,  
Um sonhador medieval ...*

*Passei as águas dum rio  
E entrei numa cidade,  
Que mantinha a tradição  
De remota antiguidade ...*

*Foi ali que ouvi chorar,  
No fado sentimental,  
A alma enamorada  
Dos môços de Portugal ...*

*Só então compreendi,  
Quando suspira e desgarra,  
Como chora e como canta  
O peito duma guitarra! ...*

*Pelas águas do Mondêgo,  
Vinham, do mar, as ondinas,  
Ouvir a dôce legenda  
Das caças e das batinas ...*

*Trazia dentro do peito  
A paz dos campos — porém,  
Cabelos soltos ao vento,  
Fiz-me poeta, também...*

*Em noites calmas de lua,  
Rezei alto à natureza...  
Bebi a luz das estrêlas,  
Fui um cultor de belêza!*

*Acordei, em versos brandos,  
As legendas medievais,  
Que dormiam na penumbra  
Das antigas Catedrais!*

*Quiz atingir a beleza  
Mais alta do Universo,  
Para a cantar às estrêlas,  
Na forma simples dum verso...*

*E andei tomado assim  
Desta loucura bizarra,  
Os olhos prêsos no céu,  
O coração, na guitarra!*

*Queria abraçar o Sublime,  
Sem meditar, a preceito,  
Que o mundo, por natureza,  
E' contingente, imperfeito...*

*Fabriqueei, por minhas mãos,  
Nesse doído encantamento,  
Cadeias com que prendi  
As ázas ao pensamento!*

*Por muito querer subir,  
Desci a noites escuras...  
Baixou-me Deus por eu ter  
A tentação das alturas...*

*E, então, quasi a chorar,  
Em certa noite, escrevi :  
— « Para ser tão desgraçado,  
Afinal, porque nasci?! »*

*Sentindo fundas saudades  
Da minha terra-natal,  
Sem mais esperança, abalei  
Por terras de Portugal...*

*Os olhos inda choravam,  
Vendo sumir, na distância,  
A sepultura doirada  
E triste da minha infância...*

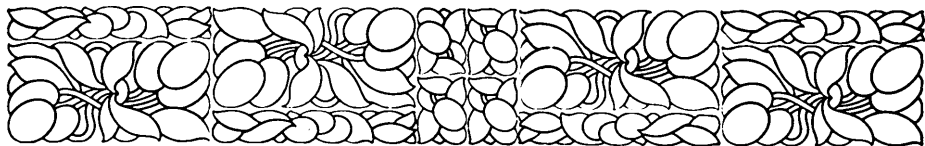
*Peregrino de aventura,  
Caminhei, dias e dias,  
Entre campinas sem luz  
E desertas serranias...*

*Como um lasso viandante,  
Entre desertos, sósinho,  
Abandonado por Deus,  
Adormeci no caminho...*

*Ao acordar, acordei  
Numa terra ao pé do mar,  
Uma santa nos meus braços,  
Ambos nós dentro dum lar !...*

\*  
\*   \*  
\*

*Agora posso escrever,  
Desdizendo o que escrevi :  
— « Bemdita a hora, bemdita,  
Em que, sonhando, parti!... »*



# Carta ao escritor snr. Joaquim Leitão

da Academia de Ciências de Lisboa

---

EX.<sup>MO</sup> SNR. :

*Il faut bien faire tout ce qu'on fait :  
même une lettre de deux sous . . .*

**E**is a razão porque, aproveitando o conselho profundo do Marechal Foch (que V. Exa. me aponta, na crónica do *Diário de Lisboa* de 23 de Abril findo, a propósito da minha novela «Ruínas de Amor»), eu fui acarretando, aos poucos, com serenidade, tempo e vagar, os materiais de discordância indispensáveis, para objectar às afirmações que V. Exa. formula e motivam estes reparos. Porém, antes de mais nada, permita-me V. Exa. que justifique a causa da minha indiscreção pondo o seu nome no cimo desta carta, em vez de me dirigir, como seria natural, ao crítico Goloram, autor da crónica aludida. É que se eu não soubesse que Goloram é, afinal, uma dualidade do espírito amável de V. Exa., não me atreveria a tocar-lhe, por uma simples tendência ingénita de temperamento, que me leva a repudiar qualquer contacto com tudo o que, na vida, se oculta no refolho das coisas imprecisas.

Começa V. Exa. por se referir à marcha das literaturas após a Guerra e à ânsia de velocidade que, em todos os ramos da actividade humana, se apoderou da gente de hoje. Na verdade, a Guerra criou, entre as gerações de mentalidades representativas de uma e de outra margem, um abismo quasi intransponível de tendências e de ideias, que nos leva a considerar os homens da geração de V. Exa. e que pensam como V. Exa. — vistos à luz do nosso tempo, — sobreviventes incompreensíveis duma trágica catástrofe. E nós olhámo-los e escutámo-los com espanto, porque as suas falas, as suas atitudes e as suas ideologias, na distância que nos separa, têm para nós, não apenas a transfiguração dum século, mas todo o pó arqueológico duma Idade.

Há, entre nós, a separação triste de duas épocas, embora não es-

teja ainda perfeitamente esclarecido, qual delas será a mais bárbara, — se a de ontem, se a de hoje... E V. Exa. compreende bem a profunda melancolia desta dúvida. Sêr bárbaro é execrável e duma responsabilidade fulminante...

Nós vivemos, realmente, num período histórico de extraordinária aceleração, em que, em cada unidade de tempo, varia a velocidade inicial dos corpos e das ideias. Desde os *récords* fantásticos da aviação, da publicidade e da indústria, à música demoníaca do *jazz*, aos movimentos da política, da dança e do desporto, tudo nesta sociedade de aparente desequilíbrio, mas no fundo evolucionando naturalmente, é, afinal, espantosa energia cinética, de que a literatura moderna tem de ser a fórmula expressiva.

Às civilizações qualitativas do passado, opõe-se hoje a civilização quantitativa e utilitária *made in America*... E no campo das ideias degladiam-se, renhidos, os partidários de S. Tomaz, com os de Lenine e Karl Marx, sôbre o cadáver despedaçado da mística democrática!

Note V. Exa. que eu apenas me limito, aqui, a registar imparcialmente a realidade dos factos, embora lamente, no íntimo, como por certo V. Exa., que o futuro nos queira impôr o *homo aeconomicus* (criação do materialismo americano), arredando o *homo sapiens* de Lineu.

Ora sendo a literatura, na definição de Bonald, *a expressão da sociedade*, que admira, pois, que, na sua imperfeita estrutura, ela seja o fiel reflexo da estonteante agitação contemporânea?!

Passando agora a outro ponto da Crónica de V. Exa. eu desejava dizer-lhe que não compreendo bem o que V. Exa. entende por *prosa*. Para mim, êste simples vocábulo, traduz uma forma de linguagem gramaticalmente clara, simples, natural e precisa, servindo para exprimir o pensamento, sem as preocupações e embaraços técnicos do verso.

O seu valor depende do coeficiente de ideias que encerra e nunca da qualidade das roupagens com que se reveste. Pelo contrario: uma prosa irrepreensível e perfeita, não traduzindo uma ideia elevada, só serve para salientar, tristemente, a debilidade intelectual do seu autor. Creio que ninguém aprecia a obra dum escultor, apenas pela qualidade da pedra que a perpetua...

A forma passa e só a ideia fica. Isto não é meu, mas perfilho-o para melhor poder afirmar, que sem a sublimidade do pensamento, todo o livro não é mais do que o esforço violento e inútil de encher de palavras o espaço precioso de algumas resmas de papel. Por conseguinte, sem o valor da ideia, que é a alma de toda a obra de Arte, e a subordinação da frase às leis filológicas da língua, o resíduo de tudo o que se



escreve será, apenas, com o decorrer dos tempos, um montão de lixo impresso, — «o mais triste de todos os lixos», no dizer sarcástico de Eça.

E não duvido mesmo afirmar a V. Exa. que, entre o trabalho paciente do literato, servindo, de joelhos, o culto da *arte pela arte*, e a linguagem vulgar, mas pitoresca, da «creada de servir contando historietas para entreter meninos», eu não hesito um instante e opto pela segunda...

Parece-me, porém, que todo êste nosso amigável desentendimento, parte do facto de V. Exa. (como aliás muito bons espíritos), confundir romance ou novela com obra de arte. E como diz Jacques Bainville (com o que plenamente concordo), «o êrro principal do *estúpido século XIX*, em literatura, é ter feito do romance uma obra de arte e talvez, muito simplesmente, ter visto nele uma obra de arte». De facto, quer pelo estilo, quer pela concepção realizadora, diferem essencialmente nos seus processos, o romancista e o artista literário. Enquanto um mostra e faz vêr, o outro apenas sugere e evoca. Da mesma opinião é também Henri Massis, que nas suas *Réflexions sur l'art du roman* escreve: «La démarche du romancier, c'est de se porter tout entier vers les choses. Il est assiégé, conduit par les événements, les circonstances. Ce que ses personnages peuvent dire, peuvent faire, voilà où il s'applique. En composant, il ne songe qu'à ce qu'il raconte.

... La divergence des deux styles s'accuse surtout dans le dialogue. L'artiste littéraire s'y montre singulièrement inapte; il ne sait pas *faire parler*, ou, s'il fait parler, c'est lui qui parle et non son personnage, c'est sa propre parole qu'il profère. Le romancier se reconnaît à ceci qu'il «devient» son personnage et s'exprime comme lui». Numa palavra, para passarmos a outro ponto, citarei ainda a autoridade de Massis: «poder-se-ia dizer que o estilo do romance é um estilo simples, natural, que não quer senão ser claro e inteligível, e que o estilo literário é todo artifício — é a língua que se escreve mas que não se fala».

Seria, agora, altura de defender e justificar as acusações que V. Exa. formulou contra a minha modestíssima novela. Não quero, porém, que V. Exa. e o público vejam, nesta carta, um ardiloso reclamo ao meu trabalho. Não! E embora V. Exa. tenha usado, para decidir sôbre mim e a minha novela, daquele célebre *método do velho Cuvier, de julgar o mastodonte pelo osso*, não lhe quero mal por isso, porque respeito a opinião da crítica, que também, às vezes, cultivo nas minhas horas vagas...

Mas, pela minha parte, quando tenho de julgar um romance ou uma novela, não me esqueço nunca da lição de Edmond Jaloux, que tomo a liberdade de lhe citar. «Um crítico, colocado em face dum ro-

mance, encontra-se na bifurcação de duas perspectivas muito diferentes: ou tem de colocar-se sob um ponto de vista estritamente literário, julgar combinações de estilo, de sintaxe, de imagens, de composição, de retórica; ou, pelo contrário, emitir uma opinião sôbre um espectáculo humano, estudar sêres, factos, um conjunto de reacções e de dramas comparáveis àqueles a que assistimos todos os dias. Quando se trata dos maiores, dum Shakespeare, dum Racine, dum Goethe, podemos encará-los ao mesmo tempo sob êstes dois ângulos. Mas as mais das vezes é preciso escolher.

Declaro, pela minha parte, sentir um prazer mais intenso em discutir sôbre um sêr do que sôbre um agregado de forma. A criação, em si, tem mais valor a meus olhos do que o sistema de que ela saíu».

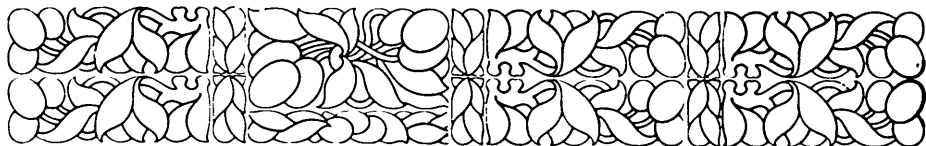
E quanto não lucraria, em Portugal, a literatura e a crítica, se todos os que discutem e decidem sôbre livros, tivessem sempre presente o bom senso destas palavras!...

Sem mais, continuarei a ser o admirador de V. Exa.

Pôrto — 1929.

HORÁCIO DE CASTRO GUIMARÃES.





# FADO CORRIDO

Por CESAR DE OLIVEIRA

(CONCLUSÃO)

O meio social que se chama «o fado» é rebelde ao trabalho e à disciplina. Os desacatos à auctoridade são praticados, na sua quasi totalidade, por fadistas. Tendo um vocabulario proprio e uma moral invertida, o fado tem também o seu código de amôr. O ideal amoroso das modernas Severas é bastante difficil, desde que a clorose olheirenta dos filhos de familias que se dizem limpas se rebai-xou ao nivel dos chulos antigos e tem amantes no fado. Esse ideal era não há ainda muitos lustros, o homem violento, ardente e refilão, e tanto mais amado era, quanto mais largo fosse o seu cadastro, como por exem-plo o que a quadra seguinte nos apresenta como suma perfeição do amôr fadista :

*«O amôr, p'ra ser perfeito,  
Deve trazer, em geral,  
Sete facadas no peito  
E o retrato no jornal...»*

## Filosofia fadista

Suponho têr passado já o mais tormentoso mar e o cabo mais escabroso dêste périplo de aberrações que é o fado. Mas, em bôa lógica fadista, eu tinha forçosamente de tocar êsta bordão já muito mordido da sensibilidade comum. Dir-me-ão: «Mas o fado não é só uma canção de presidiários, de degredados, de vadios e de mulheres públicas. Há muita poesia, muita «alma», muito sentimento no fado que o fadista, que o verdadeiro fadista canta».

Quem assim argumenta, tem da alma, da poesia e do sentimento uma desvirtuada noção, e olha para dentro de si e para o infinito através da lente deformadora do fado. O fado verdadeiro não tem poesia, e quanto a sentimentos, tudo depende do lado moral ou filosófico porque o encarêmos.

Para os indivíduos que vivem à margem da moral e da lei, o fado contém em si tôda uma filosofia, a filosofia da relaxação, como diria a bôa tia Patrocínio da «Reliquia». Por ela as transviadas se obstinam no pecado, e os desgraçados que deitaram ás ortigas ou não conheceram o amôr de Deus e se ríem das sanções da lei, sopeteiam no crime.

Entre polícias carrancudos, vai preso o infeliz que se deixou narcotisar pelo fado, vítima alucinada do triste destino a que não podia fugir. Porque vai preso? E a canção do crime e da desgraça glorifica o assassino em versos de pé quebrado: O «pobre» tinha uma amante no fado, uma amante que o sustentava. E porque o sustentava, no cafreal costume fadista, êle batia-lhe. Algumas vezes a sua navalha ou o gume vivo de uma moeda de cobre lhe beijára o rosto em caricias sangrentas. Não que êle fosse mau. Mas tinha que ser. Ela deixára-se amar por outro homem, por outro amante do coração. E um sarrabulho de facadas foi o epílogo bem fadista duns amôres tão desgraçados.

Fumegando, a meio do serêno Tejo, está em preparativos de fatal largada um paquete de grande bôjo. Na «leva» de degredados que para êle embarca entre baionetas, vai sempre o neto da desgraça, o filho das tristes ervas, o vencido da vida, o abandonado da sorte, o exposto do Destino, o deserdado dos bens do mundo, o pária faminto dos carinhos da ventura ou da Família...

Tudo isso o fado canta, às vezes exaltando o crime, um crime que quâsi sempre se limita ao furto de um pão para matar a fome, ao roubo de uma joia parâ pagar os remédios à companheira doente — oh a ignóbil perversão mental a que pode arrastar a filosofia do fado! — e sempre ilibando o criminoso.

A nota sentimental é ferida frequentemente no que os portugueses guardam ainda com mais adorável ternura no recôndito sacrário do coração: o amôr de Mãe. É a meretriz, chorando a mãe que morreu ao atirá-la para a vida:

*«...sei bem  
Que houve alguém  
Que à luz me deu;  
Alguém  
Tão desgraçada como eu».*

essa mãe que a gerára de um beijo maldito, e que no sangue lhe marcára, desde a origem, o seu triste destino... É a velhinha chorando, junto ao cais de embarque, aquele filho do seu coração e das suas máguas, a quem mais queria por mais desgostos lhe haver dado,

*«Dizem que as mães querem mais  
Ao filho que mais mal faz»...*

e que acena para longe, para onde os seus cançados olhos, vidrados de lágrimas, não podem alcançar, com o lenço húmido da despedida, da despedida derradeira ao desgraçado, que lá vai até aquela negra costa de Africa, mar em fóra, por amôr ou por má sina!...

A moral invertida do fado gera monstros e monstruosidades sentimentais.

É a moral da satisfação dos apetites e dos sentidos, da vida-airada e da mandria, do relaxamento da disciplina e dos costumes. O fado é o bolchevismo da alma. Ele é a subversão de todas as barreiras que noutros tempos se erguiam entre o bem e o mal, entre a vida limpa e a crápula, e automaticamente separavam do convívio social civilizado e saudavel aquela insignificante fáuna de falhados que publicamente vivia do vicio ou exercia profissões aviltantes, ou vivia do crime e para o crime—tolerados uns, perseguidos outros, pelos que velam pela segurança da vida e pelo cumprimento dos direitos e deveres dos homens para consigo proprios e para com a colectividade.

## Soldado que vais à guerra...

Os que velam pela segurança das vidas e dos haveres, os que dão remedio aos males do corpo e da alma, os que vigiam o cumprimento dos deveres e direitos sociais, os que zelam o bem público, os sábios, os santos, os homens da officina e da lavoura... O fado, graças a Deus, nunca os maculou com a baba pegajosa da sua dolorida imbecilidade!

Mesmo quando da travessia aérea do Atlantico-sul por Gago Cou-

tinho e Sacadura Cabral, fracamente se ouviram os écos, os trinados frustres das guitarras de Alcaacer :

«*Diga avôsinho :*  
*Pelo ar haverá caminho*  
*Do Brasil a Portugal?*  
*Sim, meu netinho :*  
*Descobriu-o Gago Coutinho*  
*E Sacadura Cabral !*»

O timbre forte e são do entusiasmo nacional e da esperança luziada abafou victoriosamente nos proprios versos as arrastadas, as jeremiadas plangências das violas chorônas, que gemiam em surdina e em funebre lamento de vencidas a gloriosa epopeia dos ares. Pelas madrugadas de boémia fadista, — como os grandes colectores da capital, vertendo nas águas sádias do Tejo a podridão das suas entranhas — escorriam no campo da Amadora ou nas docas do Bom Sucesso as fezes nauseantes do fado, moles, envolventes, letais. Mal encravado na musica assassina, o fado não glorificava : gemia ás umbigadas na musica vil e ás marradas na letra pretenciosa.

Os homens que, por mais perto andarem na visinhança da morte, mais amôr teem à vida — no que a vida oferece de forte, de belo, de saudavel e de heroico — ouviram a sereia fadista com indiferença e cuspiram-na da sua repulsa. Como o povo sabe dizer, talvez com pouco espirito mas com grande propriedade, os herois «correram-lhe com a sorte». É que lá, aos abismos azuis do ceu e do mar, onde o fremito das azas e a trepidação dos motores soam aos ouvidos como clangores triunfais de fanfarras em marchas de apoteose — não podia chegar o grunhido lúgubre e a avariose tristonha da canção do desalento. O rastejar sinuoso da cobra fatalista, lento e repelente, sinuoso e covarde como a propria perfídia, esbarra sempre contra a vontade dura e polída dos homens de acção e de character. A ansiedade heroica, a lealdade e a força, são obstaculo tão insuperável à sua protervia aliciante, como a lisa superficie do marmore ou do vidro à ascenção babujada das lesmas e das osgas.

Ah ! Não é nas aureas legendas do «Flos Sanctorum», nem nas vidas épicas dos guerreiros e descobridores e mareantes, nem nos louros viridentes dos poetas, nem nas memórias imorredouras dos grandes pensadores ou inventores, nem na legião sete vezes santa dos que doma-

ram uma língua semi-bárbara e afinaram e cultivaram a suavíssima língua da nossa pátria que deu vida e língua a novas pátrias — não é aí, não, que o fado escolhe os seus motivos e elege os seus herois. Nem a glória, nem o poder, nem a virtude, nem a Fé, nem o trabalho, nem a inteligência, nem — porque não dizê-lo? — nem o amor, são temas que o fado possa ou saiba cantar. A sua música é invertebrada e coleante. Nela o fado a si mesmo se exalta numa chilra autolatría. Aparece-nos às vezes na saudável companhia de motivos adoráveis e castos, cheios de ternura e de bondade. Mas então já se não podem chamar propriamente fados, pois a música que os envolve serve apenas para debruar de tristeza a sua cristianíssima simplicidade.

A canção infame, esmarrida e chóca, só mergulha no charco das ignomínias onde chafurda a fauna dos larvados. Do lôdo dos mais ruins sentimentos e das mais hediondas misérias que a vida tem, revolve o fundo pôdre e empóla bôlhas de gases asfixiantes.

Quando alouravam as seáras da revolução e já sangravam as primeiras papoilas do crime, logo a seguir ao regicídio, o fado apossou-se dos mártires e dos facínoras, não para condenar o tigrino atentado e chorar as vítimas, mas para justificar o massacre e exaltar os executores.

Todas as sangueiras e calamidades que depois vieram, ao fado se devem e no fado encontraram éco. As reacções nacionalistas foram reprimidas ao som do fado. A «polvora a arder, as balas e a água raz» para aquecerem e matarem a fome e a sêde dos incursionistas, não foram simples tropos inflamados, simples figuras de retórica na bôca de um tribuno fogôso e incorrigivelmente romântico. Foram o fado da «justiça do povo», que as hordas demagógicas executavam cruamente e ferozmente. Os que injuriavam, e cuspiam, e chacinavam os vencidos, cantavam-no com o sinistro acompanhamento das bombas explosivas e dos cacetes..

A entrada de Portugal na Grande Guerra é o mais triste fado que se tem cantado em Portugal desde 1580. A influencia do fado e da sua filosofia catastrófica, é decisiva nos nossos destinos. Ir à guerra, com uma guitarra nas mãos e uma canção obscena nos labios, era o nosso destino, o nosso Fado.

Com isso e para isso deixámos que a Morte colhesse à vontade, na mocidade sacrificada que foi à África e à Flandres, a flôr fanada do desalento e da desesperança. Ficámos um povo de fadistas, de memória perdida, de olhar parado e vago, de vistas curtas, insensível e abúlico.

Esta deliquescência colectiva que o fado gerára, e que o fado mantinha numa hipnose visinha da morte, era campo admiravelmente adubado de estupidez e de indiferença, onde todas as culturas e todas

as sementeiras se podiam ensaiar. E foi um ensaio geral de pancadaria e de loucura.

A vida económica, politica e social do nosso país, desde o dilúculo do armistício, é varrida por ventos de tragédia e sacudida do seu marasma pelas mais destrambelhadas convulsões. Sucedem-se as guerras civis, os pronunciamentos, as revoluções, e os atentados pessoais, as grèves revolucionarias, e a canibalesca «acção directa» dos terroristas. As grandes catastrofes cambiais, a desafortada especulação comercial, a riqueza fulminante — a pelintrice da moeda até ao inverosimil, os appetites escancarados até à goéla, e os instintos desenfreados até ao impudor e à ferocidade — acendem nos sangues febres folionas e manifestam-se na epiderme social em sarnas furiosas de goso e perversão.

Mas o fado não se amesquinha nem se anula. Pelo contrario: levanta a grimpá e dita a lei. A invasão da peste negra na arte e do mal rubro na dança, vindas logo a seguir ao quebranto enjoativo do tango, fundem-se numa epilepsia derrancada de uivos e esgares e piruetas macabras — cacharolete mal agitado de batuque de cafres e de balalaicas russas.

O «jazz» irrompe, assim, na crosta arranhadiça da vida do depois da guerra, e rompe com todos os preconceitos, acaba com todos os escrupulos, derruba todos os obstaculos morais e sociais que ainda aqui ou além se erguiam contra a enxurrada fadista. Novo-rico de prestígio, forte da força que lhe emprestam as trincheiras arrazadas do decôro e da vergonha, o fado instala-se viscosamente nas almas, enquanto o «jazz» toma conta da vida e a transforma num pandemónio grotesco de hediondas carêtas e de guinchos histéricos.

As modas, as atitudes, os negócios, a barulheira infernal dos interesses e das classes, a soltura dos costumes e da imprensa, são francamente jazzbandistas. Mas o pensamento que preside à mascarada reles da chamada vida moderna, ou antes: a mentalidade descoroçoada e impotente que se adivinha sob o scenario pintalgado de cubisnos de «cabaret», é fadista, bem tristemente fadista.

Que a varióla fadista alastrou até deixar a alma nacional picada das bexigas, eis o que hoje se pode observar na sociedade portuguesa.

Mas dar fóros de canção nacional a um sistema depravador feito de torpezas musicadas, o mesmo será que arrastar o teatro até á pocilga pornográfica onde refocilam as revistas do ano. E no entanto, a verdade, a vergonhosa verdade, é que o teatro e os cantares portugueses estão hoje quási que exclusivamente representados pela revista e pelo fado. Pelo braço da revista, o fado subiu ao palco, desnudou-se, maquilhou-se e impoz-se.



Gaba-se, e com razão, a ribalta, de haver levantado o fado do lodaçal e da crapula das sargetas sociais, de o ter democratizado e popularizado.

Á luz estridente das gambiarras, ou sob o fóco irisado dos projectores, o velho fado dos bairros mal-assombrados e das vielas suspeitas, perdeu o aspecto facinoroso e a melêna luzíδια, escanhou-se, trocou a sua indumentária característica e pitoresca pelo traje vulgar de toda a gente.

Já não cheira a iodoformio e a aguardente. Fede a perfumes caros e a flatulências dispepticas. Cheira a ociosidade e a pouca vergonha.

Todo êsse prestígio, porém, é falso, como falsa é a luz que o transfigura. No dia em que os roussinois do Mondego caíssem esfalfados no Choupal, na linfa cristalina dêsse rio de sonho, o fado morreria. Porque é ainda o lirismo coimbrão, o lirismo das almas môças e vagamente românticas, com seus anhelos de amôr e suas precoces desilusões, e o bucolismo sortílego da paizagem, que espalham no fado-canção, no fado-balada, em maguadas endeixas, a doçura pungente da saudade e do amôr. Oh! o

*«delicioso pungir de acerbo espinho...»*

que assim encanta e embála a funda e atávica nostalgia de algum olvidado e dôce bem que perdemos e nunca conhecemos! — talvez o paraíso perdido, talvez a formosa pátria ancestral: a grande Atlântida que o mar tragou e para sempre ficou sepultada nas águas ou encoberta em promontórios de bruma!...

## A grande abominação

Ao tumulto guisalhante e carnavalesco que é a vida social na actualidade, ao delírio bárbaro em que se debatem os apetites insaciáveis, à fuga sistemática à dôr e à responsabilidade, a êsse conjunto simiesco de banalidades, de utilitarismos e de materialismos que empanam com fumaceiras de palha o verdadeiro brilho da nossa Civilização — como a frivolidade decorativa do século XVIII encobriu com camadas e arrebiques de estuque a maravilhosa renda das pedras góticas ou as elegantes colunas de templos e catedrais — houve já quem chamasse, com relativo acerto, abominação americana.

Por abominação americana, aplicando a definição ao nosso caso, pode entender-se tudo quanto represente um atentado às tradições nacionais, à moral social e religiosa, ao bom senso e ao bom gosto.

O pugilismo e o mito pagão dos desportos industrializados, os «filmes» policiais e de aventuras em que a força e a acrobacia manhosa dos «heroínos» vaqueiros do Oeste ou contrabandistas do Norte desencadeiam os instintos animais das plateias ignáras, os concursos de belezas mais ou menos despidas, os frisos plásticos das «girls», as comidas com dança, as fardinhas macacoides dos «grooms», a aversão hipócrita pelas bebidas generosas, o fartum da gasolina e o papel sanitário — são abominações americanas.

O divórcio, o linimento de Sloan, a co-educação dos sexos, as drogas anti-fecundantes e as peugas das mulheres — são abominações americanas, abominações que a Europa importa e livremente adapta, e a que a Europa dá o cunho artístico e civilizado que a fabricação em série nunca pode conseguir.

Na arquitetura, essa abominação deu-nos o «arranha céus». Na música, criou o «jazz-band». E não criou mais nada, porque sabe deformar e dar expressão caricatural a tôdas as coisas em que toca. Mas não sabe nem pode criar nada que seja duradouro, fecundo e nobre.

O conceito geral e espiritual da vida e da sua finalidade, escapa a esta baba suja da Civilização. A grafonola e a T. S. F. aos domicílios são os expoentes culturais e sciêntíficos dessa vida trepidante, sem fios e sem fins.

A delicadeza das maneiras, a sobriedade das atitudes, e a compostura moral que dignificam os homens, a beleza que perfuma a vida e a simplicidade que a torna suave e encantadora — são desconhecidas por qualquer das abominações: a americana e a fadista, que de ambas vai sendo roída a sociedade portuguesa.

Flôres do exagêro e do viçoso cabotinismo de além-mar, onde as raças se amalgamam num cosmopolitismo amorfo, as abominações americanas por si mesmas se aniquilam, como as espumas do «champagne» que umas ás outras se desfazem. Da abominação fadista, porém, porque se crava na alma e nas mais profundas raízes de todo o sêr — mesmo quando a melopeia assassina já repugna aos lábios e à mentalidade de quem a canta — fica sempre o travo, o fêl, o tédio medonho, o descon-sôlo e o fastio nauseado dos tísicos sem remédio. Já não há tónicos que revigorem essa alma, nem revulsivos que limpem do sangue êsses humôres.

Como os morfinomanos, que dia a dia vão cavando a sua ruína, e

augmentando a dose do venenoso alcaloide, para momentaneamente er-guerem o animo prostrado pela inoculação anterior — o homem que uma vez se deixou embalar, seduzir e adormecer pela desalentadora toada do fado, já não acorda para a vida arejada e sã : para sempre ficou doente da vontade e amarrado à hipnose fadista.

Existe uma posição especial para ouvir cantar o fado, assim como se toma uma atitude para escutar uma conferência. Se já reparastes no aspecto repelente e enrodilhado que tomam os indivíduos ou as multi-dões que ouvem o fado, dizei-me : Porque perdem os corpos o emperti-gamento normal, numa quebreira que é um relaxo de musculos e de espirito, pernas para a direita, tronco derreado, braços moles, a cabeça pendida sobre o ombro, as palpebras semi-cerradas velando a pupila mortíça, e os labios frouxos ?

Faz-se o vácuo nos cérebros, o prado das almas alaga-se num pantano, respira-se com dificuldade e com dôr o ar pesado e soturno, o fluido fadista paira em camadas sobrepostas, em camadas tenebrosas que fazem sombra e causam medo, como as azas paradas e abertas de um avejão silente.

Porventura pode chamar-se canção nacional e dar-se o nome de arte à imundicie gutural que nos amolece a vontade, depois de nos des-pir o pudôr e anular o espirito ? Essa seria a suprema degradação.

Porque, em verdade vos digo, nada existe de mais degradante e mais corruptor do que o fado. Ele é a abominação maxima dos nossos dias, dos nossos tempos tão desgraçados, porque à desgraça vamos buscar as canções que nos murcham os labios e a música que nos cresta a alma.

Não ha governos, não ha reformadores, não ha fôrça material que sejam capazes de derrubar a soez ditadura do fado. Podem construir-se es-tradas e caminhos de ferro, aparelhar os portos com magnificencia, criar frotas imperialistas de guerra e de mercancia, dotar a agricultura com todo o ferramental e todas as facilidades que a sua condição de indus-tria-mãe impõe — tudo isso será inutil, porque a nossa miséria subsistirá, tudo isso será impotente contra a resistência passiva do fado. É êle quem esterilisa o sólo, é êle quem nos cria hábitos madraços, é êle que faz de nós um povo de endividados ou de caloteiros, que nos azêda o génio e ao génio nos rouba os ímpetos de iniciativa e de sóbria inde-pendencia e de corajosa tenacidade.

Quem o espalha, quem o canta, quem o ouve com prazer, corrom-pe-se, degrada-se, derranca a vontade própria e as energias da nacionalidade.

Defender ou propagar o fado, é fazer uma sementeira de alforre-

cas no lago do marasmo nacional, onde a barca da rotina deita as rêdes com preguiça...

Mais urgente do que a Campanha do Pão, torna-se imperiosa uma batalha contra o fado. Sem que essa grande batalha se vença, nunca as seáras darão outro grão que não seja chôcho, e, mesmo que venha a ser abundante, esse pão será sempre amargo. Só é doce o pão que se come em social estado de graça, isto é: quando as bôcas que o mastigam são alegres, e é arejado o pensamento do homem que trabalha, e é cheio de esperança e de fé no futuro o seu forte coração.

Aqueles que, no meio deste turbilhão de loucuras e deste chiqueiro de transigências, conseguiram salvar o raciocínio e preservar a vontade aqueles que crêem na pujança eterna da Raça e que, em cada dia que passa, erguem mais rubra e mais alta a flâmula sagrada dos seus ideais de completo resgate nacional — por serem avessos a fatalismos e determinismos históricos, filosóficos ou religiosos — não podem «sentir», nem amar, nem cantar o fado.

Côro de escravos em perpétuo cativo, gemido agónico da derrota, lúgrube responso das procelas sobre o remoínho fatal de mil tragédias marítimas — sabe-se lá onde nasceste, quem te gerou e como te arrastaste, fado-assassino da vontade do nosso povo, fado-ladrão da vergonha colectiva!

Se não te bacharelasses em Coimbra, terias morrido com a Sevéra? Serias então agora uma adorável melodia lírica ou bucólica, se nas margens do Mondego tens ficado, rosado de ternura, afogueado de amôr, orvalhado daquela dôce mágua e daquela indefinida saudade que nem encarquilham as almas, nem desvirilizam os corpos, nem quebrantam os corações. Mas tu preferiste voltar à lama que te deu o sêr e te criou. Por isso os velhos motivos fadistas voltam a ouvir-se, não já apenas no seu meio próprio: a taverna, o porão, o presídio, o prostíbulo — mas cantam-se em espectáculos públicos, em solemnidades mundanas, em reuniões familiares, e até — suprema infâmia! — as próprias estações oficiais subsidiam o fado, sem escândalo, sem escrúpulo e sem reserva...

Se reagir contra esta miseranda depressão sentimental é tomar uma atitude de declarada rebelião contra o senso-comum, se gritar contra êste enxurro de ignomínias é remar contra a maré — que corações mûços e de generosos anseios há aí que não queiram tomar a sua parte nesta sagrada revolta?

Daqui conclâmo as almas que tem sêde de beleza e fôme de justiça, para a grande batalha da alegria saudável contra a tristeza morrinhenta. Que cada qual viva a sua vida em permanente aversão ao

fado, em atrevida opposição a tôdas as tendências fatalistas que nos rodeiam e nos pretendem arrebatâr o lume vivo da nossa educação e da nossa firme vontade anti-fadista. Que cada um se purgue com alegria das fezes fatalistas que ainda guarde — como os recém-nascidos largam o «ferrado» negro das entranhas, como na água do batismo se lava o peccado original...

É preciso matar o fado! E já que a justiça e a polícia de costumes tem pelo fado uma indulgência que vai além da protecção, porque é cumplicidade, há que sepultá-lo na lama depois de o termos estrangulado com o nosso desprezo!





# O Natal e o Ano Novo no Norte

---

Ao Poeta Teixeira Pinto,  
ao camarada e amigo querido

**M**AL numa prega do caminho eterno que é o tempo, depois de espalhar exultadoras alegrias no coração das crianças e de semear saudades doridas na lembrança dos velhos, se some a figura trôpega do Natal, eis que logo o canto ingénuo e pitoresco das *janeiras* nos anuncia, no seu ritornelo suave e embalador, a chegada do Ano Novo, êsse moço príncipe nebuloso e enigmático, que vem preencher na dinastia dos séculos o lugar que por herança divina lhe pertence.

No rosário votivo das grandes festas, o Natal e o Ano Bom são as contas de mais rutilo brilho, aquelas que além do significado católico que exprimem, e do elevado simbolismo cristão que revestem, se podem considerar essencialmente portuguesas, de tal modo espelham e refletem os sentimentos mais representativos da alma da nossa raça. O Natal, sendo o Presente e o Passado, é ternura, é poesia, é saudade. O Ano Novo, sendo Futuro, é aspiração, é sonho, é esperança. Ora entre a Esperança e a Saúde andou sempre tôda a psicologia lusiada.

Mas o Natal, porque representa ao mesmo tempo a apoteose da Família e a consagração do Lar — e a Família e o Lar são o fecho de abóbada de tôdas as verdadeiras civilizações — é aquela a que a sentimentalidade mística da nossa grey empresta indubitavelmente uma auréola de mais fundo, nobre e devotado culto.

Festa cujo encanto está todo na conservação do seu carácter antigo, constitue essencialmente uma lembrança sagrada, uma espécie de relíquia, coisa em que nós infelizmente já não cremos como creram os nossos avós mas que por isso mesmo amamos uma vez por ano, sentindo renascer na luminosa carícia do seu significado profundamente amoroso e familiar a velha virtude, crente, simples, ingénua com que os nossos antepassados viveram a sua vida e festejaram a sua religião austera e doce ao mesmo tempo.

Felizmente que a pseudo-civilização que nos vem lá de fóra, exportada como um artigo de luxo, não logrou roubar ao Natal português a poesia do seu caracter regionalista nem desvanecer em absoluto o simbolismo cristão que a força dominadora do passado lhe transmite. Se é certo que o reflexo do espirito estrangeiro, apologista de uma civilização que por se tornar comum a tôdas as raças não atende ás características próprias e inalteráveis de cada uma, incidindo de uma maneira especial sobre os nossos centros urbanos, foi suficientemente incisivo para apagar neles o que neles havia de vinculadamente nacional, não é menos certo que a Província, onde a tradição se aninhou velando a pureza dos costumes, vai nobremente reagindo contra a onda devastadora desse cosmopolitismo de pacotilha.

E tarde venha o dia — por graça de Deus — em que ela a inunde, como uma vaga tresmalhada, entre no reduto santo de todos os lares, roubando para sempre o seu suave lirismo, aquele discreto e sereno gozo de comermos, na noite sobre todas bendita da consoada, á beira da fogueira luminosa e na humildade da nossa mesa rústica, sob a mesma religiosa emoção com que o fizeram os nossos avós, o pão loiro das loiras e doces rabanadas.

Que longe venha o dia de tamanha profanação! É que vale tesoiros o bem que faz à alma o unguento mirífico desta estranha e sugestiva poesia do Lar. Quanta ferida, quanto azedume adoçado, quanta dôr diluída, quanta dôr esquecida, quanta dôr bebida ao vinho quente da noite divina! Noite de Família, horas que são como que um abraço do tempo, envolvendo sôbre o mesmo teto, na confusão amorosa dêsse regresso ao passado, tanta gente que se não via, tanta alma ausente, corações que uma vez até se quizeram mal, se apartaram para sempre e se tornam a reunir.

Oh! terríveis e despaisadoras civilizações, que andais por aí a destruir velhas usanças e pitorescos costumes, deixai ao menos que nas norrenhas províncias desta Terra de Amor, o Natal persista em todo o suprémo encanto da sua beleza, que a perdêr-se, seria para nós, Artistas, Poetas, Proadores, motivo de comovida tristeza, pois que na enternecida tradição da sua festa — já não dizemos no facto inefávelmente belo que a gerou — têmos buscado sempre, atravez do tempo, uma fonte de perene e inegalável inspiração. Na literatura universal — na de todos os povos e de todas as épocas — encontraríamos, se nos fôsse possível percorrê-la em conjunto, inumeráveis páginas dedicadas ao acontecimento transcendente que representou para o Velho e Novo Mundo o nascimento divino de Jesus. Na própria literatura portuguesa, na de ontem e na de hoje, quantos se não

inspiraram já na alegria risonha dessa noite de milagre como nenhuma outra lusitana, como nenhuma outra religiosa?

Júlio Dinis, o quimérico criador de almas brancas como a sua, cantou o Natal através uma prosa fluente e lírica nesse encantante romance que é a «*Morgadinha dos Canaviais*»; não o esqueceu Bento Moreno o profundo anotador da nossa vida rural; não deixou de o orquestrar o feiticeiro Fialho, nas suas admiráveis sinfonias em proza nem tão pouco o olvidou Antero de Figueiredo, o esteta primorôso da «*Senhora do Amparo*».

Para motivo de contos — inegavelmente uma das expressões máximas da nossa literatura, quantos desde Eça de Queiroz a Júlio Brandão dêle se não tem utilizado! E a poesia, a nossa inegalável poesia tem ido buscar ali a razão de ser de algumas das suas mais belas páginas.

Não se suponha, porém, que a essência descritiva da noite evangélica a vão buscar os nossos intelectuais ao quadro descaracterizado do Natal citadino. A sugestiva pintura do Natal provinciano, essa sim, é que os interessa, os apaixona vivamente, não só pela frescura das suas brandas tintas de aquarela, pelo cenário de magia e de sonho que os envolve, mas até pelo estranho contraste existente entre a Natureza — que lá fora se exaspera em chuvas e tiritas de frio ao vento bravo que arranca do solo as velhas arvores e varre da paisagem as últimas migalhas de côr que o outono lhe deixou, no bronze dos soitos, no verde húmido dos lameiros, no oiro novo das laranjas que amadurecem ao sol — e a confortável alegria dos interiores onde se ergue clara e estralejante a boa labareda das fogueiras.

Se António Corrêa d'Oliveira, o intérprete maior dos nossos anceios, da nossa certeza e da nossa fé nacionalista nos descreve através o sortilégio dos seus versos o Natal beirão; se Rocha Peixoto o eminente etnógrafo da «Portugalia» e Campos Monteiro, o polígrafo admirável, nos falam do Natal transmontano, José Augusto Vieira diz-nos da suavidade e misticismo do Natal minhoto e Severo Portela tece os seus formosos *Cantares de Amigo* em louvor do Natal duriense, nos arredores do Porto.

Outros literatos portugueses teem por certo dito algo sôbre os Natais do Sul, mas o que é certo, é que, apesar de êles terem ali, bem acentuada, a sua feição e expressão própria, o Natal que mais nos encanta pela beleza forte e impressiva do seu portuguesismo, é o do Norte, isto é, o das quatro províncias lusíadas em cujo peito bate, sem dúvida, o melhor do coração de Portugal.

Como queriam os senhores que o Alentejo, onde predomina mais forte do que nenhuma outra a religião absorvente da Terra, prendendo o



homem à gleba em laços indissolúveis como os de um matrimónio eterno, observasse os ritos festivos do Natal com a mesma ingenuidade nativa do Norte, de onde brotou sempre num milagre bendito a raíz lírica e emotiva dos nossos deliciosos tropeiros e na alma de cujo povo o sentimento é uma cristalização perfeita, de arreigada fé religiosa?

Como queriam os senhores igual devoção nos algarvios, por exemplo, nêles em que impera ainda a remota ancestralidade de um sangue mouro, sensual e ardente?

Natais do Norte! Natais do Norte! Ah! quem soubera dizer-vos a alegria febril e estonteante com que os aguardam a alma em flôr das crianças e dos moços; as almas emurhecidas dos tristes e dos velhos, tão doridas afinal como a natureza, nêsses dias asperrimos de Dezembro, em que vai por toda ela um triste ar de abandono e de mágua.

Pasmadinha de frio, entanguida da geada e imobilizada de dôr, a terra tem sorrisos fugidios de saudosa, quando o sol lhe recorda a graça nupcial de outros tempos e o silencio agressivo de quem mergulha em torvas scismas, quando sobre ela desce a pesada escuridão das grandes noites lutuosas e solenes.

Tombam então das altas serras agrestes, sôbre a concha dos vales, os ventos sonoros e bravos a que nada resiste e somem-se nos ares como cabeleiras ruivas que uma garra destruidora desgrenhasse, arrepelasse, as últimas folhagens das árvores graceis e dolorosas.

Cada manhã que amanhece tarde e tímida, tôda afogada em nevões densos, em nevoaceiros profundos que a noite condensou por sôbre os campos é como se acordássemos em tempos confusos do cáos.

*( Continua no proximo fasciculo. )*

CLAUDIO E ANTÓNIO CORRÊA D'OLIVEIRA GUIMARÃES.

# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1829

GUIMARÃES HÁ 100 ANOS

## Junho

**Dia 1** — Chega a justiça eclesiastica de Braga para averiguar da responsabilidade dos padres culpados por constitucionais. (P. L.).

**Dia 3** — Em vereação : nomearam para recebedores das rendas, décimas e novos impostos das propriedades da vila, os seguintes: freguesia de Nossa Senhora da Oliveira: Manuel José da Costa, negociante na rua dos Mercadores; juro da dita, João de Sousa Aguiar, negociante do Terreiro da Misericórdia; freguesia de S. Paio: Bento José de Freitas «o 5 reis», da rua de Gatos; juro da dita, João Ferreira, brasileiro, de S. Domingos; de S. Sebastião: José Joaquim Machado, pintor, da rua Nova das Oliveiras; juro da dita, José Gomes Fernandes Batista, negociante ás Lagens do Toural; do Castelo: Bento José de Passos Lima, da rua de S. Damazo; Justiças e Rendas da Vila: Luis Antonio Gonçalves, negociante do Terreiro de S. Francisco; Novo imposto das cavalgaduras e das fabricas: Bento Pereira de Abreu, de Fato, de Nossa Senhora da Oliveira; Décima do juizo eclesiastico, Fabrica da Colegiada e empregados: Manuel Antonio Gomes, da Praça de S. Tiago. A todos abonaram por seus bens. — Determinaram que o procurador mande fazer um livro para as vereações, por o actual estar a findar. — A pluralidade de votos dos examinados do officio de carpinteiro, saíram eleitos: Juizes: João da Silva (Calçada), de Santa Luzia e José Martins Pereira, da rua de

Gatos; escrivão, José Joaquim de Melo, da Conceição, Fermentões; foi-lhes deferido o juramento. — Foi examinada pelo cirurgião e nomeada ama de leite dos expostos da roda, Maria Rosa, mulher de Domingos José Ribeiro, da rua de S. Lazaro. — Posto a pregão as obras dos banhos das Taipas, não houve quem lançasse.

**Dia 8** — Chega a Guimarães, vindo de Braga, o general da provincia, D. Alvaro. Acompanhava-o uma guarda de 20 cavalos, e vinha visitar o principe de Hesse em cuja companhia foi para o Bom Jesus do Monte no dia seguinte. (P. L.).

**Dia 9** — De manhã partem para Braga e Bom Jesus, voltando aqui neste mesmo dia, o principe de Hesse e o general da provincia. (P. L.).

**Dia 10** — Em vereação: a requerimento de Manuel José Pereira, de Moreira de Conegos, juiz do officio de ferrador, foi apregoado Manuel José Marques, de S. João da Ponte, para aprontar na Procissão de Corpus Christi a imagem de S. Jorge. — A requerimento dos negociantes de azeite, foi este posto a 1 ro reis o quartilho. — Mandaram observar interinamente as estimas de 1 a 18 de Outubro de 1828, e assim deferiram o requerimento dos padeiros. — Nomearam os 12 misteres para este ano.

**Dia 11** — Foi deferido o juramento aos juizes, escrivão e procurador do officio de serralheiro eleitos na vereação de 23 de Maio ultimo.

Em audiência, Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Miguel, atendendo ao que Lhe representou Gaspar Pinto Teixeira de Carvalho, alferes de voluntarios realistas de Guimarães, foi servido conceder licença para usarem da medalha com a sua Real Efigie, a D. Maria de Alegria Peixoto do Amaral e Freitas e a seus dois filhos José Pinto de Carvalho Peixoto do Amaral e Freitas e Francisco Peixoto de Sousa Pinto do Amaral e Freitas, da casa do Guardal, e a Pedro de Moraes Correia de Castro, Manuel Coelho da Mota Prego, Luis do Couto Ribeiro, frei Joaquim Maximo de S. Placido, José Leite de Oliveira Araujo e padre José Leite de Lemos e Castro, vigário de Fareja. Igual graça obtiveram, em 17 deste mês, o padre Domingos José Barroso, cura coadjutor da freguesia de S. Paio de Guimarães, e os vimaranenses José de Lemos Pinto e Faria, professor régio de latim, em Lisboa, e Tadeu Antonio de Lemos Pinto e Faria.

**Dia 17** — Parte para Braga o principe de Hesse acompanhado por guarda de cavalaria que para esse fim aqui tinha chegado no dia antecedente. (P. L.).

**Dia 18** — O cabido celebrou o costumeado *Te-Deum* em comemoração da quebra dos ferros da escravidão francesa. Houve duas duzias de foguetões.

**Dia 21** — Chega noticia de ter falecido no hospicio dos bentos, em Braga, frei Baltasar de Sá, filho do já então falecido José de Sá Souto Maior, chantre de Guimarães. Foi sepultado em Tibães. (P. L.).

**Dia 25** — A meza da Misericórdia, por intermédio de frei Francisco de Santa Rosa de Viterbo Moreira Braga, leitor de teologia e prégador regio, e de Diogo de Sales da Cunha Manique, felicita El-Rei D. Miguel pelo seu restabelecimento. O padre Braga leu uma alocução de congratulação e pediu concessão para todos os

membros da Misericórdia de Guimarães poderem usar da medalha de ouro e com fita correspondente, com a Efigie de Sua Magestade. Foi deferido este pedido de mercê, que tambem foi concedido ao Padre Manuel Lopes Martins de Macedo, vigario de S. Paio de Guimarães.

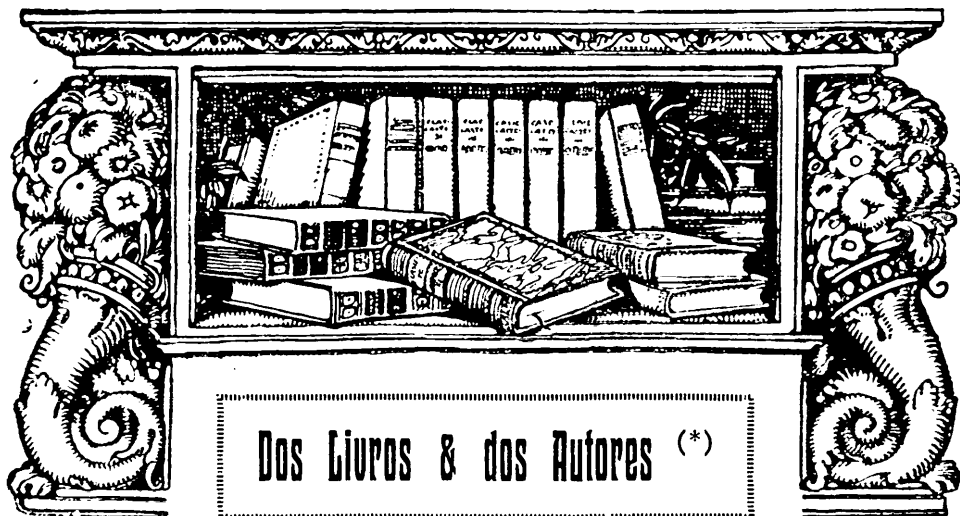
**Dia 27** — Em vereação: Preços da feira dados pelos misteres, 960, 360, 340 e 270. — Posto a lanços o concerto dos banhos das Taipas, constando de soalho de pinho e embarrotamento de castanho dos 2 banhos do Salgueiro e do Quente, 11 lanceiros, os tornos que faltarem, uma fechadura, duas escapulas de ferro, duas caravelhas, uma porta com fechadura e dobradiças, tapamentos e divisões. Houve-se a obra por arrematada a António José, da Bouça, de Brito, pelo unico lanço que houve, e foi dele, de onze mil e duzentos reis metal, a receber depois do procurador rever a obra. — O juiz de fora deferiu em sua casa o juramento ao almotacé Manuel Joaquim Peixoto da Costa.

**Dia 28** — Por fazer um ano que veio a tropa realista de Braga combater a tropa constitucional do Porto, chegaram hoje alguns realistas de Braga dando vivas e tocando o hino realista, correspondidos por muito povo. Os moradores do Tournal puseram luminarias. (P. L.).

**Dia 30** — Passa o aniversario em que S. M. o Snr. D. Miguel assumiu os direitos da coroa de Portugal, por legitima resolução dos 3 Estados. Houve *Te Deum* na Colegiada. Bastantes casas embandeiraram e à noite houve iluminação geral, com musica pelas ruas a tocar o hino realista acompanhada por bastante povo a dar vivas ao Snr. D. Miguel e a toda a familia real «e tambem andavam bastantes grupos, principalmente de mulheres, a cantar hinos e cantigas ao Snr. D. Miguel».

(Continúa)

JOÃO LOPES DE FARIA.



DE MEU FILHO, por *A. L. de Carvalho* — Companhia Editora do Minho — Barcelos, 1928.

Para os pais é sempre agradável falar dos filhos, das suas traquinices, da sua alegria, dos seus brinquedos. Mas poucos, até agora, se aventuraram a tratar, em livro de prosa, as esperanças, os cuidados, e os receios que os seus filhos lhes causaram. E' que a prosa não prende, não tem aquele ritmo delicioso que encontramos nas quadras, plenas de vida, de Corrêa de Oliveira, ou nas elegias tão cheias de sentimento que António Sardinha escreveu na morte do seu filho querido.

Os versos teem mais sentimento e ouvem-se com mais agrado.

Este livro de Snr. A. L. de Carvalho revela certas qualidades. Mas cai, por vêses, em minuciosas referencias que tornam o livro pesado e enfadonho. Livros d'êste genero querem-se leves, rosados, saudáveis, claros como uma manhã primaveril. E o livro do sr. A. L. de Carvalho nem sempre é claro. Varios capitulos o revelam. Ao acaso citemos, por exemplo, *Bolas de sabão*, em que o A. não esconde o seu receio em responder á pergunta ingênua do filho: *quem fez isto tudo?* . . . Depois o decalogo com que encerra o livro é desnecessario e até mesmo infantil. Porque não recomenda a seu filho que procure sêr sempre puro e bom dentro da grandeza das doutrinas cristãs que são muito superiores às do decalogo?

Para que preocupar o espirito da criança com novas e desnecessarias divagações?

O A. não quiz romper preconceitos e dá um mau exemplo a seu filho. E eis porque o livro em vez de ser claro como a agua cantante dos nossos rios, fica, por vezes, envolto em densa nebulosa, o que lamentamos deveras.

FR. ARSÊNIO DA PIEDADE.

ETNOGRAFIA DA BEIRA (vol. III), por *Jaime Lopes Dias*  
— Livraria Férin — 70, Rua Nova do Almada — Lisboa, 1929.

O sr. dr. Jaime Lopes Dias continua, neste volume, os seus magnificos estudos sobre as lendas, costumes, tradições, crenças e superstições dos povos dessa encanta-

(\*) Só daremos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em *duplicado*, a não ser que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrinseco.

dora Beira. E', sem duvida, um trabalho valiosissimo, que nos é grato ao espirito, e que trata assuntos que são nossos, que são vividos e sentidos pela nossa gente.

As lendas da nossa terra! Quanta beleza encerram, quantos ensinamentos nos dão! Os costumes, as tradições do nosso povo, as crenças e superstições tão interessantes e por vezes tão características das nossas províncias, são sempre assunto novo e inexgotavel. Estudar esses costumes, revelar essas superstições, narrar essas lendas tão encantadoras é prestar ao país um serviço valiosissimo, é faze-lo conhecer a alma ingênua e simples da boa gente das nossas províncias, é reacender de novo o lume apagado das lareiras de Portugal.

Louvamos, por isso, o esforço do dr. Jaime Lopes Dias, que, com a publicação da «Etnografia da Beira» nos vem dar novos elementos de estudo do Folclore nacional.

L'ABBÉ LÉOPOLD GILOTEAUX, pelo *Abbé Paulin Giloteaux* — Librairie Pierre Téqui — 82, Rue Bonaparte — Paris, 1929.

Neste livro, deveras admiravel, descreve-nos o P.<sup>e</sup> Paulin a vida exemplarissima de seu irmão Leopoldo.

O P.<sup>e</sup> Leopoldo, pela sua abnegação e pela sua piedade, é digno de ser apresentado como modelo de virtudes e de sacrificios.

Durante os quatro anos de guerra, ele sabe manter, afrontando todos os riscos, o fervor patriótico nas regiões invadidas. De saúde abalada pelas privações, conserva-se sempre firme no seu heroico posto, praticando verdadeiros actos de coragem e de bravura. A sua morte é bem um holocausto pela santificação das almas.

Por tudo isto, o livro do P.<sup>e</sup> Paulin Giloteaux merece ser lido e meditado.

LÁ DIZ O DITADO . . . , por *Leão Martins* — Edição de «Maranus» — Rua dos M. da Liberdade, 178 — Porto, 1928.

Do Brasil, onde se encontra ha já alguns anos, manda-nos Leão Martins o seu interessante livrinho de quadras populares, que intitulou *Lá diz o ditado* . . .

São cento e sete quadras bem proprias de figurarem nos cravos rubros, como as fogueiras do S. João, pois, como diz o A.

*De sentenças fiz cantigas  
E de ditados canções:  
— Cantai, bailai, raparigas!  
— Saltai, batei, corações.*

Esta valiosa colecção de quadras, revela bem que o A., embora distante do seu país não esquece os costumes, sentenças e folgares do povo deste rincão do Minho, canteiro maravilhoso de Portugal.

DEL TEDIO, DEL AMOR Y DEL ODIO, por *Fidelino de Figueiredo*, — Editorial Mundo Latino — Madrid, 1929.

A Compañia Ibero Americana de Publicaciones, de Madrid, desejando intensificar o bem necessário intercambio cultural entre o nosso país e a Espanha, criou, sob bons auspícios, a «Colección Camoens», de que se publicou já o primeiro volume.

Coube ao distinto escritor Fidelino de Figueiredo, que soube conquistar simpatias e admiradores entre os intelectuais do país visinho, iniciar a série dos trabalhos que vão ser publicados.

*Del tedio, del amor y del odio*, é, na verdade, um livro bom, um livro que deve ter despertado em Espanha uma justificada curiosidade em conhecer os livros que vão seguir-se da autoria de muitos outros escritores e novelistas de mérito. Fidelino de Figueiredo dá-nos, neste trabalho, alguns ensaios, em que ficam, mais uma vez, patentes os seus magníficos dotes de analista e de crítico de vasta erudição.

S. GONÇALO — *culto e lenda das bandas do seu berço*, — por *Alberto V. Braga* — Tip. José Fernandes Junior, Largo do Directorio, 8-3.º — Lisboa, 1929.

Os assuntos etnograficos merecem sempre a Alberto V. Braga o melhor carinho. A sua obra é já vasta e indispensavel aos interessados nos estudos do folclore.

Agora, neste precioso trabalho sobre S. Gonçalo, o santo tão popular e querido do nosso povo, o A. revelando-nos, documentadamente, que o santo nasceu na freguesia de Tágilde, do concelho de Guimarães, dá-nos um precioso estudo sobre o culto, a vida, lendas e tradições que lhe andam ligadas.

Para levar a cabo, e com tão belo exito, um estudo da natureza dêste, tornam-se necessarias qualidades de trabalho paciente, de metodo e de pertinacia. Bom seria que, apresentada agora o que poderíamos chamar a primeira parte de um estudo sobre S. Gonçalo, apparecesse alguém que o completasse com a publicação dos documentos e lendas de S. Gonçalo de Amarante.

PORTOS DE MAR NA COSTA NORTE — pelo *Padre Jerónimo Gonçalves Chaves* — Tipografia Espozendense, Rua 1.º de Dezembro, 7 — Espozende, 1929.

O snr. Padre Gonçalves Chaves volta a occupar-se, neste trabalho, da importância dos chamados «Cavalos de Fam» e defende com calor e entusiasmo, a construção de um porto de mar que teria — segundo a tésé que apresenta — um maior valor que o porto de Leixões.

O sr. P.º Chaves possui, na verdade, uma boa sôma de argumentos convincentes. O assunto que trata neste opúsculo, deve ser bem estudado para que algo se possa fazer de util em favor da costa norte, aproveitando-se, assim, o que a natureza tão prodigamente nos oferece.

LA BONNE PROVIDENCE, por *Henri Morice* — P. Téqui, Libraire E'diteur — 82, Rue Bonaparte — Paris, 1929.

Estas belas páginas de Henri Morice, veem combater a teoria que faz recair na «fatalidade» os acontecimentos imprevistos ou qualquer occorrença de resultados funestos. O A., que foi premiado em 1927 pela Academia Francêsa mostra-nos que só a Providencia guia e dispõe de todas as coisas. A leitura deste livro é deveras sugestiva e atraente.

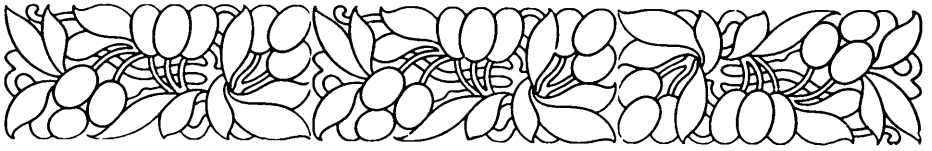
UNE HISTOIRE POUR CHAQUE JOUR DU MOIS DE MARIE, por *J. Millot* — Pierre Téqui, Libraire E'diteur — 82, -Rue Bonaparte — Paris, 1929.

\* Trata-se de um livro verdadeiramente pratico e muito util, de sólida doutrina, encerrando uma boa colecção de factos piedosos, adequados ao mês da Virgem.

LE SCRUPULE. COMMENT LE PRÉVENIR? COMMENT LE GUERIR?, pelo *Abbé Arnaud d'Agnel e Dr. d'Espiney* — Pierre Téqui, Libraire-Editeur — 82, Rue Bonaparte — Paris, 1929.

É tão complexo o assunto deste livro que só da aliança de um Padre e de um médico se poderia obter um trabalho tão consciencioso e tão claro como êste. Sendo o escrupulo um mal de ordem patológica ha, necessariamente, que procurar-lhe remédio não só no conhecimento das coisas espirituais, mas, tambem, nos de ordem psiquica.

Este livro é muito recomendavel pela sua tecnica e oportunidade.



# A ESCOLA PORTUGUESA DA RENASCENÇA

---

Por GUIDO BATTELLI

**G**IORGIO VASARI, o grande historiador da arte italiana, depois de têr falado das muitas obras que Andrea Sansovino fez em Portugal nos dez anos que passou entre nós (1490-1500), ao serviço de D. João II e de D. Manuel, acrescenta que «o mestre florentino só com grande dificuldade obtêve licença de saír, e só depois de têr assegurado ao Rei que deixava aqui discípulos capazes de acabar as obras por êle iniciadas».

Estas palavras demonstram duma maneira evidente que Sansovino não foi só o introductor da Renascença italiana em Portugal, mas também o iniciador duma verdadeira Escola Portuguêsa da Renascença.

Isto mesmo foi reconhecido por um venerando mestre da nossa critica de arte, o prof. Joaquim de Vasconcelos, que a pag. 344 da sua nova edição da *Pintura Antiga* de Francisco de Holanda, fala expressamente «da escola que Sansovino criou em Portugal». Portugal pode, portanto, ufanar-se de ter possuido uma escola nacional de arte renascente, anterior à vinda dos famosos francêses, aos quais é costume attribuir-se a introdução da Renascença no nosso país. Estes mestres, que vieram para aqui entre 1517 e 1520, do extremo norte da França, da Normandia, onde a arte da Renascença ainda não era conhecida, nada, absolutamente nada sabiam do novo estilo, e demonstraram claramente esta sua ignorância, reconstruindo Santa Cruz à maneira da sua terra, — quer dizer gótica —, ornamentando o portal de baldaquinos, de cuspídes e de estátuas góticas, esculpindo duma maneira absolutamente gótica os dois tumulos de D. Afonso Henriques e de D. Sancho, e incluindo ainda muitos elementos góticos no famoso púlpito, que vulgarmente, mas sem razão, é considerado como o primeiro specimen da Renascença entre nós. Estes pedreiros e santeiros góticos, se mais tarde fizeram alguma coisa no estilo da Renascença, é porque

encontraram aqui os modelos. Em lugar de serem mestres, foram nossos discípulos. Esta é a verdade, clara, evidente, que nenhum espírito serêno pode desconhecer.

Mas deixêmos esta questão, que de momento nos não interessa, para procurarmos as obras dos Mestres portugueses da Renascença.



**Porta Especiosa da Sé Velha de Coimbra**

(A balaustrada do balcão foi renovada no século XVII; porém ficaram dos lados as colunetas originais).

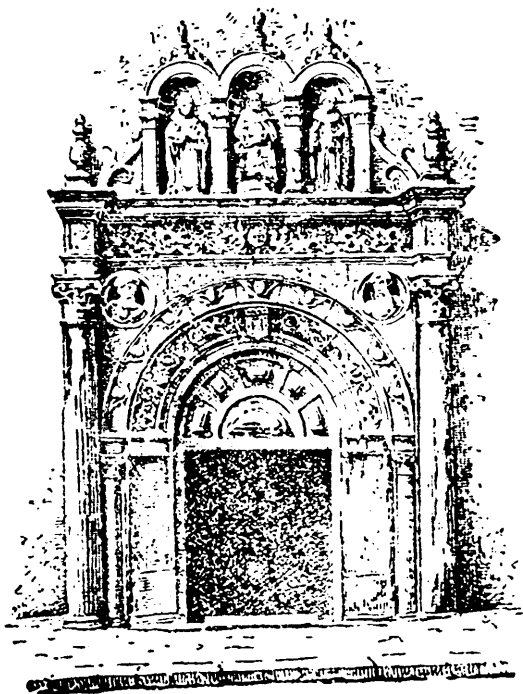
O mais esplêndido monumento da nova maneira italiana é indubitavelmente a Porta Especiosa da Sé Velha de Coimbra. Ordenada pelo grande Bispo D. Jorge de Almeida, verdadeiro Mecenas das artes, foi construída no primeiro decénio do século XVI. Infelizmente faltam os documentos, por ter andado disperso o Arquivo da Mitra, mas pode-se afirmar que esta obra foi concluída cerca de 1512, quer dizer,



cinco anos antes, pelo menos, da vinda dos famosos mestres francêses. Eu julgo que esta Porta é, exactamente, uma das obras de que fala Vasari, desenhada por Sansovino e executada pelos seus discípulos.

Tudo é absolutamente italiano aqui: a nobre simplicidade, a harmonia, a clareza do conjunto, a delicadeza das ornamentações esculpidas num relevo tam baixo, que parecem mais desenhadas que esculpidas, (enquanto que os mestres góticos aprofundam a brocha, na pedra, a palmo e meio); os motivos clássicos (medalhas, figuras mitológicas); as quatro estátuas das Virtudes, cuja roupagem é absolutamente clássica e nada tem que vêr com as roupagens góticas das mesmas representações em Santa Cruz;

os dois anjinhos dos lados da porta, que tocam viola e alaúde como os meninos de Della Robbia e de Donatello; o medalhão da Virgem, que o grande historiador alemão Justi julgava «absolutamente florentino». Atribuir esta Porta aos mestres francêses que esculpiram o altar de S. Pedro, na Sé Velha, e os tumulos dos Reis, em Santa Cruz, é tão absurdo como atribuir um soneto de Bocage a Antero, ou o *Cantico da noite* a Guerra Junqueiro.



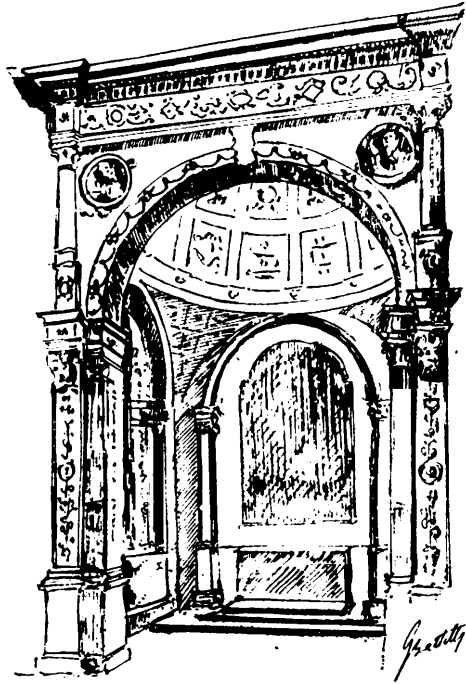
Porta do Antigo Colégio de S. Tomàs,  
em Coimbra (hoje no Museu)

Esta é, repito, uma obra absolutamente italiana, desenhada por Sansovino e acabada pelos seus discipulos portuguezes, e o primeiro esplendido specimen da Escola portugueza da Renascença.

Directamente inspirado pela Porta Especiosa é o portal do antigo Convento dominicano de S. Tomàs, em Coimbra, hoje exposto no Museu Machado de Castro. Também aqui encontramos o mesmo caracter clássico: colunas corintias, medalhas, arquivoltas com cabeças de anjos, exacta-

mente como na Porta Especiosa. Os documentos publicados pelo benemérito Conego da Sé, Prudencio Garcia, atestam que êle foi construído por um artista conimbricense, João Luís, nos anos de 1547-48.

Perto de Coimbra, no celebre Mosteiro de S. Marcos, encontramos uma outra obra insigne da Renascença portugueza, a Capela dos Reis. Entra-se nela por um majestoso arco triunfal, ornado de medalhas, como a Porta Especiosa. As colunas corintias são de uma linha pura e elegante :

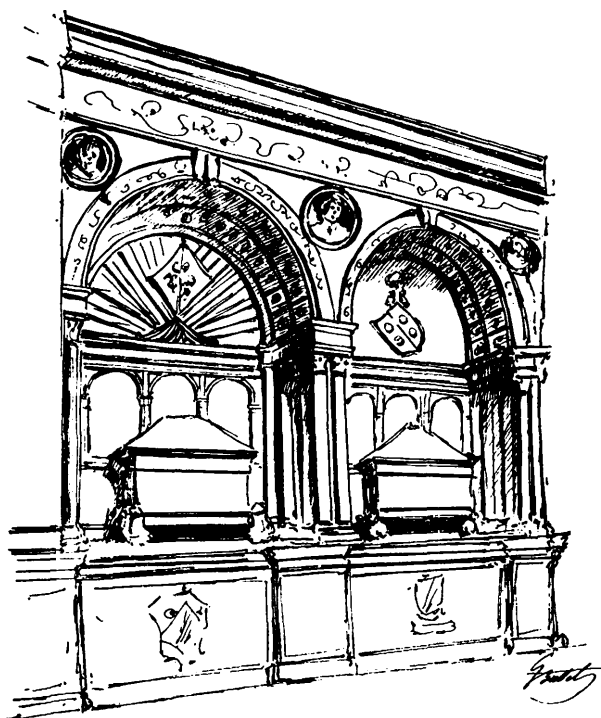


Capela dos Reis, em S. Marcos

as pilastras apresentam uma delicada decoração do mais fino gosto italiano : — fitas com frutos em festões e rotulos de moldura clássica. A pequena cúpula redonda é dividida em caixotões quadrados, com cabeças de anjos. Também o arcosolio dos dois túmulos tem uma decoração clássica do mais fino gosto da Renascença. Esta capela, banhada por uma luz clara e uniforme, é verdadeiramente um primôr, uma pura joia inspirada pela arte italiana, de tal maneira que o venerando Mestre Joaquim de Vasconcelos julgou «ser talvez a mais formosa obra da pura Renascença que possuímos no nosso país».

Uma outra obra directamente inspirada pela Renascença italiana é o túmulo dos Lemos, na pequena igreja da Trofa, no Val de Vouga, que foi estudada pelo douto professor de historia de Arte da Universidade do Porto, dr. Aarão de Lacerda.

Estes dois túmulos, protegidos por uma arcada de estilo absolutamente clássico, fazem lembrar o Panteon dos Humanistas que o grande



O Panteon dos Lemos, na Trofa

arquitecto florentino Leão Bautista Alberti colocou ao lado do Templo Malatestiano de Rimini. O mesmo desenho geral, a mesma disposição dos túmulos, os mesmos elementos architectónicos e decorativos. Julgar que esta obra seja de inspiração francêsa é absolutamente inadmissível. Confronte-se uma fotografia dos túmulos reais de Santa Cruz com o Panteon dos Lemos, e a atribuição das duas obras aos mesmos mestres resultará evidentemente inaceitável.

Mas não é só nas grandes obras architectónicas que se manifesta a existência desta Escola Portuguesa da Renascença; há também aqui,

e além, em trabalhos de menor importância, traços evidentes da sua actividade. Em Evora e nos seus arredores, em Setubal, em Tomar, em Coimbra, encontramos, às vezes, uma loja, um túmulo, uma janela, uma porta, um friso, um medalhão, que nos revelam a grande consideração e o sucesso grande que a arte italiana da Renascença obteve entre nós.



Túmulo de D. Francisco de Melo no Convento dos Loios,  
em Evora

Olha-se, em Coimbra, para a linda e pitoresca casa que o povo vulgarmente chama «Ferro de engomar» pela sua forma curiosa: na fachada, a poente, encontramos um conjunto de quatro janelas quatripartidas, com o peitoril formado de colunelos, exactamente como nas janelas do Palacio Bartolini—Salimbeni de Florença, e o mesmo motivo encontramos em Tomar, numa janela de angulo.

No Museu Machado de Castro ha um medalhão, representando

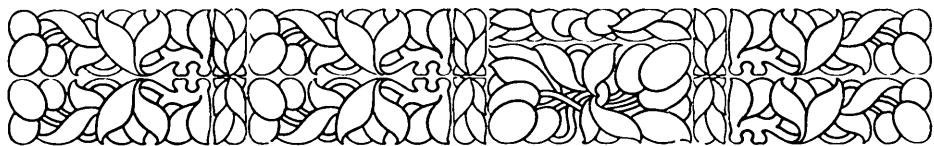
a Fortuna, que pode dizer-se cópia de outro semelhante existente no Palacio Ducal de Mantua, atribuído a Sansovino. Caracter absolutamente italiano encontramos nos bustos da Madalena e de S. Pedro, no Bussaco, no Ecce Homo da Misericórdia, em Aveiro, nos medalhões de pedra que ornão a fachada norte da famosa quinta de Bacalhõa, perto de Setubal. Reminiscencias italianas encontramos, também, na Igreja da Graça, em Evora, na Quinta de Sempre Noiva, da Agua de Peixe, e em outros edificios de Estremoz e Vila Viçosa, e ainda nos túmulos dos Loios em Evora, nos portais de Abrantes, de Portalegre, de Faro.

Outra obra notabilíssima, directamente inspirada pela Renascença italiana, é a Capela do Sacramento, na Sé Velha de Coimbra, datada de 1556.

Tudo isso nos autoriza a afirmar, seguramente, que a genialidade portugueza, tão grande neste periodo histórico, não ficou indifferente à reforma artistica trazida aqui pelo Mestre Florentino; antes, pelo contrario, se aproveitou largamente deste ensino, desenvolvendo-o e criando obras notáveis. Numa entrevista que tive, recentemente, com o venerando Mestre Joaquim de Vasconcelos, dizia-me o grande sabio: «Admitir que Sansovino passou aqui nove ou dez anos, no papel importante de architecto da Casa Real, e sustentar que dêle nada ficou, é absurdo e é uma confissão da nossa preguiça e da nossa ignorância. Dêle ficou, até hoje, muita coisa que é ainda preciso procurar: e ficou, sobretudo, a escola que êle criou em Portugal. Supôr nos artistas portuguezes do fim do seculo xv uma indifferença glacial, uma «apagada e vil tristeza,» ante o problema artistico da Renascença, é uma vergonha».

Palavras de oiro! Quem conhece a importância do grande movimento literário que aqui existiu na segunda metade do seculo xv; quem conhece a cultura latina da Cõrte de D. Afonso v e de D. João II; quem sabe que a Cõrte de Portugal era talvez a primeira da Europa no amõr das letras e das artes — e que a sua ambição era a de sêr a émula das grandes Cõrtes italianas da Renascença, não pode admitir que o ensino do Mestre Florentino passasse desconhecido, sem despertar interêsse nenhum, sem deixar vestigios, sem criar uma escola. Sustentar esta têsé é ofender a genialidade portugueza.

Ha, indubitavelmente, uma Escola Portugueza da Renascença até ao fim do seculo xv, porque já antes da vinda dos francezes os documentos atestam que se trabalhava «ao romano» em Belem, em Coimbra, em Tomar, e em varios lugares do Alentejo. Os francezes, que mais tarde vieram aqui, nada nos ensinaram. Longe de sêrem nossos mestres, foram nossos discipulos.



## “O ANÁTEMA DA FLANDRES,,

(APÊNDICE)

II

# No Calabouço N.º 5

**O**ITO horas da manhã do dia 28 de Março de 1921, ainda quando me sentia balouçado nos braços de Morfeu a gosar o repouso que a Noute aconselha à Vida, um delegado do alto comité dos conservadores (ou defensores da república), a que preside a alma imunda dum Bombardino Rachado, bate-me à porta *para me fazer uma comunicação confidencial*, declarando também que eu *o não conhecia mas que êle me conhecia muito bem!!!...*

Como em minha casa se não recebem comunicações confidenciais, foi o *conhecido* despedido com a negação da minha presença em casa, pois se tornou *suspeito*.

Pouco depois de chamar «ó sr. Alberto!» a meu pai que mui desencançado saía de casa, lá voltou o *ilustre cavalheiro*, que o sr. Marreiros achou mais capaz para me prender, com o auxilio de um *colega* e um *cívico*, depois de várias peripécias com veleidades de tiros e assassinatos, de que me ri ainda deitado, pois êsses três e outros três, etc., ainda não eram suficientes para me deterem em propósitos que eu pretendêsse ter, se outra intenção, que não fôsse a da prisão, até mim os trouxesse.

Isto fica assim definido por hoje.

E como a viagem não tinha itinerário visível, mudei de roupas, lavei-me e mandei perguntar se me era permitido podêr almoçar, ao que me foi dada resposta afirmativa. E que o não fôsse... almoçaria da mesma forma e esperariam o tempo que fôsse necessário esperarem, para que

eu me vestisse e não fosse em ceroulas, como disseram, me lavasse como me lavei, e almoçasse como condescendêram.

Eis-me, enfim, a caminho do carcere, *em boa paz*, com os meus captores, encomendados pelo sr. Marreiros ao Rato dos Armarios, com 14 prisões!!! que deu a ordem da minha entrada no calabouço n.º 5, depois de mandar tirar-me o cadastro!!!

O vexame não cai sobre mim. Cai sobre quem os mandou; o sr. Marreiros, que se foi meu camarada em França não deu indicação de tal qualidade.

Antes de seguir para o calabouço, dei parte de doente, o que a «Imprensa de Lisboa» revelou em 29 de março e que, portanto, o sr. Marreiros não podia ignorar também.

Passsei ainda pela esquadra da policia, onde me foi distribuido o calabouço n.º 5 e onde novamente dei parte de doente.

Enfim dou entrada no calabouço n.º 5 que os presos me disseram ser o pior entre o pasmo que lhes causou a minha entrada ali, dizendo êles amiudadas vezes (os presos!!! Sr. Marreiros): «Isto não se faz. Lá nós, enfim, é outra cousa. Mas o senhor»!!!

É incrível que o sr. Marreiros, que se me havia de declarar meu camarada da Grande Guerra e que muito bem me conhecia, me não conhecêsse antes de me lançar entre um assassino, um desordeiro, um bêbado, um vadio, alguns gatunos, um piolhoso, etc. no calabouço n.º 5, onde os piolhos são aos caixotes, as pulgas ás sacadas, e a ímundice... todo o calabouço n.º 5!!!... e a cada hora do dia e da noute entrava e saía toda a escória da sociedade.

O vexame não cai sobre mim. Cai sobre quem me encarcerou no calabouço n.º 5, sr. Marreiros...

Todavia, os presos tiveram em acções por mim, a consideração que o sr. Marreiros só havia de têr em palavras, depois da minha inculpabilidade verificada, e tão reconhecida que me não foi sequer dada a incomunicabilidade tão anunciada.

Doente, continuei a dar inteiro conhecimento ao sr. official de serviço da policia administrativa e ao sr. Marreiros, sem resultado, em 28 e 29 de Março ultimo, quando eu afirmava sêr a minha doença bem patente e não sofismada.

Em 29, sôbre a tarde, sou acometido de cólicas, por me sêr impossível fazer qualquer evacuação sem o tratamento que ma facilitasse; de aí a um vôlvo a distancia não seria larga. E o sr. Marreiros não me conhecia ainda, nem sequer como doente em estado grave e de que eu o informei em 28 e 29 de Março e aos srs. officiais de serviço que me

respondiam estar eu entregue á Segurança do Estado e ao médico que tinha dado ordens terminantes, ao enfermeiro que faz a visita ás prisões, de que não recebia partes de doente de prêsos políticos!... Pois que tendo aprovado a doença ao meu bom amigo alferes José Januario, no calabouço n.º 8, preconizando a sua mudança para os quartos particulares, não só fôra informado pelo sr. Marreiros que o prêso era um talassa perigoso, sujeito a qualquer atentado de morte nos quartos particulares, como também desrespeitara o próprio médico a quem ameaçara castigar.

Isto não é segurança do Estado, Snr. Marreiros. Isto é banditismo, o mais covarde e o mais ignobil.

Felizmente, em 29, sobre a tarde a confundir-se com a noite, o meu muito bom amigo e companheiro do C. E. P. dr. Pequito Rebelo, manda-me à prisão, êste simples e muito grande bilhete; «*Ponte e Sousa — Diga se precisa de alguma coisa, — Pequito.*», e que foi, por certo, a minha salvação duma morte, só possivelmente amada, assim, pelos mais vís canalhas.

Que gentalha, meu Deus! . . .

No mesmo bilhete o informei da minha situação criada com conhecimento perfeito do snr. Marreiros, do médico, da policia administrativa e de dois officiais de serviço desta policia, juntando-lhe ainda um outro bilhete que eu destinava, pela segunda vez nêste dia, ao official de serviço da policia administrativa, snr. Capitão Albuquerque, de quem obtive o meu tratamento immediato no posto de socorros da policia onde me foi visitar e dizer-me que estava ás minhas ordens, mas que nada mais podia fazer por eu estar entregue à Segurança do Estado.

Emfim, salvo. E não foi sem tempo, sr. Marreiros . . . meu camarada de França . . .

Depois, em face de dois dias sem tratamento algum, os meus padecimentos naturalmente se agravaram, e os enfermeiros, ao fazerem-me os pensos, aconselhavam-me a fazer a operação e à necessidade de um exame médico préviamente. E eu assim o requeri, sr. Marreiros, em 1 de Abril corrente, mas o sr. Marreiros era cego, era mudo, era surdo.

Se me não conhecesse e me mandasse examinar desde quando lhe envie a parte de doente e operar, desde quando o requeri, sr. Marreiros, tinha cometido uma acção digna ou, pelo mênos, humana. Cumpria o seu dever.

Assim o sr. Marreiros que se classifique ou se coloque em situação identica áquela em que estive com seu perfeito conhecimento.

Em 2 de Abril corrente (1921) requeri o interrogatório, fôsse sôbre o que fôsse que se me attribuisse no campo politico, para talvez me sêr



possível obter a concessão de um tratamento requerido a uma doença patente, e por conselho dos enfermeiros do posto de socorros da policia administrativa.

Sou então interrogado, e verifica-se que não estou implicado em qualquer movimento revolucionario, de que para mim assacaria toda a responsabilidade se a tivesse, e também afirmo que não dei dinheiro (que mal chega para mim), nem fui convidado para qualquer movimento revolucionario, que antes condenava como obediente ás determinações da Junta Central do Integralismo Lusitano, e que, como monarchico portugûes, integralista, só aspirava, por enquanto, à formação de uma consciência puramente portugûesa, estruturalmente lusitana, ou seja a condenação das constituições de 34 e 910, monarchicas ou repúblicas, e a adoção das leis da tradição de Portugal aperfeiçoadas em função do tempo.

De novo volto ao calabouço n.º 5, esperando, baldadamente, a ordem de seguir sob prisão para um hospital.

A noite chega, e nada altera a minha situação de doente que não está, nem nunca estêve incomunicavel no calabouço n.º 5, e que já fôra interrogado por uma culpa que até a Segurança do Estado não fundamentava, nem arquitetava em bases falsas sequer. Para isto bastava terem-me abordado na rua ou em minha casa, ou antes seria melhor não têrem saído da secretaria da Segurança do Estado.

Cêrca das onze horas da noute, ou talvez meia-noute, já um cabo de policia veio chamar-me com certa pressa que eu fis sêr vagarosa, e por fim, lá seguimos a caminho do gabinete do official de serviço da Policia Administrativa.

O capitão Tribolet, que já bem largas provas de amizade pessoal me vinha dando, e ainda como um dos condecorados com a cruz de guerra, no que foi o unico, vem-me buscar à porta e apresenta-me ao sr. major Marreiros (que eu já conhecia, mas a cuja pessôa não ligava o nôme), que, então, se me dirige, e, apertando-me a mão, me diz o que a «Imprensa de Lisboa», edição da manhã, de 3 de Abril corrente, revela, e é do teor seguinte :

*«O major sr. Joaquim Marreiros, director da Policia de Segurança do Estado, restituiu ontem á liberdade o alferes Ponte e Sousa, que se encontrava num dos calabouços do governo civil, prêso como implicado no caso da conspirata monarchica a que nos têmos largamente referido. O sr. Marreiros, que já conhecia muito bem aquele prêso politico como um dos que mais heroísmo*

*«dispendeu na Grande Guerra, (\*) teve para elle carinhosas palavras de felicitações declarando que entendia seu dever proporcionar-lhe a liberdade na hora em que se aproxima a comemoração da epopeia do 9 de Abril».*

E o alferes Ponte e Sousa, declara que só dispendeu três obrigados durante esta alocução, que não condiz, em absoluto, com o tratamento e a consideração anteriormente relatadas e que o sr. Marreiros também julgou *do seu dever!!!*

Uma vez mais, ainda, sr. Marreiros, muito obrigado. Veja que o ministro do Interior ou da Guerra, o não castiguem pelo cheque que vibra na conduta da república para com êste seu camarada de França, que só lhe mereceu palavras bonitas depois de o sr. Marreiros o têr querido vexar e de ter escapado a uma morte certa que talvez lhe proporcionasse um banquete . . . oferecido pelos «conservadores» que também dão pelo nôme de «defensores da . . . república».

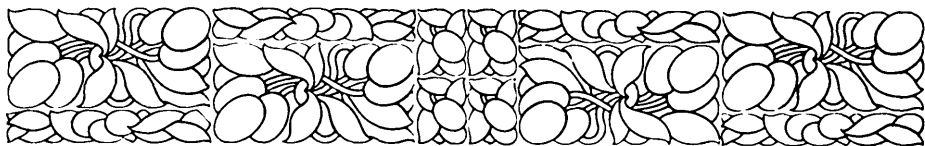
1921 a 1923.

JOÃO DE OURIQUE.

F I M

---

(\*) **Nota da Redacção:**—O Alferes Ponte e Sousa foi o 1.º oficial louvado e condecorado em Ordem da 1.ª Divisão do C. E. P., em 1.ª linha, — «Porque tendo sido ferido ligeiramente na manhã de 6 de Julho (1917), por um estilhaço de granada, voltou imediatamente para o seu posto na 1.ª linha; e tendo sido êste atacado na tarde do dia 7, por patrulhas inimigas, foram elas rapidamente repelidas devido às suas acertadas medidas, serenidade e sangue frio, apesar de ter sido bastante ferido no braço direito». Nêste dia era bem sucedido, em início, o assalto alemão ao 34 de infantaria, junto ao flanco direito do 21 de infantaria e que êste oficial pressentiu e informou, também já ferido, do que resultou um bombardeamento imediato de protecção à linha avançada do 34 de infantaria, que teve, todavia, 36 baixas. Em campanha foi condecorado com a Medalha de Valor Militar e Cruz de Guerra (as primeiras que se deram no C. E. P.). Depois do Armistício foi condecorado com a Medalha da Vitoria, fourragères da Torre e Espada e da Cruz de Guerra, medalhas comemorativas da Guerra e de Ferimentos, de Mutilado da Guerra, de Grande Invalido da Guerra, de Santiago e de Bom Comportamento.



# A Lavoura Factor do Renascimento Moral e Económico (\*)

---

Por ANTONIO DE SOUSA MACHADO

**N**a era de preparação que atravessamos, num tempo de transição como é tódo êste período «post bellum» em especial, e como é toda esta metade do século xx, é de natural anseio prescrutar quais as ideias novas que vão surgindo com sinais de vitória e quais as que vão conquistando território e aparecendo-nos como bases de uma organização futura. .

Verificada a queda de princípios que não chegaram a envelhecer, é fácil constatar que em vez de se criarem e inventarem bases novas de organização social e política, a construção e o edifício de uma nova era, há-de assentar, mais do que em fantasias que enciclopédicos de hoje pudessem conceber, em princípios e organismos velhos e antigos, mas que nem por isso estão desacreditados ou postos de parte. Pelo contrário, há-os que, pelo seu labor de séculos, pelas suas origens remotas e frutificantes e pela sua grande acção social, depois de terem sofrido muitos ataques, são hoje lembrados e evocados com o respeito que se havia perdido, se recupera agora e de que se deve usar para com instituições que fizeram medrar tanto êste torrão pátrio que entrado um dia em decadência, consegue viver apenas pela tradição o tempo preciso para esperar pela reabilitação dessas instituições, que são, ao mesmo tempo, de reabilitação nacional.

---

(\*) Tese apresentada ao II Congresso Municipalista Minhoto, realizado em Viana do Castelo (1929).

Refiro-me aos municípios, a secular instituição à sombra da qual Portugal foi grande e permitiu que Portugal fosse sempre, pela felicidade de ter achado tam beatificante instituição, libérrima pátria, onde, com a harmonia encantadora que existe quando cada coisa tem o seu lugar próprio e se chama ordem, medrou a mais perfeita organização democrática que é possível descortinar: — O município que Herculano dizia «indispensável elemento de toda a bôa organização social».

Paralelo ao renascimento municipal e seu corolário lógico, é agora o amor regionalista do nosso tempo.

Constituem hoje as mais altas expressões da sua manifestação os congressos regionais.

Entendido hoje o regionalismo de uma forma tão diferente daquela que se conheceu durante a crise das instituições nacionais que Portugal atravessava há cem anos, sob o aspecto caricato e ridículo, centrifugo e desintegrante do bairrismo, para mim, aparece com singular beleza e maior exaltação, a organização do congresso Minhoto, no seu princípio municipalista. É que, enquanto os outros congressos regionais afirmam o valor da província, o Minho faz mais do que isso. Senhor de aspirações, conhecedor das suas riquezas, reúne-se para as aproveitar, para estudar como melhor explorá-las, e define precisamente as bases da sua organização social: — os municípios.

\*  
\*       \*  
\*

António Sardinha, essa vasta cultura das gerações novas, conhecedor profundo dos problemas histórico-sociais, e políticos, como presidente da C. M. de Elvas escreveu uma série de teses para as apresentar ao congresso municipalista nacional, congresso que, depois, nunca mais se realistou. Numa dessas teses, Sardinha defendia que os municípios «em harmonia com o meio fisico e a sua estrutura económica especifica» não se podem reduzir a um tipo unico «e podem e devem classificar-se segundo as características que lhe imprimem personalidade, em municípios rurais, municípios industriais, municípios maritimos etc., havendo que admitir município-cidade, para os grandes centros urbanos».

Tenho a impressão que num país em que cerca de 80 0/0 da sua população se sustenta da lavoira, da lavoira vive e à lavoira, se dedica, — razão esta porque têr-se-ha de considerar Portugal um país eminentemente agricola, — a generalidade dos nossos municípios será formada por muni-

cípios rurais. E desde que se junte o qualificativo *rural*, à nossa vista, e à nossa razão devem aparecer imediatamente ligadas e dependentes essas duas ideias: a da instituição municipal e a da industria agricola.

É interessante notar neste sentido que ao renascimento municipal, cuja evidência ninguém contesta, corresponde um profundo renascimento agricola.

Renascimentos evidentes, elles não nos apparecem como obra do acaso. Esse duplo renascimento que hoje verificamos, é fruto de individualidades superiores que lançadas com singular felicidade aos seus estudos o conseguiram promover. Poder-vos-ia citar nomes de agrónomos e lavradores illustres que são percursôres do renascimento agricola. Do municipal, ha, igualmente, illustres nomes de homens incompreendidos pelas suas gerações e que as gerações de hoje elegeram para seus mestres, permitindo, por uma renovação de cultura intellectual, a elaboração de ideias novas que, germinadas, são hoje ideias generalisadas e dominantes. Lembro Herculano, Garret, Gama Barros, Alberto Sampaio, etc.

A uns e a outros Portugal deve o grato favor de vêr os novos caminhos que tem de seguir para a sua restauração: pela instituição municipal ordenar um povo que tem de viver da charrua.

Embora os municípios, mesmo os qualificados de rurais, tenham de sêr a coordenação dos multiplos interesses dos municípios que nem só rurais serão, é para estes interesses que economicamente esses municípios terão de dirigir a sua atenção.

Elementos de política, os municípios das nossas vilas de Portugal tem vivido, até hoje, para a exploração política.

Chegamos, felizmente, com a revolução de 28 de Maio, a uma era que consente dignificá-los para que elles possam preparar os lugares a que tem direito na organização estadual e basilar da nação.

Longe andaram elles, e por muito tempo, dos fins superiores que os criaram e que elles serviram.

Incompreendidos pela cegueira mental dos políticos liberais já vai longe o respeito último que o liberalismo conservou por um sinal dos "homens bons" do concelho, mantenedores das liberdades populares. Lembro os "40 maiores", simpática ingenuidade com que os políticos do constitucionalismo respeitaram, por algum tempo, a velha organização democratica portugueza...

Paralelamente ao regime de transição que com a ditadura o país atravessa, igualmente os municípios em ditadura e em regime de transição vão vivendo. Que neste regime vivam, enquanto fôr preciso que elles vivam, para que lhes possa succeder uma organização de mentalidade sã

que urge formar, e vá preparando e nos leve a viver longe dos princípios maus em que por tanto tempo andamos a abismar-nos. É facto que essa mentalidade nova a quem cabe preparar os princípios-bases da organização que há-de suceder à ditadura, vai aparecendo e concretisa-se. Nêste momento, no congresso municipalista minhoto, verificamos uma dupla afirmação, uma duplicidade de ideias: a regionalista, ou seja, pela especialização e localização de esforços, a realização do interesse comum da nação: — o princípio municipal.

Como concretisar uma e outra destas ideias é o que cabe estudar, é o que nêstes congressos se deve querer vêr. A organização municipalista pelo sufrágio universal caíu, como caíu êste princípio.

Não me cabe agora apontar qual a organização municipal que me possa parecer mais conveniente. Mas sendo o município o coordenador de interesses da sua circunscrição territorial, deverá sêr qualquer coisa que lhe corresponda e não a junção dum certo número de mandatários da soberania nacional em cujo sofisma ninguém acredita já.

\*       \*       \*

Tem sido uma afirmação constante dos nossos ultimos tempos, é uma convicção geral, é o voto constantemente aclamado nos congressos, que o renascimento económico de Portugal ter-se-ha de dever á terra.

O regresso á terra!

Chora-se e lamenta-se hoje que a terra portugêsa, — de que a população portugêsa vive, mas de que tam mal vive — tenha sido desprezada, desprezo responsavel dos multiplos erros e motivos de crise que a lavoura tem atravessado. Multiplos são êsses erros e de ordens varias, se bem que por vezes dependentes e conexos.

Se é motivo de crise agricola o atraso técnico do cultivo da nossa terra, onde os métodos empregados hoje são os que ha 1000 anos romanos e árabes nos ensinaram, motivos de crise agricola são muitos outros nascidos das instituições, da incuria e das más leis. Motivo de crise agricola é a legislação liberal; é o extermínio das instituições vinculares; é a pulverização da terra; é o absentismo dos patrões; é o código civil, é a legislação dos contractos de enfiteuse e sub-enfiteuse. São multiplos. Daí a crise. Para combatê-la é necessário estudar cada mal e buscar-lhe o remedio próprio. Porém, algo se impõe desde já: é que se firme

constantemente a importância com que a lavoura se deve deparar á Nação e que essa importância se tradusa em factos.

É que à nação seja ministrada, com superior interêsse, uma educação agricola tam generalisada quanto possivel. Não tem o Estado português correspondido pela sua solicitude à vida agricola da nação e não o poderá fazer enquanto em Portugal nos não governarem instituições mais descentralisadas e menos uniformistas. Faltam-nos para já essas instituições, de quem a lavoura mais tem a esperar e a quem até hoje mais deve. São os apaixonados da causa que sem a menor recompensa e com o maior dos ânimos se tem lançado denodadamente nessa campanha em pról da agricultura. São os organizadores dêsses sindicatos florescentes do nosso Minho, constantemente a terem iniciativas dos mais benéficos efeitos na vida rural.

São, felizmente, bastantes já essas organizações, prósperas muitas delas, e com uma influência decisiva entre os seus associados na luta que tem sustentado contra a rotina do nosso lavrador. A sua acção eficaz convence-me que o governo pode fazer muito na campanha em pról da terra, se atender ás organizações sindicais e as tomar para órgãos da sua acção.

Aos sindicatos entregar-se hiam subsidios para distribuir em prémios pelos seus associados que melhores culturas fizessem; seriam ouvidos e encarregados mêsmo da organização do ensino popular agricola pela forma que melhor se entendesse: ou por escolas moveis, ou pelo ensino na escola primária, ou por lições práticas por agronomos de mérito reconhecido. Precisa o Estado, por outro lado, de facilitar e estimular a constituição dessas instituições; reconhecê-las com o maior grau de officialidade possivel e, assim, estou certo, seria uma medida rasgada e de grande alcance social que a um representante dum sindicato agricola concelho (se no concelho um só houver) ou a um representante dos vários sindicatos (se no concelho houver mais do que um) pertencêsse um lugar na vereação dos respectivos municípios. Seria o reconhecimento da organização do maior interêsse nacional, seria afirmar aos lavradores das nossas terras que moirejam de sol a sol para dar dinheiro ao fisco e para levarem êles uma vida de dificuldades, que um lavrador como êles, — o que melhor sabe concretisar e dirigir os seus interêsses, — vai administrar o seu dinheiro e pertencer a uma instituição publica que dirige.

A lavoura é o grande factor do renascimento economico que aos nossos olhos surge. Mas a lavoura tem também de sêr defendida, tem de sêr olhada com raro carinho e disvelo, rendendo-lhe tanta protecção e auxilio quanto possivel, pela conveniência que a patria tem em que à

terra se fixe o maior numero da sua população. É a conveniencia moral que nos diz que assim deve sêr. É na província, e quanto mais recôndito fôr o lugar da província, melhor, que se encontra um pouco da sanidade de costumes em que os portuguezes sabiam viver; e são êsses cantos obscuros da nação, onde o povo lavoura e prolifera que estão condenados a sustentar correntes de drenagem constante que os grandes centros lhes exigem para sustentar êsses sorvedoiros de vidas, saude, e bons costumes que são as grandes cidades. Creio que o urbanismo, um dos maiores flagelos que atormenta a humanidade de hoje, é uma natural e lógica consequência da centralisação,— franco e aberto princípio liberal. Peor que a emigração, do urbanismo não ha consequencias que favoreçam o equilibrio da balança económica, porque, interior, nenhum oiro faz importar. Sem interessar à familia do que deixou a aldeia porque a multiplicidade de oportunidades para gastar dinheiro não consente que algum sobeje para aquela, contrario ao princípio de ecônomia do bom Portugal de ha uns anos atraz, de quando o dinheiro era respeitado com a veneração com que se deve olhar a capitalisação do trabalho, respeito que hoje se perdeu pela facilidade com que se fizeram fortunas rapidas e pela vida desregrada dos grandes centros onde os muitos momentos de prazer não consentem que se tenha espirito de poupar, peor ainda que a emigração, o urbanismo nunca mais restitue à terra, por motivos que são de observação facil, os braços que lhe rouba. Deve, por isso, sêr olhado como o maior inimigo da sanidade moral do país e como a mais perniciosa vaga que ataca o amôr à terra.

Nas aldeias vive-se mal, bem sei, e vive-se mal porque é pobrissimo o lavrador portuguez; mas creio sêr um facto assente, que a terra está longe de produzir o que deve e por isso, é facil apurar que havendo empenho na luta em prol do renascimento agricola se consinta ou consiga melhorar muito o nível da vida da nossa província. Nas aldeias vive-se mal, mas não são as populações arrancadas à terra que vão encontrar mais suavidade e doçura na vida que vão fazer na cidade, a menos que, uma vez aí, não se vão entregar à devassidão e ao roubo.

Pelas aldeias faz-se hoje um verdadeiro engajamento para arrancar a mocidade para as cidades. É facil, com promessas, cativar e entusiasmar almas moças. O espirito de mundanismo peza forte sobre a mulher e arranca-a com facilidade da sua casa. E é sempre o espirito de cubiça e de aventura quem facilita essa onda horrivel e inimiga feroz da nossa sociedade. A um serviçal da província oferece-se um ordenado que sendo maior que os mais altos salarios da província depressa entusiasma e faz decidir pela ida para um grande centro. Uma vez aí, os serviçais que



da província foram, entram na convivência e reconhecem que ao nível de vida mais elevado de uma grande terra tem de corresponder um mais alto salário, e exige que o seu, que é inferior ao normal, seja equiparado aos demais. Entram assim em regime de concorrência e, daí, todos os inconvenientes da luta liberal que surge e em que, infelizmente, não são os mais honestos que vencem.

A libertinagem e o desemprego são consequências fatais. E enquanto nas cidades domina a *chômage*, nas aldeias, na lavoura, há falta de braços. Será longa a luta a estabelecer e necessária para elevar o nível de vida e a riqueza da nação agrícola. Algo conseguindo por essa forma, conseguir-se-ha muito para abrandar a emigração e o urbanismo. Êste, com as consequências horríveis de que apresentei uma palida resenha; a emigração com o carácter aflitivo com que surge nas estatísticas, constituída por importantes percentagens de mulheres e crianças, o que a faz apresentar-se-nos com o aspecto horrendo de uma verdadeira expatriação. Rebaixando-nos no estrangeiro, porque de Portugal emigra, em regra, do peor que temos, a falta de cultura dos nossos emigrados, levando-os, lá fora, a exercer dos mais humildes e modestos e vexatórios meios de vida, longe de nos exaltar, amesquinha-nos. Económicamente são nulos os seus efeitos. É preciso mostrar ás nossas populações rurais que, por cada brasileiro oirado que chega, ficam lá muitíssimos mais, colhidos pela desgraça e pela miséria. Urge que a nossa emigração, absolutamente regrada e pautada, seja de molde a engrandecer-nos e não a envilecer-nos.

Ás nossas populações é necessário dizer-lhes que poucas vezes vingam os sonhos doirados que arquitetam a sua ambição e aventura. Lá fóra, como nas nossas grandes cidades, com nobreza e carácter viuga apênas o super-especializado no seu meio de vida. A organização industrial moderna, apoiada toda no princípio da especialização, não consente que os homens que na sua província se dedicam a meios de vida de modesta aprendizagem se vão aventurar numa cidade grande e desconhecida para êles, a um mistér completamente diferente. Para isso necessita-se de iniciar uma campanha destrutiva dos preconceitos de glória fácil que se adquire desde que se saia da terra natal, e de fazer uma campanha construtiva, pela prégação do amor e do regresso á terra, pelo desenvolvimento agrícola e pela intensa educação regional. Que para este serviço nos valhamos de todas as entidades que nos possam auxiliar, e, entre elas, estão as escolas. É necessário que os nossos professores primários se enquadrem no movimento regionalista da nossa éra. A acção social que ao professor incumbe cumprir no seu meio, é muito mais importante que o seu simples fim instrutivo. Do professor devemos conseguir uma acção social

que, infelizmente, — com raras e honrosíssimas excepções, nos não têm rendido a sua classe. O professor deve-se interessar e póde auxiliar muito a campanha de restauração agricola e regional, fazendo por interessar nessa ideia as crianças das suas escolas. Nesta orientação deve o professor sêr educado na propria região em que ha-de ministrar, ministrando-se-lhe egualmente ensinamentos de sciência agricola. Deve-se preferir, também, para determinada localidade, professor que dela fôr natural e nela tiver sido educado.

E, feitos estes alvitres, não querendo abusar mais da consideração com que V. Ex.<sup>as</sup> me acolheram, eu peço licença, Senhor Presidente, para lêr à Assembleia as seguintes:

### CONCLUSÕES

**I** — A organização basilar e social e política da província do Minho reside essencialmente na instituição municipal.

**II** — A generalidade dos municípios minhotos enquadra-se dentro de uma classificação que leva a considera-los "municípios rurais".

**III** — Devendo sêr o município a coordenação de todos os interêsses do concelho, deve-os preocupar sobre-maneira o interêsse agricola.

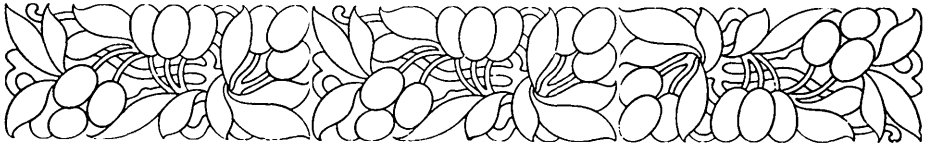
**IV** — Enquanto os municípios não forem compostos por membros que representem os interêsses concelhios, organizados sindicalmente, ou por outra forma que melhor se entenda, sejam desde já considerados membros dos municípios rurais os representantes dos sindicatos agricolas legalmente constituídos.

**V** — A lavoira é um factor de restauração moral e por isso para ela devemos fazer derivar todas as atenções da população da província.

**VI** — A emigração e especialmente o urbanismo são inimigos da adstrição à terra.

**VII** — No recrutamento do professorado primário deve-se têr em atenção a naturalidade e a terra de educação do professor, devendo êstes factos serem graus de preferêcia para as suas colocações nessas terras.

**VIII** — Que aos párocos, professores, imprensa de província e quaisquer outros meios de publicidade sejam fornecidos elementos para uma intensa propaganda das ideias aprovadas nêste congresso sobre o desenvolvimento agricola e inconvenientes da emigração e urbanismo.



# O Natal e o Ano Novo no Norte

---

Por Claudio e António Corrêa  
d'Oliveira Guimarães

(CONCLUSÃO)

As nebrinas alam-se dos rios, das terras húmidas, alastram-se pelos montes, lentas e coleantes, em velários de seda, esbatem os contornos das coisas apagam a linha dos horizontes e tudo envolvem e ligam numa confusa massa, num imenso bloco uniforme, em que o sol quando aparece — se aparece — recorda o riso claro com que antigamente Deus deveria ter arrancado à bruma, num gesto radiante e inspirado estas formosuras maravilhosas da terra, que a nebulose trazia encantadas no seu seio vago e indecifrável.

Sol! Bendito sol! Ansiado sol! Mas só de raro êle fulge lá em riba nos céus buzios, flechado por entre nuvens, peneirado através das nebrinas, entre choviscos que lhe dão o pálido ar de sorrisos doentes, entre ventanias que parecem querer sacudir de sôbre a paisagem, no gesto rude das suas rajadas, a alegria estridente que êle lhe trás, no imprevisto dos seus risos de oiro. Então, em tréguas, as paisagens como que revivem, remoçam, tôdas agitadas de um calorzinho novo, que enche tudo, de alarmes tontos de primavera e põe pruridos nervosos de luz no verde cru dos lameiros, nas águas dos regatos, nos orvalhos que resplandecem ao longo das terras nuas, estrelando os relvedos sêcos ou fulgindo nos renques despídos das árvores, que o ar sacode em chuvas maravilhosas de pedrarias.

E a terra dir-se-ia que se alegra ao sentir luzir em si como bisalhos de diamantes, como colares de pérolas, essas gôtas irisadas, assim como uma mendiga rotinha que de manhã cedo acordasse, e se sentisse tôda resplandecente de joias caras.

Por tôdas as aldeias do Norte, sem a graça viva da luz que lhes faz florir na verdura o caio das paredes, mal recortadas no fundo de atmosferas

cinzentas, entre pinhais nevoeirados ou gestos tristes de árvores nuas, vai também uma abandonada melancolia. As terras de amanhã estão desertas, arrumou-se a enxada trafega como objecto inútil e a vida provinciana, essencialmente agrícola, refugiou-se inteiramente dentro dos lares, à beira do borrarho, ao calor bemfazejo da fogueira de piornos secos que envolve tudo na sua volúpia de ouro e se perde depois em requebros, no negrume ferrugento de telha vã, das velhas moradias portuguesas.

Tristonho e feio é, como lhes narramos, o inverno na aldeia. E por isso nós supomos que se o Menino Jesus se houvera lembrado de nascer, não em Dezembro, no meio de tal tristeza, mas sim pelo estio, por êsse tempo divino das criações, as festas deliciosas do Natal teriam, não diremos mais recolhida devoção e poesia que agora, mas seriam por certo, mais pomposas e sonoras. Festejá-las-ia com certeza êste bom povo que tanto vive da terra, para a terra e com a terra, na terra viçosa e florida. E sob os sóis de glória apoteóticos e rutilantes, sob as árvores em flôr, com os seus estrépitos de romagem, os seus foguetes ribombosos, as suas musicatas vibrantes, tôda a algazarra festiva, de um júbilo pagão, por certo que de ruidosas fariam vibrar a própria terra inanimada. E seria um delírio pelas aldeias fóra, vibrante e amplo.

Assim a alma do povo, festeja-o intimamente sem grandes ruídos no assossêgo discreto dos lares, ao abrigo das telhas, dentro de casa e dentro da família, ao lume bom das lareiras. Quasi que se não sente pois que êle lá passa na casa de cada um discreto e suave. Não ruída como as gargalhadas: mas alumia e brilha como um sorriso. E' recolhido, envergonhado, tímido. Mas há nele profunda poesia — e poesia serena, como-vida doce.

Nesse dia as casas enchem-se de *brouháha* e de alegre algazarra. Veem de longe os parentes, os amigos. Quem anda ausente, regressa. E naquela quente e comunicativa expansão das horas santas, os corações enlaçam-se, criam mais amor aos seus, esquecem ofensas, desculpam faltas, perdoam agravos e matam sedes antigas de saudade. Todos teem à mesa reservado o seu lugar, à mesa que a melhor toalha do bragal cobre nessa noite, toalha de linho fiado a maior parte das vezes no tear da casa e cheirando ainda a alfazema que se deita no fundo das arcas de castanho para aromar as roupas. As melhores louças, os melhores vinhos brilham sôbre ela, à luz abundante de todos os candieiros que há na casa e se acenderam ou na ampla cosinha sob o reverbero fulvo da chama, que arde nas lareiras espaçosas. E não há nada de mais pitoresco e comovente do que êsse quadro íntimo, onde esfusia a alegria irradiante dos corações e em que por vezes uma densa penumbra de saudade, de tristeza, poetisa

de sentimento a expansão ruidosa da quási ebriedade, em que o calor do fogo e o calor dos vinhos perturbam os cerebros. Recordam-se velhos tempos, contam-se antigas histórias. Os namorados riem, os noivos sonham e até os velhos mais severos sorriem também: é que entra fundo nas suas almas, enternecendo-os, o perfume de amoroso lirismo que lhes envolve o lar. As crianças, as mais tristonhas mesmo, brincam e garrulam: que as faz alegres e sensíveis a atmosfera carinhosa que as cerca, aclarando-lhes docemente os espíritos penumbrentos em halos rútilos de lenda, os contos de fadas misteriosos e suaves que as mães lhes narram, para lhes espantar dos olhinhos piscos o sono que altas horas começa a perturbá-las. No dia de Consoada, mal a manhã dealba violacea, o que a todos preocupa, azafama é a cosinha. Na vasta lareira das casas ricas, ergue-se mais vivo e mais alto do que as preces, na chama pura da madeira e no perfume da resina queimada o simbolismo festivo do Natal. E vá de ressuscitar então toda a arcáica ementa de doces e pratos caseiros das nossas *vóvós* que se comem por êste tempo e são realmente, de doces e saborosos, dignos de festejarem o nascimento de um Deus. Ele é o mel loirejante, os «formigos», a «aletria», e o bacalhau tradicional no Minho; êle é o «arroz doce» com ingénuos desenhos a canela «os bilharacos», de abóbora ensopados em calda de açúcar, a superabundância de «fritos» de tôdas as qualidades e feitios, na Beira; êle são os «sonhos», as «filhoses», os «bolos de bolina» no Douro e em Traz-os-Montes e comum a tôdas elas as fofas e tufadas rabanadas, de loiro cendrado, no portuguesíssimo dizer da «Morgadinha dos Canavais» a verdadeira essência da ceia do Natal.

Vai-se pelas casas as mais pobrezinhas e todos a não ser gente muito desgraçada, tem nessa noite a sua consoada. Coisa modesta, é claro: cada um consoante as suas posses.

Nós cá, como o outro que diz somos todos irmãos. Por isso mesmo nessas festas fraternais há sempre quem dê; um a talhada de abóbora, o fio de azeite, outro a tigela do mel, o pichel do vinho, a couve da horta. E até o vendeiro faz vista grossa para que os não pagam: lá vai o pedaço de bacalhau, o quarto de açúcar... «Que era uma dôr d'alma deixar passar fome áqueles desgraçados na noite grande».

E por isso a noite divina, a noite de Deus, é noite de festa, é noite de fartura.

Quem sob a frieza áspera do vento, da chuva, do orvalho ou da neve percorrer as aldeias, sentirá como sob um peito bater um coração, pulsar no interior das casas cerradas, a grande e clara alegria que caracteriza as festas risonhas do milagre bíblico.

Mas há também, como em certos dias de sol rútilo uma nuvem pesada

de tristeza, os Natais amargos, os Natais dolorosos, os Natais infelizes, em que na mesa triste e nua, se evocam entre prantos os ausentes, os que a fatalidade traz por longe. Quantas vezes o único consôlo, a única réstia de calor é o de ler em voz alta, as cartas vindas de longe, da Africa distante ou da América longínqua, em que os emigrados falam da solidão da sua alma, exilados na vertigem das grandes cidades ou na imensidade dos sertões ubérrimos e ignotos. No entanto, de todos os Natais cruciantes, nenhum sabe tanto a rosalar e a fel, nenhum tem um travo tão amargoso nem faz vibrar com intensidade tão dolorida a corda das lágrimas como o dos lares em que, perdida a antiga alegria com que as almas riram loucamente, se recordam, com pungente amargura, os que partiram, filhos, irmãos, ou pais, para essa viagem do Além, de que não mais se volta. Oh como êsses lares desditosos e trágicos nos alembrem certos canteiros de jardim, onde, vergada um dia a haste da mais louçã e viçosa flor, as companheiras se deixassem também tombar desfalecidas! E todas choram em gôtas amaríssimas de sangue, de funda dôr, de torturada e indizível saúde, quando se reza comovidamente aos mortos, áqueles que nunca mais regressam corporalmente, mas cujas almas, envôltas num halo diáfano de claridade, ali presidem, bem juntas ás dos vivos, como invisíveis anjos tutelares.

Então na noite silenciosa, a noite da candura por excelência, enquanto o vento raivoso põe lá fóra, no silêncio aflito das terras um ruído semelhante ao de pégadas misteriosas de quem esteja para nos assaltar a caso e a neve cái em flocos albrantes como uma chuva de rosas brancas, purificadora e santa, os sinos começam a bimbilhar, chamando na sua voz de bronze, persuasiva e clamorosa, os fieis para a «missa do galo».

E os fieis acorrem depois de consoados, alegres e fartos, à voz cantante dos sinos, a beijar o pézinho rechonchudo do Deus-Menino que no seu tôsco e ingénuo presépio, entre palhinhas doiradas, como um bambino de Gozolli parece sorrir à humanidade inteira.

Noite de Natal! Noite de Natal! Noite supremamente doce, noite de doces, de rabanadas com mel, de vinho com mel, em que até o coração rijo das mais duras criaturas se faz mel, noite de milagre e de benção, mas noite escura, enregelada e feia, como a pinta numa das mais belas e iluminadas sínteses do Natal que conhecemos, o nosso maior poeta da actualidade:

— Noite escura, noite escura,  
 Senhor Deus! até faz dó...  
 Nem que as noites, todas juntas,  
 Se juntassem numa só!

Noite feia, enregelada  
Nem que parem nas alturas,  
Todas as almas dos mortos  
Ao frio das sepulturas.

Noite de horror e desgraça  
Tão cruel, tão desabrida,  
Nem que os homens a fizessem  
Das penas da própria vida.

Noite de culpa e sepulcro  
Que vai tornar-se, afinal,  
Luz do céu, bêrço do Mundo...  
Doce Noite de Natal.

E' talvez essa suave luz do céu a que o poeta se refere a que alumia os bandos gárrulos dos «janeireiros» que na véspera do Ano Bom, logo que a noite desce em largos panejamentos de sombra, que só de quando em quando o luar álgido de Janeiro clareia como uma alumbrada de sol, percorrem as azinhagas das aldeias e as vielas e betesgas das velhas cidades de província a distribuir bizarramente por todas as casas, nas suas trovas ingénuas e frescas, promessas de ventura, ao arraiar do novo ano.

Boas festas vimos dar  
Aos senhores desta casa...

E é assim, entre hossanas e descantes, ao som dos «estrandos», com suas gaitas de fole, seus ferrinhos, seus tambores que todos nós recebemos no nosso lar e sentamos á nossa própria mesa, aquele príncipe, nebuloso e enigmático, que vindo de ignoradas e longínquas paragens a preencher na dinastia dos séculos o lugar que por herança divina lhe pertence, desdobra feiticeiramente ante o olhar extático dos moços, panoramas prismáticos, miragens de deslumbrante beleza, róseos paraísos de sonhos, jardins encantados de amor,

# PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

## DA VIDA : DOS FACTOS : DAS LETRAS

*«Reformar o Estado é como preconizava Maurice Barrés, dar: «ao município os interesses municipais; à região os interesses regionais; à Nação os interesses nacionais».*

ROLÃO PRETO.

### Ao fechar o volume

**C**OM êste fasciculo completa-se o 5.º volume da nossa Revista. Vamos, dentro em pouco, aparecer de novo, iniciando, assim, o 6.º ano de publicação. Esperamos, confiadamente, que todos os nossos amigos nos continuem a prestar a sua coadjuvação preciosa, procurando angariar-nos novos assinantes e fazendo todos os esforços para que a nossa esfêra de acção se alargue cada vez mais.

*Gil Vicente* é já uma revista de regular tiragem. Mas se todos os nossos Amigos quizerem, poderêmos, dentro em pouco, aumentar essa tiragem. E' profunda a nossa convicção de que têmos feito uma obra importantissima na defeza e expansão dos princípios nacionalistas que nos orientam.

No próximo fasciculo iniciarêmos a publicação de um magnifico estudo do nosso querido amigo e distinto escritor Sr. Fernando Campos, sobre **A genealogia do Pensamento nacionalista.**

Para êste trabalho, deveras admiravel e cheio de oportunidade, chamamos, desde já, a bôa atenção de nossos queridos camaradas.

Até breve, pois! Por Portugal!

### Dr. António de Sousa Machado

Honra-se hoje «Gil Vicente» publicando a admiravel tése que o nosso prezado amigo sr. dr. António de Sousa Machado apresentou ao

II Congresso Municipalista Minhoto que se realisou em Viana do Castelo.

O dr. António de Sousa Machado pertenceu àquela pleiade aguerrida de moços estudantes que em



Coimbra soube elevar e defender bravamente os princípios do Integralismo.

A sua tésse que, a princípio, irritou os animos de um ou dois congressistas, foi, finalmente, aprovada por aclamação.

Aproveitamos, agora, êste ensejo para daqui saüdarmos e abraçarmos o nosso bom amigo.

#### “Estudos Nacionais,,

Inicia-se brevemente no Pôrto a publicação de uma série de monografias, subordinada ao título de *Estudos Nacionais*. Dirige-a o sr. Armando de Matos, trabalhador bem orientado e espírito esclarecido, o que é segura garantia da empresa a que se abalançou. A primeira demonstração está na lista de monografias que conseguiu obter dos melhores e mais competentes escritores portuguezes nos assuntos de arte, etnografia, arqueologia, bibliografia, folklore, heraldica e historia.

#### Sociedade Martins Sarmiento

O ilustre Ministro da Instrucção e eminente professor sr. dr. Cordeiro Ramos, reconhecendo os altos serviços prestados à instrucção popular pela benemérita Sociedade Martins Sarmiento, de Guimarães, vai propôr que lhe seja concedida a Ordem Militar e Scientifica de São Tiago da Espada.

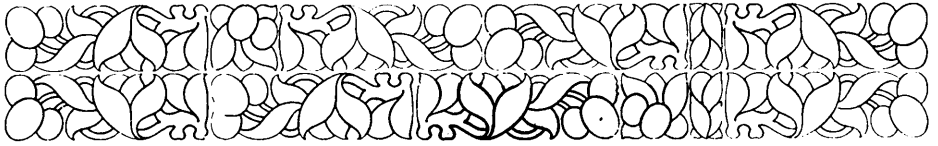
#### “A Língua Portugêsa,,

O nosso prezado amigo sr. J. Fernandes Junior, proprietario e administrador das revistas *A Língua Portugêsa* e *Nação Portugêsa*, instalou na Rua das Flôres, 11-13 e na Rua do Ataíde 2-4 e 10, em Lisbôa, a Redacção, Administração e oficinas destas duas revistas, que passarão à sua antiga regularidade.

Encontram-se já no prelo e devem sair em breve, os n.º 4-5 da *Nação Portugêsa* e n.º 10 de *A Língua Portugêsa*.

SOCIEDADE  
MARTINS SARMENTO  
~~~~~  
BIBLIOTECA





Indice do V Volume

TEXTOS:

	Pág.
ALVES DE OLIVEIRA (MANUEL)	
<i>Algumas linhas de Saúde e de Tristeza.</i>	19
BATTELLI (GUIDO)	
<i>A Escola Portuguesa da Renascença</i>	161
BENTO CALDAS	
<i>Guilherme de Faria</i>	17
CASTRO GUIMARÃES (HORÁCIO DE)	
<i>Carta ao Escritor sr. Joaquim Leitão</i>	137
FERRÃO (BERNARDO)	
<i>Portugal e seus Poetas, perante a Santissima Virgem</i>	72
<i>A Questão Romana</i>	104
FIGUEIREDO (PARENTE DE)	
<i>Abalada Romantica</i>	133
FIGUEIRINHAS (ALBERTO)	
<i>Maria Madalena</i>	102
GALVÃO DE CARVALHO (RUI)	
<i>António Sardinha, Poeta lirico</i>	7 e 33
JOÃO DE OURIQUE	
"O Anátema da Flandres" — <i>O Embarque das levas</i> . 48 e	81
" " " " — <i>A Infantaria portuguesa em França</i>	112

	Pág.
«O Anátema da Flandres» — <i>Os Combatentes da Grande Guerra</i>	129
" . . . " . . . " . . . " — <i>No calabouço n.º 5</i>	168
LOPES DE FARIA (JOÃO)	
<i>Velharias Vimaraneses</i> — Documentos e Efemérides — Guimarães há 100 anos (1829)	28, 59, 92, 117 e 156
MACHADO (ANTÓNIO DE SOUSA)	
<i>A Lavoira factor do Renascimento Moral e Económico</i>	173
OLIVEIRA (CÉSAR DE)	
<i>Fado Corrido</i>	65, 123 e 141
OLIVEIRA GUIMARÃES (CLÁUDIO E ANTÓNIO CORRÊA DE)	
<i>O Natal e o Ano Novo no Norte</i>	152 e 181
RUI DE LORDELO	
<i>A Reforma Administrativa</i>	22 e 54
<i>O Regime Associativo da Propriedade</i>	97
SANCHES DA GAMA (E.)	
<i>Na Penha de Guimarães</i>	71
SANTOS NOGUEIRA (MARIA AUGUSTA)	
<i>As lindas crianças e jovens de Portugal</i>	79
<i>A vida</i>	103
TEIXEIRA PINTO	
<i>Vaso de Alabastro</i>	21
Pensamentos, Palavras & Obras — <i>Da vida: Dos factos: Das letras</i>	
Adiante!... Por Portugal! (<i>Manuel Alves de Oliveira</i>)	25
Alberto Figueirinhas	122
«A Língua Portuguesa»	187

	Pág.
António de Sousa Machado (Dr.)	186
«A Santa dos Impossíveis»	91
Benardo Ferrão	88
Colecção Veritas (A)	89
E. Sanches da Gama	88
Eleições Académicas na Universidade de Paris	90
«Estudos Nacionais»	187
Faculdade de Direito de Coimbra	99
Fechar o volume (Ao)	186
«Feira da Ladra»	27
Fernando Campos	122
Guido Battelli.	89
Hora da acção (Na) (<i>Manuel Alves de Oliveira</i>)	120
«Il Santo»	26
«Índice de Libros»	91
Integralismo no Pôrto (O)	90
João Franco (<i>Manuel Alves de Oliveira</i>)	87
João de Ourique.	89
Maria Augusta Nogueira (D)	88
«Nação Portuguesa»	27
Nosso apêlo (O)	27
Novos colaboradôres.	26
Poeta Corrêa de Oliveira	121
«Política»	26
Serviço da Revista	91
«Sob o Sinal da Cruz»	16
Sociedade Martins Sarmiento	187
«Solução Editora»	26

Dos Livros & Dos Autores

(L') <i>Abbé Léopold Giloteaux</i> , pe'lo Abbé Paulin Giloteaux. Paris, 1929 (M. A. de O.)	159
(Do) <i>Atlântico ao Mediterrâneo</i> , por Parente de Figueiredo. Gaia, 1928 (M. A. de O.)	95
(La) <i>Bonne Providence</i> , por Henri Morice. Paris, 1929 (M. A. de O.)	160

	Pág.
<i>Coração de Luto</i> , por José Rodrigues. Porto 1929 (H. C. G.)	128
<i>Del Tedio, del Amor y del Odio</i> , por Fidelino de Figueiredo. Madrid, 1929. (M. A. de O.)	159
<i>Desencanto</i> , por Guilherme de Faria. Lisbôa, 1929. (M. A. de O.)	95
<i>(La) Doctrine de nos Fêtes</i> , por. Mgr. Tissier, Paris, 1928 (M. A. de O.)	96
<i>Dois nacionalismos</i> , por Hipolito Raposo. Lisbôa 1929 (H. C. G.)	63
<i>Entretiens sur la vie religieuse</i> , por Mgr. Bourchani. Paris, 1928 (M. A. de O)	32
<i>Etnografia da Beira</i> , por Jaime Lopes Dias. Lisbôa, 1929 (M. A. de O.)	158
<i>Fora da Aula</i> , por J. A. Pires de Lima. Porto, 1929 (H. C. G.)	95
<i>(D.) Frei Fortunato de S. Boaventura, Mestre da contra Revolução</i> , por Fernando Campos. Lisbôa, 1928 (M. A. de O.)	31
<i>(S.) Gonçalo</i> , por Alberto V. Braga. Lisbôa, 1929 (M. A. de O.)	160
<i>Homenage a D. Carmelo de Echegaray</i> . San Sebastian, 1928. (M. A. de O)	32
<i>Lá Diz o Ditado . . .</i> , por Leão Martins Porto, 1928 (M. A. de O.)	159
<i>(A) Língua Portuguêsa no Brasil</i> , por Manuel Murias. Lisbôa, 1928 (M. A. de O)	31
<i>(A) Maior gloria</i> , por Nuno de Montemór Guarda, 1929, (H. C. G.)	94
<i>Méditations sur S.^{te} Thérèse de l'Enfant-Jésus dans sa Famille</i> , pelo Abbé Arnaud d'Agnel. Paris, 1928. (M. A. de O.)	32
<i>(De) Meu Filho</i> , por A. L. de Carvalho. Barcelos, 1929 (Fr. Arsénio da Piedade)	158
<i>(O) Poema do Cid</i> , versão por Afonso Lopes Vieira Lis- bôa, 1929. (M. A. de O)	127
<i>Portos de Mar na Costa Norte</i> , pelo P. ^e Jerónimo Gonçal- ves Chaves. Espozende, 1929. (M. A. de O.)	160
<i>Portugal na Historia da Civilização</i> , por António Serras Pe- reira. Lisbôa 1928 (M. A. de O.)	31

	Pág.
<i>Pour l'Eglise et pour la Patrie.</i> por Mgr. Louis Prunel. Paris. 1928. (M. A. de O)	96
<i>Pratiquêmos um acto de Inteligência!</i> , por António Sardinha Lisbôa, 1929. (M. A. de O.)	126
<i>(A) Realeza de D. Miguel</i> , por D. Miguel Sotto Mayor Coimbra, 1929. (M. A. de O)	127
<i>Ruinas de Amor</i> , por Horácio de Castro Guimarães Guimarães, 1928. (Eugénio de Belonôr)	30
<i>San Francisco Trovador Divino</i> , pelo P. ^e José António de Donostia, Barcelona, 1928. (M A de O.)	32
<i>(Le) Scrupule. Comment le prévenir? Comment le guérir?</i> pelo Abbé Arnaud d'Agnel e Dr. d' Espiney, Paris. 1929. (M A. de O.)	160
<i>Sementeira de Oiro</i> , por Parente de Figueiredo. Gaia. 1928. (M. A. de O.)	127
<i>Teresinha</i> , por António Corrêa de Oliveira. Porto, 1929. (H. C. G)	64
<i>Une Histoire pour chaque jour du mois de Marie</i> , por F. Milot. Paris. 1929. (M. A. de O.)	160


Gravuras e ilustrações:

No Texto:

Pius P. P. XI	107
A Porta Especiosa da Sé Velha de Coimbra	162
A Porta de S. Tomaz, em Coimbra	163
A Capela dos Reis, em S. Marcos..	164
Panteon dos Lemos, na Trofa.	165
Tumulo de D. Francisco de Melo	166

Fora do Texto:

O Poeta Guilherme de Faria.

SOCIEDADE
MARTINS SARMENTO

BIBLIOTECA